Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura **Número: 4**

I Sessão Legislativa **Horta, quinta-feira, 14 de março de 2024**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Isabel Teixeira)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, deu-se continuidade à **Apresentação, debate e votação do Programa do XIV Governo da Região Autónoma dos Açores**, tendo intervindo os/as Srs./as Deputados/as José Pacheco *(CH)*, Jaime Vieira *(PSD)*, José Sousa *(CH)*, Pedro Neves *(PAN)*, Dora Valadão *(PS)*, Francisco Lima *(CH)*, Hélia Cardoso *(CH)*, Nuno Barata *(IL)*, Patrícia Miranda *(PS)*, João Mendonça *(PPM)*, João Bruto da Costa *(PSD)*, Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*, João Castro *(PS)*, Paulo Silveira *(PSD)*, Paulo Chaves *(PSD)*, Isabel Teixeira *(PS)*, Luís Soares *(PSD)*, Mário Tomé *(PS)*, Pedro Pinto *(CDS-PP)*, Salomé Matos *(PSD)*, Paulo Gomes *(PSD)*, José Ávila *(PS)*, Olivéria Santos *(CH)*, Gualberto Rita *(PS)*, Carlos Silva *(PS)*, António Lima *(BE)*, Cecília Estácio *(PSD)*, Luís Leal *(PS)*, Adolfo Vasconcelos *(PSD)*, Francisco Gaspar

(PSD), José Eduardo *(PS)*, Sandra Costa Dias *(PS)*, Rúben Cabral *(PSD)*, Marlene Damião *(PS)*, Joaquim Machado *(PSD)*, Luís Raposo *(PSD)*, Russell Sousa *(PS)*, Flávio Soares *(PSD)*, Joana Pombo Tavares *(PS)*, Ana Jorge *(PSD)*, Lubélio Mendonça *(PS)*, Sabrina Furtado *(PSD)*, bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura)*, o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas *(Mário Pinho)*, a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral)*, a Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego *(Maria João Carreiro)* e o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática *(Alonso Miguel)*.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 33 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.
Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.
Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)
Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**
Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**
Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José António Marcos **Soares**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Maria Eugénia Pimentel **Leal**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

André Filipe **Franqueira Rodrigues**

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo Tavares**

João Fernando Brum de Azevedo e **Castro**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)
João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)
António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)
Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)
Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.
Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão.
Pode entrar o público.
Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ontem, quando encerramos os nossos trabalhos, estávamos no período de pedidos de esclarecimentos à Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social. Pergunto se há mais inscrições para esse efeito.
Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra. Faça favor.
(*) **Deputado José Pacheco** *(CH):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Um bom dia a todos.
A Sra. Secretária continua a apostar na cor verde-esmeralda. Já, ali, a Sra. Secretária do Emprego e da Juventude ouviu o recado e veio de vermelho.
Bom, nada como começar com boa disposição para falar de assuntos sérios.

Nós, ao longo das últimas semanas, dos últimos meses, temos ouvido falar de uma redução do RSI. Sim, senhor, muito bem. É uma bandeira do Chega. E assim o queremos, porque achamos, e acha o povo, que esses apoios têm que servir temporariamente quando alguém tem alguma dificuldade ou permanentemente quando a pessoa não consegue trabalhar. É tão simples quanto isso. Tudo o resto são roqueiras do Espírito Santo.

Neste sentido, eu gostaria de perguntar à Sra. Secretária, e as pessoas sabem que é verdade: quantas fiscalizações foram feitas neste tempo? Quantos daqueles que receberam indevidamente foram penalizados?

Mais, uma coisa que há três anos e pouco ando sempre a perguntar: quantos fiscais estão no terreno a fazer esse trabalho?

Deputado Carlos Silva *(PS):* Estão no alojamento local!

O Orador: Porque, é assim, não vale a pena mentir, as pessoas sabem. Quem vive ao lado de quem não faz nada e usa esses apoios para não trabalhar e ir ao café no dia a seguir ou na hora a seguir, essas pessoas sentem-se injustiçadas. E nós temos que saber combater isso. Apoios sociais, sim, para quem precisa! Apoios sociais para quem não quer trabalhar, com o Chega nunca vão contar!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados Regionais, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Também, dado que é a minha primeira intervenção, quero desejar a todos os eleitos aqui presentes, ao Governo e ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, as

maiores felicidades em prol da defesa dos açorianos, que é o papel que todos nós temos que representar aqui nesta Casa.

Começava a minha intervenção, acerca das dependências, dizendo que este é um flagelo que tem que nos preocupar a todos. E, nesta Casa e em qualquer espaço, temos que encontrar ou tentar encontrar soluções para minimizar os estragos que as dependências têm vindo a fazer.

Mas não podia deixar de passar a oportunidade para, nesta Casa, reconhecer o muito e bom trabalho que a Secretaria Regional que tutela a Direção Regional das Dependências tem vindo a realizar, porque, efetivamente, os dados assim o comprovam.

Ontem, quando eu ouvi o Sr. Deputado Russell, do Partido Socialista, pensava que também iria elogiar esse trabalho. Pensava que, por exemplo, iria dizer que foi este Governo que encaminhou mais utentes para as comunidades terapêuticas. Desde que eu assumi funções, o número tem vindo a aumentar. E foi este Governo que mais investiu para este feito, com um valor 300 mil euros. E isto também tem que ser reconhecido aqui nesta Casa.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Este é um Governo que se preocupa, de facto, com as dependências. A criação da Task Force é mais um elemento, é mais uma novidade que este Governo apresentou para o combate das dependências. Esta luta será conseguida ou será minimizada com a adesão de todos, mas todos, os partidos políticos.

Vai criar um observatório, acima de tudo, para ir acompanhando, quase na atualidade, aquilo que se passa relativamente às dependências. Perceber que a sociedade é dinâmica. Perceber que o que se passava há cinco anos já não se passa

hoje. E esse observatório, com fracos recursos económicos, mas acima de tudo com recursos da casa, irá criar uma oportunidade diferente para o combate das dependências.

Outra novidade é a equipa de rua, que está no terreno e que vai ao encontro daqueles que não se dirigem ao centro de saúde para terem o atendimento e para terem a ajuda necessária. E esta equipa de rua, claramente, é uma mais-valia no combate às toxicodependências.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* A Sra. Deputada Andreia devia ter posto e não pôs!

O Orador: Este Programa do Governo vai também reforçar as equipas de psicólogos. Todos nós sabemos o problema que cria em termos psicológicos a todos aqueles que consomem essas dependências. E este reforço, Sra. Secretária, é mais uma grande ajuda que vai dar no combate às dependências.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária, este é, claramente, um trabalho que exige de todos nós uma atenção continuada. E não tenho dúvidas que esta será também a continuidade do muito e bom trabalho que foi feito por V. Exas. e por todos aqueles que estão nesta área.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Sousa, faça favor.

(*) Deputado José Sousa *(CH):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs.

Secretários:

Eu não poderia fazer mais do que discordar de mais observatórios, mais isso e aquilo, porque observar, nós observamos nas ruas, não precisamos de observatórios para saber que a toxicodependência está cada vez pior.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

O Orador: Devemos apostar na prevenção. A prevenção começa nas escolas, pode ser no desporto também, na nossa cultura até, mas não com observatórios. Os observatórios são poços de enterrar dinheiro, que não têm servido para nada. Portanto, não contem connosco para andar com mais observatórios aqui nos Açores.

Obrigado.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos prosseguir com os nossos trabalhos…

(Aparte inaudível)

Eu só posso dar a palavra a quem me pede a palavra.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, fizemos algumas questões.

Eu sei que respondeu ao Chega, de forma submissa, porque lhe convém. Eu fiz duas perguntas válidas, mas para mim não há mel.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* O quê?! Pelo amor de Deus!

O Orador: Eu gostaria, obviamente, porque há dúvidas e o Programa o Governo não responde, que é muito lato. Foram perguntas válidas, não têm rasteira. Relativamente a uma, vi pelo menos a escrever, acenou, anuiu. E eu não preciso sequer de saber a resposta, que tem a ver com os tempos de espera.

A outra tem a ver com os bombeiros. Apenas para saber, à partida, como é que vai ser realizado na divisão entre duas Secretarias.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves *(PAN):* Viu-se logo uma viragem entre o Bloco de Esquerda e o Chega! Submissão!

Presidente: Bom, vamos avançar com os nossos trabalhos. Para o efeito, tem a palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Dora Valadão.

Deputado José Pacheco *(CH):* Tem bastante tempo, tem quase duas horas! Não tem resposta?! Eu vou continuar sem saber quantos fiscais há no RSI?! Não é assim! Os açorianos querem saber o que é que estão a fazer!

Deputada Dora Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sendo esta a primeira vez que intervenho nesta Assembleia, quero cumprimentar o Sr. Presidente, bem como a Mesa e todos os Deputados, especialmente os que, como eu, iniciaram pela primeira vez o mandato, o qual respeito e me orgulho.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Aproveito igualmente para dirigir-me ao Sr. Presidente do Governo e a todo o elenco governativo desejando que o mandato que ora se inicia seja feito

com rigor, transparência e seja profícuo para todos os açorianos e para as nossas ilhas.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(José Manuel Bolieiro):* Muito obrigado. E retribuo.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Falar da terceira idade é um assunto que a mim particularmente é grato. Somos de uma Região ultraperiférica em que os desafios demográficos são cada vez mais acentuados, sendo transversal a muitas das nossas ilhas. Na realidade estamos a diminuir de dia para dia sem termos soluções que possam pelo menos amenizar esta situação.

Sou de uma ilha que no século XIX tinha doze mil habitantes e hoje não conseguimos chegar aos três mil e quatrocentos. A ilha das Flores, como outras, tem dificuldades várias, entre elas a distância que nos separa e a ausência de capital humano que nos traz problemas acrescidos.

Ao falar de terceira idade, acho que cada vez é mais necessário pensar-se no bem-estar dos mesmos. E a esse nível ainda temos um longo caminho a percorrer. Ao nível das instituições ainda há muito a fazer. Na minha ótica, tentar igualar o horário semanal dos cuidadores sociais e dos ajudantes domiciliários, ou seja, uns trabalham 39 horas e os outros 35 horas, atendendo a que as tarefas só se diferenciam no trabalhar na ERPI ou no domicílio, esta será sem dúvida uma medida a ter em conta, para além de ser necessário pensar-se noutros técnicos que possam assegurar a dinâmica das ERPI. Nas instituições pequenas e apesar de ser obrigatório promover formações, a realidade é que as mesmas são difíceis de conseguir por parte de quem gere, dado a distância e as despesas inerentes a essas deslocações, podendo ser contemplados um número muito pequeno de colaboradores.

É evidente que urge cada vez mais que os trabalhadores sejam devidamente capacitados. É uma área difícil, que exige muito, tanto ao nível social como

psicológico, o que também não torna esses lugares atrativos. A dificuldade em fazer substituições ou contratar novos elementos é um desafio constante e permanente.

Também ao nível do centro de emprego há a necessidade premente de ter listas atualizadas de possíveis colaboradores, bem como a celeridade na resposta quando contactados para tal. A dificuldade de recrutamento é uma evidência. Não podemos descurar que uma instituição quando solicita apoio ao centro de emprego não precisa para amanhã da resposta, mas para ontem, quando essa resposta entre o vai e vem da burocracia leva muitas vezes dez dias a concretizar. Uma ERPI trabalha sete dias por semana e vinte e quatro horas por dia.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Não sabia disso!

A Oradora: Fica sabendo agora!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: A nossa juventude precisa de ser apoiada e motivada também para este tipo de trabalho, bem como incentivada a tirar cursos de enfermagem e outros dos quais somos tão carenciados e que fazem falta nas nossas ilhas.

A ausência, a falta de profissionais de saúde sobrecarrega os existentes, que já são poucos nas unidades de saúde, o que prejudica os utentes e a relação da unidade de saúde com as ERPI. Nas ilhas pequenas, como a ilha das Flores, os concursos para as instituições ficam desertos porque não há atrativos que cativem os recém-licenciados a concorrer. A falta de habitação é uma realidade que não pode ser esquecida. Um jovem não pode ter uma casa, se não tiver trabalho!

Quanto ao Programa Novos Idosos verificamos que essa será uma medida que vai ser contemplada em todas as ilhas, no entanto, tenho de reconhecer que, se em

certas ilhas seja necessário, dado as longas listas de espera que os lares têm, noutras penso que tem de haver cuidado, porque esta pode não ser a melhor solução para a generalidade dos utentes. Não podemos esquecer que as ERPI, nos Açores, são de facto pequenas empresas, que apoiam muitas famílias e dão trabalho a muitos colaboradores.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* Agora usou a palavra certa!

A Oradora: Também sou de opinião que nas ajudas técnicas para apoio aos Novos Idosos, as mesmas devem chegar atempadamente aos utentes. Neste momento sabemos que há ilhas em que os lares estão completamente cheios e as unidades de saúde têm mais de metade das camas ocupadas com casos sociais.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Ressalvo também o facto de ser mencionado na portaria equipas técnicas de acompanhamento, e questiono se já foi equacionada essa situação em ilhas pequenas como as Flores, onde a ausência de técnicos é uma realidade. Este é um programa necessário no apoio à terceira idade, mas a questão é saber se a precariedade deste tipo de apoio permite mantê-lo no futuro.

No tocante ao Programa GER-MOV, que vem colmatar problemas que as instituições têm ao nível de transportes, no entanto, mais uma vez, as respostas são demasiado lentas. Dou como exemplo a aquisição de uma viatura ao abrigo deste programa e que levou dois anos a ser entregue, o que no nosso ponto de vista é demasiado tempo.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Isso é mentira!

A Oradora: Para concluir e porque vivemos numa região bastante envelhecida e em que os desafios demográficos são uma realidade, há que dar prioridade às formas de a combater quer seja através da criação de emprego, quer seja através de outras medidas pertinentes que possam colmatar esta realidade.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* A

incompetência paga-se!

A Oradora: Como é que é possível a evolução positiva das nossas ilhas quando estamos a perder pessoas todos os dias e não encontramos neste Programa do Governo uma solução para estes desafios demográficos?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Viva o comunismo!

A Oradora: Há que sermos todos conscientes! A desertificação é uma evidência que não pode ser ignorada! E sem pessoas não há futuro!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Vir para aqui falar em causa própria é muito mau! A incompetência foi sua!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, tem a palavra.

(Burburinho)

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, eu dei a palavra ao Sr. Secretário da Agricultura e Alimentação, e é ele que tem a palavra.

Faça favor.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Programa do XIV Governo para o agrorural irá prosseguir o caminho iniciado na legislatura anterior, no desenvolvimento de uma agricultura que seja saudável, sustentável, competitiva, diversificada, de precisão, resiliente, inclusiva e a preços justos.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Regenerativa, não?

O Orador: Continuaremos a trabalhar para a diminuição da dependência alimentar humana e animal do exterior, na melhoria do conteúdo nutricional, numa bovinicultura baseada em recursos locais, na procura de novos mercados, na criação de incentivos fiscais, numa legislação para a "preferência alimentar" e simplificaremos procedimentos e normas administrativas.

Em especial, queremos uma legislatura centrada na melhoria do rendimento dos açorianos que produzem alimentos da terra e, simultaneamente, suportam serviços ambientais.

É uma verdade que o rendimento dos nossos agricultores é afetado por circunstâncias que provêm de uma visível instabilidade da globalização das economias provocada pelos conflitos militares, pela pandemia, pelas migrações e pela inflação nos preços das matérias-primas e dos alimentos.

Vamos operacionalizar o funcionamento do Observatório Agroalimentar dos Açores…

Deputado José Pacheco *(CH):* Mais uns binóculos!

O Orador: … como instrumento essencial para o conhecimento da formação dos preços e alicerce para um possível fundo de garantia para os produtores de leite e vamos concluir a construção do novo Laboratório de Leite em São Miguel.

Daremos enfase a uma política para os jovens agricultores, materializada em

programas de sucessão intergeracional, adaptados a cada realidade de ilha.

Iremos continuar a requerer a participação da Universidade dos Açores através do conhecimento e da investigação científica, principalmente utilizando a biotecnologia.

Queremos reforçar o mercado interno, privilegiar as cadeias curtas de abastecimento e alavancar uma política para aumentar a expedição de bens alimentares agrícolas, por uma articulação com a cooperação externa.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O PEPAC 2027 surge com taxas de apoio ao investimento que atingem os 80 % e uma maior celeridade na aprovação dos projetos, atendendo ao reforço de meios humanos e às alterações de requisitos burocráticos.

Nos programas POSEI e PEPAC, asseguramos o pagamento de todos os apoios sem rateios.

Serão disponibilizadas medidas diretas de ajustamento, de incentivo e de tesouraria, designadamente na opção de reestruturação voluntária das explorações pecuárias, na produção regional de energia alimentar animal, no apoio à instalação de pastagens biodiversas e na ajuda aos custos financeiros da subida dos juros.

Criaremos ações de agroprodução para incentivo das culturas tradicionais e das culturas proteaginosas.

Seguiremos com os planos estratégicos para a bovinicultura de leite e de carne, vitivinicultura, horticultura, floricultura, fruticultura, apicultura e agricultura biológica.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: Vamos incidir sobre a economia circular, atuaremos para o

desperdício zero, vamos impulsionar as vantagens da agricultura na fixação de carbono e vamos incentivar a transição verde e digital.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Pelo programa LEADER, iremos atribuir um prémio à instalação de empresas em meio rural.
Vamos estabelecer contratos de parcerias plurianuais com as organizações de produtores, traduzidos em financiamento anual garantido e estável e continuaremos o diálogo permanente com a Federação Agrícola dos Açores, na construção das políticas públicas.
As ações de formação profissional em todas as ilhas para agricultores, técnicos e consumidores terão uma substancial consistência e aprofundaremos a literacia sobre a agricultura e a alimentação nas escolas e desde o 1.º ciclo.
Presidente do Governo Regional dos Açores *(José Manuel Bolieiro):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os solos e o bem-estar animal são pilares da diferenciação açoriana, pelo que seguiremos o programa de análises de solos e avançaremos em parceria com as organizações de produtores, para a certificação das explorações pecuárias.
Vamos reforçar as atuações sobre a alimentação humana e animal no respeitante à segurança de alimentos e no cumprimento da legislação e garantimos a pesquisa das doenças dos animais incluídas nos planos nacionais e regionais de controlo e erradicação, bem como em outras que sejam úteis e necessárias à sua vigilância e

controlo.

Daremos uma prioridade à manutenção e regularização de caminhos agrícolas, rurais e florestais e vamos prosseguir com o Programa Regional de Ordenamento Florestal.

Continuarão os investimentos na rede regional de abate, para melhorias estruturais e de qualidade, na execução da construção do novo matadouro de São Jorge e na remodelação e ampliação do matadouro do Pico.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Vamos entregar na Assembleia uma proposta para um novo regime jurídico para o desenvolvimento rural. Vamos contribuir para uma sociedade mais responsável, mais inclusiva e mais respeitadora dos cuidados a ter com os animais de companhia e articular com entidades públicas e privadas a sua efetivação.

Sras. e Srs. Deputados, é um valor de sustentabilidade e um ativo autonómico a riqueza económica e o desenvolvimento social, ambiental e turístico que se cria através do agrorural açoriano.

Obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias *(PS):* Menos Facebook e mais trabalho, Sr. Secretário!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Francisco Lima *(CH):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-

Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que fiquei aqui um bocado confuso com esta expressão, porque, inicialmente, realmente, o Programa do Governo é isto que aqui está, são 91 páginas. Muito bem. Suponho que nós estamos aqui para aprovar este Programa.

Vejo que para a agricultura o que tem aqui são duas páginas e meia. Vejo que na sua apresentação, realmente, se estendeu, incluiu aqui muito mais coisas. Vejo que no programa do PSD tem muito mais, não sei se entretanto se arrependeram do seu próprio programa. E vejo que o Sr. Presidente do Governo disse que iria incluir propostas de outros partidos. Se incluiu, isto tudo encolheu, porque só do Chega tinha mais do que o Programa do Governo e mais do que o programa do PSD. Não sei onde é que estão as nossas propostas, mas andam aqui algures, difusas.

Mas vou-me pronunciar e questionar sobre o Programa do Governo. Eu não vejo aqui nada sobre o combate às pragas das culturas, nomeadamente as pragas dos ratos, das rolas, que é uma praga que chega a dizimar 30 % da produção.

Sobre a higiene pública veterinária e segurança alimentar não vejo aqui nada. Aliás, na legislatura anterior, extinguiram a divisão de higiene pública veterinária e criaram uma de bem-estar animal, provavelmente para agradar aqui ao PAN, que é uma divisão absolutamente burocrática, não serve absolutamente para nada. Saem três porquinhos aqui do Faial, têm que ser vistos por um médico veterinário e, dali a duas horas, têm que ser vistos do outro lado, no Pico. Portanto, serve "bola".

No Programa não havia nada sobre sanidade animal e melhoramento animal. Vejo que na sua exposição já falou sobre isso.

Sobre a lei do arrendamento rural, que é uma lei absolutamente comunista, não vejo vontade de mudar nada, que permite práticas fraudulentas, como toda a gente sabe, que é o aluguer de vacas, todo o tipo de manobras, para fugir à lei. Então, se a lei está errada, muda-se a lei. Não vejo o problema disso. Quer dizer, já vamos

fazer 50 anos do 25 de Abril e continuamos com o gonçalvismo.

Deputado Carlos Silva *(PS):* É criar mais uma Comissão de Inquérito!

O Orador: E não vejo nada aqui sobre o desenvolvimento de mercados tradicionais, ou seja, os produtores pequenos vão continuar a sofrer a ditadura das grandes superfícies.

Não vejo vontade nenhuma nem em reduzir despesas com associações e cooperativas falidas, nem sequer recuperar os avales que o Governo Regional tem neste momento de milhões de euros em cooperativas, fruto de má gestão e sabe-se lá mais o quê?

Não vejo nada para facilitar a burocracia, não passa de um manifesto de intenções.

E quanto ao licenciamento, centenas de explorações que não são licenciadas, nomeadamente quando caem na alçada do senhor que está da parte de trás, que é o senhor do ambiente, onde qualquer processo de licenciamento que lá caia é um buraco negro.

E não vejo qualquer referência também aqui no Programa ao setor vitivinícola. Ou seja, deixou de ser interessante a produção de vinho. Pelo menos é o que aparentemente consta aqui no Programa.

E também não vejo nada sobre o saneamento financeiro das explorações. Diz aí um discurso um bocado redondo. Não sei se existe intenção de fazer saneamento financeiro das explorações.

Mas dito isso, enfim, eu vou ter que perguntar aqui alguma coisa em concreto. E aqui fala em desperdício aumentar, mas fala duas vezes, desperdício alimentar que presumo que é humano. E a pergunta concreta é: como é que pensa resolver essa questão do desperdício alimentar? Que tipo de programa? Atendendo a que o Chega no seu programa tem uma medida concreta para reduzir, poderia ser implementada. Creio que não mereceu a atenção da coligação. Neste caso, eu pergunto-lhe isso diretamente.

E outra pergunta é sobre a redução do número de vacas. Consta aí nas

manifestações que os nossos agricultores fazem nas ruas, que é um acordo secreto de redução drástica do número de animais em função das agendas climáticas/plano climático. O que eu queria saber é se existe, ou não, algum compromisso de redução do número de vacas nos Açores.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Deputado José Sousa *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) Deputada Hélia Cardoso *(CH):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em relação à agricultura biológica, na página 59 do vosso Programa refere "continuar a aposta na agricultura biológica".

As empresas privadas, quando decidem fazer um investimento, primeiro, veem se têm mercado, quantificam esse mercado e depois fazem um investimento. Eu vejo aqui muita aposta na agricultura biológica — e eu sou a favor, entenda-se —, mas não vejo quais são os mercados, os canais de distribuição. Temos aqui o exemplo das Flores, em que houve peixe que não saiu das Flores.

Será que vamos apostar na agricultura biológica e depois os produtos ficam em armazéns a estragar-se porque que não chegam aos mercados? Esses mercados estão estudados? É viável a agricultura biológica?

Obrigada.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E o avião cargueiro?

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já repararam quem é que lidera a oposição? É o Chega!

Aqueles senhores estão para ali… Eles pegaram no sono, "tadinhos"! Como diz a minha avó, "tadinhos". Ai Jesus!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Ai Jesus! Sr. Deputado, inscreva-se, que o senhor nunca diz nada de jeito! Ó Sr. Presidente…

Na página 60, nós temos uma coisa, que até vou ler aqui, porque eu estava a dizer as coisinhas como deve ser: "Fundo de garantia para os produtores de leite." Hem? Eh pá, um lavrador que ouve isso, diz: ah, OK, quando o leite não estiver no preço certo, o Governo paga.

Nós que aqui estamos e os contribuintes que estão em casa fazem a seguinte pergunta: quando a indústria e a distribuição não querem pagar devidamente aos nossos lavradores, que é esta pouca-vergonha que nós temos visto, manter refém quem produz e quem trabalha à chuva, ao sol, ao vento, 365 dias, vão pagar os contribuintes? Ó senhor, qual é o mundo em que isto cabe? Isto é o estado comunista? Nós não somos um estado comunista. O Estado vai pagar?! Não! Nós temos que criar ferramentas. Nós aqui já tentamos.

Sr. Presidente do Governo, na França, como é que eles fazem? Como há no pão, há no arroz, há noutras coisas, há um preço mínimo. Agora, os contribuintes pagarem aquilo que a indústria e a distribuição não querem pagar, só mesmo na

Venezuela!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta última intervenção suscita-me um pequeno reparo neste mesmo parágrafo: um fundo que não é para pagar pelos contribuintes, bem sei, é para pagar com o dinheiro dos próprios agricultores.

Deputado José Pacheco *(CH):* Contribuintes.

O Orador: Mas, mais do que isso, o que me chama atenção nesse parágrafo é o facto de ele estar escrito no condicional: "seria". Ou seja, que não vai ser. O Governo já assume, neste como em mais de uma dezena de parágrafos por aqui adiante, que nada disto é para fazer. É: "seria". Não é: será. Não há convicção neste Governo! Não há vontade de mudar nada!

Aliás, também já aqui foi falado, não há uma palavra sobre vitivinicultura.

E o IVV-A está por instalar. Era tão urgente. Era tão necessário. Nada, zero, sobre este assunto!

Mas, de facto, este fundo que aqui está previsto precisa de ser bem explicado aos cidadãos, precisa de ser bem explicado como é que vai ser feito. Isso é uma espécie de aforro que o Governo vai fazer com o dinheiro dos agricultores quando o preço do leite estiver bom.

Também não sei quando é que o preço do leite vai estar bom e se alguma vez esteve bom, se alguma vez foi vantajoso para os agricultores, a não ser num

pequeno período, que aqui debatamos e sobre o qual aqui falamos, que teve a ver com a crise desenvolvida a partir da guerra da Ucrânia, de resto… Foi só naquele período. Logo a seguir, tal como eu, aqui, desta tribuna, desta bancada, alertei, o assunto começou a esmorecer.

Mas é preciso mesmo, Sr. Secretário, que o senhor explique isso bem. Além do IVV-A e da vitivinicultura, é bom que o senhor explique aos açorianos e aos produtores de leite como é que isto vai funcionar.

E, já agora, se o senhor vai continuar a articular com a Federação Agrícola dos Açores antes de articular com o Parlamento dos Açores, que é onde o senhor tem que articular as suas políticas.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Sr. Secretário, bem-vindo à mesma tutela, agora tem também a parte alimentar. Não nos assuste durante estes quatro anos.

Mas só para dizer à partida que, e ouvi dizer da parte ali do Chega sobre a parte climática, só espero que não termos mais um negacionista neste Parlamento relativamente à emergência climática.

Deputado José Pacheco *(CH):* Sou um realista, que é uma coisa completamente diferente!

O Orador: Realista para quem? Depende do ponto de vista. Realista do quê, dos solos?

Dos solos, eu vou falar, sobre a análise dos solos, que eu acho que é uma coisa muito boa que vai ser feita. Eu só pergunto ao Sr. Secretário se essa análise, pelo menos do cômputo geral na Região Autónoma dos Açores, depois podia ser partilhada de forma pública. Nós temos um problema de solo, temos um problema da qualidade do solo em várias explorações e falta de regeneração da mesma. E

acho que o Sr. Secretário sabe melhor do que ninguém aquilo que eu estou a falar. Por isso, essa análise de solos é uma coisa bastante importante para a qualidade daquilo que são os nossos terrenos.

E também relativamente à parte da agricultura biológica, e eu estou aqui também a defender que temos que aumentar mais do que aquilo que são os mil e poucos hectares que nós temos na Região Autónoma dos Açores, mas a regeneração na agricultura biológica também tem que ser feita.

Não é por ser só agricultura biológica que é tudo só qualidade. Não é aquilo que acontece em algumas explorações. Por isso, eu pergunto se também há uma promoção da regeneração de solos num todo, seja ela da agricultura convencional, seja ela da agricultura biológica.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) Deputada Patrícia Miranda *(PS):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O setor da agricultura é dos setores mais importantes que nós temos na nossa economia, na nossa sociedade e em tudo aquilo que se pratica, quer enquanto se governa a Região, quer até pelos próprios cidadãos e trabalhadores.

Quando se faz o Programa do Governo, quando se definem estratégias para um setor desta importância, é preciso muito mais do que subir a uma tribuna e anunciar medidas avulsas, medidas, algumas delas, que já vêm de trás, outras que já foram anunciadas anteriormente, mas, simplesmente, ficaram esquecidas dentro de uma gaveta, sabe-se lá porquê, sabe-se lá por que intenção é que assim aconteceu.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Não, não, aqui não há gavetas… nem livros!

A Oradora: Há, Sr. Vice-Presidente, e nós não vamos entrar por aí!

Dentro da agricultura, há vários setores e todos eles têm a sua importância, mas, como todos nós sabemos, há um setor que tem especial relevância, que é o setor do leite e laticínios.

Infelizmente, foram tomadas decisões e medidas pelo anterior Governo, medidas essas, verdade, que foram dos agricultores, foram da Federação. E diz o Sr. Secretário, e bem, que era uma reivindicação da Federação Agrícola.

Pois bem, a mim não me espanta que os agricultores tenham ou desenvolvam formas de protesto. E a redução voluntária da produção de leite é efetivamente uma medida de protesto. A mim, aquilo que me choca e choca as pessoas lá em casa e até os próprios agricultores é como é que um Governo assume uma reivindicação de protesto como estratégia para um setor tão importante como é o setor dos laticínios.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Esqueceu-se este Governo que há uma coisa fundamental no setor do leite, que é a sustentabilidade de toda uma cadeia de produção: produtores, indústria e distribuição.

Infelizmente, nós assistimos a notícias como esta, e eu passo a ler: "A Bel [um dos maiores grupos dos Açores, uma das maiores indústrias de laticínios] desiste de promover marca Terra Nostra em Itália e China."

Bom, se nós queremos produção, se nós queremos rendimento, nós precisamos de mercado. E não é só o mercado regional nem o nacional que conseguem absorver os nossos produtos, perdeu-se mercado, perdeu-se oportunidade.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Vamos comprar a BEL.

A Oradora: E sabem que é que fica a perder com isto tudo? São os produtores,

aqueles que o Governo enche a boca para dizer que está a defender o seu rendimento. Não, não está a defender o rendimento dos agricultores açorianos. Neste momento, quem está a defender o rendimento dos agricultores açorianos é o Partido Socialista, que apresenta medidas concretas, que vai à frente e que vai à luta.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* Notou-se recentemente!

A Oradora: Relembro-vos também outra notícia e esta é destes dias: "Empresários de São Miguel criticam a falta de estratégia integrada na fileira do leite." Bom, nós estamos hoje a analisar um Programa do Governo que continua a não olhar para a agricultura como deve olhar. É preciso a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores vir fazer aquilo que se espera do Governo, que é aplicar estratégias para um setor tão importante.

Bom, Sras. e Srs. Deputados, sem produtores de leite não há indústria, mas sem a indústria também não há produtores de leite. E nós temos indústrias nos Açores que são feitas por agricultores. Dou-vos o exemplo da Pronicol, que por acaso é na ilha Terceira. E dou-vos o exemplo da Unileite, que é em São Miguel, é feita de agricultores e para agricultores.

É há uma questão que se deve colocar: o que tem feito este Governo para defender essas indústrias, que são dos agricultores e para os agricultores? Eu respondo: nada!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* E o que é que o PS tem feito?

A Oradora: Nem diálogo, nem conversa, nem reúne, simplesmente se esquece da nossa indústria!

Bom, a verdade e como aqui também já foi dito, enquanto num dia o Sr. Presidente do Governo faz juras de amor eterno à produção de leite, no dia a seguir o Sr. Secretário das Alterações Climáticas e do Ambiente diz que afinal é para matar o setor, porque vão matar mais de 10 mil vacas leiteiras.

Deputado Carlos Silva *(PS):* O Sr. Secretário tem preferência pelas de carne ou de leite?

A Oradora: Leiteiras, porque as de carne não fazem mal. Segundo o Sr. Secretário da Agricultura, até ajudam a combater as alterações climáticas.

Bom, é este o Governo que nós temos. São essas as estratégias que nós temos para o nosso setor da agricultura.

A verdade é que o setor leiteiro não está bom. Não é de agora, é verdade. Mas aquilo que se ouve na rua, aquilo que todos sabem e aquilo que os agricultores dizem é que nunca esteve tão mal.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Isso não é verdade!

Deputado Berto Messias *(PS):* Menos Facebook e mais trabalho, Sr. Secretário!

A Oradora: No dia em que a produção de leite acabar na Região, terá três culpados: PSD, CDS e PPM.

Disse.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

(*) Deputado João Mendonça *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, como sabe, sou agricultor.

E quero apresentar uma questão urgente, que não envolve uma verba muito significativa, mas tem uma grande utilidade prática para os agricultores da minha ilha: está previsto, por parte de V. Exa., uma intervenção nos parques de retenha de gado da Casinha Velha e da saída, cuja resolução passa pela substituição do piso, de forma a permitir uma melhor movimentação dos animais e das pessoas?

Obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Eu pedi a palavra neste momento para intervir neste debate, porque, também, ao fim de um dia inteiro de debate e de já meia manhã, depois da intervenção da Sra. Deputada do Partido Socialista, eu sou forçado a pedir contas ao Partido Socialista, nomeadamente por aquilo que disse, mas sobretudo por aquilo que fez.

E eu não posso deixar de achar curioso essa intervenção de uma pseudodefesa do mundo rural e da agricultura, desde logo nos Açores, quando tenho à minha frente um antigo Deputado da Assembleia da República e o líder do Partido Socialista dos Açores, que permitiram que o Governo da República, durante estes últimos anos, tenha… não quero usar uma expressão demasiado forte para não tirar ali o protagonismo a outras bancadas, mas impediram os agricultores dos Açores de receber 15 milhões de euros, 15 milhões de euros que os senhores que estão à

minha frente impediram os agricultores dos Açores de receber.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem! É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E esta tentativa de passar uma esponja sobre a responsabilidade, desde logo a responsabilidade política que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e o Sr. Deputado João Castro têm especificamente no prejuízo causado aos agricultores dos Açores, no debate sobre o Programa do Governo, após umas eleições antecipadas, em que os açorianos tiveram que escolher antecipadamente o caminho que queriam percorrer, virem aqui querer inverter o ónus desta responsabilidade toda, do facto de estarmos, aqui, hoje, a discutir um Programa do Governo, e vêm os senhores querer esconder a vossa responsabilidade especificamente em relação à agricultura dos Açores, ao mundo rural dos Açores, a esse pilar da nossa economia, fazendo de conta também que não estiveram 24 anos no governo e que não foram responsáveis por aquilo que andaram a fazer também nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E para que isto não passe em claro, eu pedi para me inscrever nesta fase do debate, porque, também, o Partido Socialista, que diz que é contra este Programa do Governo, que é contra este caminho que nós percorremos, em que nós alterámos substancialmente desde logo a relação do poder político com a agricultura dos Açores, por exemplo, com o fim dos rateios, o Partido Socialista agora até coloca no seu programa eleitoral o fim dos rateios.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Exatamente!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É realmente uma coisa extraordinária para este partido, o maior partido da oposição nesta Casa.

Mas apenas mais um pormenor que vem confirmar toda esta atitude de faz-de-conta, de teatro, …

Deputado Carlos Silva *(PS):* Teatro é o que o senhor está fazendo, um drama!

O Orador: … de não verdadeiro interesse em resolver os problemas dos açorianos, que é trazida pelo Partido Socialista, é o facto de colocarem no programa eleitoral do Partido Socialista reformular o plafond do gasóleo agrícola, quando votaram aqui contra uma proposta nesse sentido, para reformular o plafond do gasóleo agrícola. É uma hipocrisia política, sem sequer ter nome que lhe possa chamar!

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E portanto, o Partido Socialista veio aqui representar um papel de uma espécie de frustração pelos resultados e pelas eleições que ocorreram nos Açores, no passado dia 4 de fevereiro. Não queiram continuar a prejudicar os Açores fazendo de conta que fazem alguma coisa por alguém.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta área sectorial que agora estamos, a agricultura, sem dúvida que é um setor fundamental e um setor base para os Açores, de todo com muita relevância, quer aquilo que foi feito nestes últimos três anos, quer aquilo que o Governo propõe fazer e o caminho que pretende continuar a trilhar nesta área.

Também, aqui, de tudo o que já foi dito, disse a Sra. Deputada do Partido Socialista que o PS é que está a defender o rendimento dos agricultores, que a agricultura nunca esteve tão má como está neste momento. E a pergunta que lhe faço, Sra. Deputada, é: onde é que a senhora andou durante tantos anos?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* As perguntas são dirigidas ao Governo e não a nós.

A Oradora: Teve o Governo do Partido Socialista a possibilidade de mudar tanta coisa que a senhora aponta como errado agora. Onde será que a senhora andou?

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E falar do setor cooperativo, sabendo todo o percurso que na nossa Região, inclusive na ilha de São Jorge, o setor cooperativo teve, e em tantas outras ilhas?! Vir aqui falar do setor cooperativo e dizer que o setor cooperativo nunca esteve tão mal como está agora?! Ó Sra. Deputada, onde é que a senhora andou? Pelo menos, vá ver as notícias, vá ver o Diário das Sessões, de tantos debates que se fez nesta Casa sobre estas matérias!

Depois, quanto às explorações e à tipologia de explorações que nós queremos para a nossa Região, sem dúvida que temos explorações cada vez mais sustentáveis, dinâmicas, competitivas, de olhos postos nos desafios presentes e futuros. É este trabalho que este Governo tem vindo a desenvolver.

Quando estamos a defender a sustentabilidade de uma exploração agrícola, vem-nos logo à cabeça a palavra previsibilidade. E a pergunta que eu faço é: quem é que trouxe previsibilidade aos agricultores, quando estes se candidatavam a medidas e chegaram a ter 40 % de rateio? Em prémios ao POSEI, em prémios às superfícies…

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem! Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Porque, em 2018, por opção política do Governo do Partido Socialista, aplicaram-se reduções às produções. Por opção política do Governo do Partido Socialista. E foi este Governo que veio desbloquear e que veio retomar os valores que antes eram aplicados aos produtores. Foi este Governo, por uma opção política, com o fim dos rateios. Há um esforço do Governo Regional, com Orçamento Regional, para que os produtores tenham previsibilidade naquilo que vão receber, porque isso é um fator muito importante para a sustentabilidade das suas explorações. E foi este Governo, por opção política, que implementou isso

na Região. E que os senhores, veja-se bem, até agora votaram contra, mas que agora até já põem no seu programa do Governo, agora a medida já é boa.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E queria também dizer que, em relação à agricultura, acho que o caminho tem que ser efetivamente este que está a ser percorrido, no sentido de criar previsibilidade e de tornar as nossas explorações competitivas. Sem dúvida que é esse o caminho.

Mas também na valorização dos nossos recursos endógenos, tem sido esse trabalho feito, para que os produtores sejam incentivados a produzir culturas como o milho, como o sorgo. Temos vindo a aumentar o número de hectares destas culturas, o que é importante também para criar a sustentabilidade das nossas explorações e diminuir os custos de produção.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: É esse o caminho que este Governo tem vindo a fazer.

Saindo aqui um bocadinho daquilo que é a pecuária, também na questão da diversificação agrícola, na promoção do aumento de áreas, que tem vido a aumentar na nossa Região, quer de horticultura, quer da parte da fruticultura. Este caminho também está a ser percorrido.

Está tudo bem? Não. Há muito caminho a fazer? Há. Mas, sem dúvida, o ponto de partida também não era o mais favorável.

Em relação à agricultura biológica, dizer que, sem dúvida, tem existido um crescimento. Daquilo que vamos acompanhando junto das explorações, há uma tendência de crescimento, também porque as próprias explorações que já estão em agricultura biológica têm aumentado a área, uma vez que também há mais

procura deste tipo de produtos e há uma preocupação alimentar maior por parte do consumidor. Isso também é positivo. Claro que é algo que tem que continuar a ser motivado e incentivado junto da população, dos produtores. É esse trabalho que nos parece que tem vindo a ser desenvolvido e que deve ser também continuado.

Só para terminar, fazer uma questão ao Sr. Secretário, que é: relativamente aos caminhos agrícolas — e é preciso assumir, foi uma dificuldade na anterior legislatura —, perguntar se, efetivamente, na próxima legislatura, esta será uma prioridade.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Castro.

(*) Deputado João Castro *(PS):* Sr. Presidente, distintos Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Deixarei os cumprimentos protocolares, indispensáveis, para uma intervenção futura que farei, contudo importa prestar um esclarecimento a este Parlamento.

Sr. Deputado Bruto da Costa, não há qualquer falta de pagamento de ajudas do Estado aos produtores dos Açores.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Ainda por cima!

O Orador: E desafio, aqui neste Parlamento, a fazer-nos chegar o enquadramento legal daquilo que, hoje, aqui, referiu e daquilo que, hoje, aqui, preconizou.

Não sei se reparou ou se esteve atento, mas ninguém do Governo Regional, hoje,

aqui, falou nesse assunto. E esse é um tema que foi apagado dos discursos do Sr. Presidente do Governo Regional…

Presidente do Governo Regional dos Açores *(José Manuel Bolieiro):* Apagado não foi.

O Orador: … e dos discursos dos Srs. Membros do Governo Regional nesta tutela.

Todos já percebemos que era uma obrigação do Governo Regional e uma opção do Governo Regional, fazer face a esses encargos e fazer face a esses custos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Grande autonomista!

O Orador: Optou por não o fazer.

O que todos bem sabemos é que era o Governo Regional quem solicitava ao IFAP para atrasar os pagamentos aos produtores dos Açores, face às dificuldades financeiras que tinha para cumprir com as suas obrigações.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Isso é mentira, uma grande mentira!

Deputado Carlos Silva *(PS):* É verdade, Sr. Secretário!

O Orador: Isso ficou muito bem esclarecido no Parlamento Nacional, ficou muito bem esclarecido na opinião pública e, hoje, penso que fica claro no Parlamento dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e

Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Castro, o senhor pode ter ficado bem esclarecido sobre esta situação naquilo que lhe diz respeito do passa-culpas do papelinho que faltou assinar por alguém, ou o IFAP que achava que era de uma maneira e era de outra. Isso não é nada verdade. Nada disso é verdade. A única coisa que é verdade é que os senhores atribuíram um auxílio de Estado apenas a uma parte do território português.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* É verdade!

O Orador: Essa é que é verdade. É tão simples como isto.

Deputado João Castro *(PS):* Não é verdade! Não, senhor!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não é!

O Orador: E vir transitar o Sr. Deputado João Castro da Assembleia da República para o Parlamento dos Açores, para vir dizer que o Estado Português não tinha obrigação de apoiar os agricultores dos Açores e que, aqui, os açorianos e os impostos dos açorianos é que deviam pagar aquilo que é a concorrência que o Estado Português está a fazer ao não ajudar a agricultura açoriana, é de um autonomista, que eu vou-lhe dizer uma coisa… é a pior importação que esta Assembleia podia fazer em termos da defesa não só da autonomia, mas dos direitos e dos interesses do povo açoriano, nomeadamente os seus agricultores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Não bastava o senhor ter demonstrado o porquê de ter andado os últimos dois anos a fazer de conta que dava importância à agricultura dos Açores e aos agricultores açorianos, não bastava o senhor ter acabado de demonstrar porque é que o senhor

não foi útil para a defesa dos Açores e dos açorianos na Assembleia da República, o senhor ficou esclarecido pela República do prejuízo que causava aos agricultores dos Açores, passando as culpas, as responsabilidades e os deveres para com a Região Autónoma dos Açores, mas olhe, Sr. Deputado, quem não viu o dinheiro foram os agricultores dos Açores.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

O Orador: São 15 milhões que a República Portuguesa deve aos açorianos, deve à agricultura açoriana. E o senhor devia ter feito mais por defender, lutar e para que isso tivesse sido pago. Será, se Deus quiser e se ainda formos a tempo, por um Governo do PSD, do CDS e do PPM na Assembleia da República, conforme ficou também bem esclarecido no dia 10 de março último.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Castro.

(*) Deputado João Castro *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Até que enfim isto está a animar. Vá lá, Sr. Deputado, esforce-se um bocadinho!

O Orador: Sr. Deputado Bruto da Costa, sabe porque é que não apresentou aqui o enquadramento legal daquilo que reivindica?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não está no computador.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não existe.

O Orador: Não, não é porque não está no seu computador. Não é porque não está no computador de todos os Deputados ou de todas as pessoas que estão a ouvir este Parlamento. É porque não existe, Sr. Deputado. É porque não existe.

E eu tive a oportunidade de desafiar o PSD na altura a criar esse enquadramento legal e a tentar contornar esse enquadramento legal. É verdade que o PSD optou por não o fazer. E nós até achamos bem que o PSD não o tivesse feito, porque seria uma alteração de enquadramento que poderia ferir uma ferramenta e um instrumento fundamental de gestão da agricultura dos Açores, que é o programa POSEI.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* E o PS porque é que não fez o enquadramento?

O Orador: O PSD terá, certamente, a oportunidade de agir de forma diferente…

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O que é que o senhor fazia na Assembleia da República?

O Orador: … se nova situação surgir. Não o fará. Estamos certos de que não o fará, porque, efetivamente, o programa POSEI é algo que devemos preservar, é algo que devemos salvaguardar. Os produtores açorianos sabem disso. O Sr. Secretário Regional sabe disso muito bem. E todos os que se preocupam com a agricultura dos Açores sabem disso muito bem.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-

Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários:

Enquadramento legal e mudar o enquadramento legal, desde logo, o senhor era Deputado na República, podia ter feito alguma coisa sobre isso e não quis fazer.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Não fez nada!

O Orador: Mas a sua explicação, aquilo que lhe foi dito e que o senhor aceitou de bom grado, como se tivesse sido um grande parecer sobre o enquadramento legal, o Ministério esclareceu-o a si que, relativamente às Portarias n.os 120-A/2023 e 120-B/2023, em causa estava um apoio financiado em exclusivo (e agora, veja bem o enquadramento legal) pelo Orçamento do Estado, do continente. Ó Sr. Deputado João Castro, o Orçamento do Estado (com maiúscula, não é do estado de espírito de ninguém, é o Orçamento do Estado) é de Portugal, não é do continente.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E o senhor estava lá, não disse nada sobre isso. E ao seu lado também ninguém fez nada para salvar os agricultores dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Ficou tudo K.O., não vale a pena!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, caros Membros do Governo:

Tentando responder de forma objetiva, porque o tempo escasseia, às várias questões que me foram colocadas. Começando pelo Sr. Deputado Francisco Lima, dizer-lhe que o Programa do Governo, como disse logo no primeiro parágrafo, é uma continuidade da legislatura anterior, ou seja, não podem estar ali todas as medidas, ações e objetivos daquilo que foi feito em três anos e debatido em três anos até nesta Casa.

E o Sr. Deputado, que é uma pessoa atenta, penso que deve ter observado que, em 2022, apresentámos os planos estratégicos para os vários setores agrícolas. E um plano que foi apresentado, com grande pompa e circunstância, para os próximos dez anos, que teve a participação dos vitivinicultores, das suas organizações, de quem quis participar, que esteve em discussão pública, foi o Plano Estratégico para a Vitivinicultura apresentado. Está em operacionalização e será efetivado também nestes próximos quatro anos. Portanto, como também aconteceu na horticultura, na floricultura, na fruticultura, na agricultura biológica, na apicultura. Nós, agora, sabemos onde é que vamos. E não estamos a governar às cegas. Antes, nós não sabíamos para onde é que íamos.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* O Plano da Agricultura já estava pronto!

O Orador: Agora, temos uma agroestratégia. E estes planos de orientação e planeamento foram apresentados. É esta a diferença. Não temos que voltar a repetir o que já está feito. Temos, sim, que trabalhar no que já está feito. E isso é a diferença, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por outro lado, dizer-lhe também que, sim, Sr. Deputado, as suas iniciativas, o seu pensamento pode ser vertido nesta Assembleia Regional. Por exemplo, a lei do arrendamento rural é um decreto legislativo regional. Também pode contribuir assim e apresentar uma iniciativa. Não cabe só ao Governo apresentar iniciativas. O senhor, como Deputado, tem essa função, essa representatividade e, obviamente, tem essa legitimidade de apresentar iniciativas. E, portanto, se assim o quer, apresente nesta Assembleia, para nós todos debatermos a situação. E, portanto, bem-vindo com as suas iniciativas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Depois, relativamente à questão dos bovinos, da bovinicultura e à limitação da bovinicultura nos Açores, o que existe é uma limitação a partir de 2045, que não é secreta, de reduzir em 1 % o número de vacas leiteiras. O número não pode ultrapassar os 80 mil. Nós não temos 80 mil. E, portanto, não é nada de novo, 2045, não é secreto.

Nós somos obrigados a apresentar em todos os setores estratégias para a redução daquilo que é a libertação de metano. Ora, nós, na agroprodução e em concreto na bovinicultura, limitado só às vacas leiteiras, limitamos a 2045. Bom, até lá muita coisa vai acontecer, Sr. Deputado, estamos em 2024.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Depois, Sra. Deputada Hélia Gomes, muito bem, é um tema fundamental, é um tema que nos foi querido. Criamos o maior plano de trabalho da agricultura biológica.

O PS, de 2018 a 2020, fechou as candidaturas e os apoios à agricultura biológica nos Açores, limitou, atrasou o desenvolvimento da agricultura biológica nos Açores durante três anos!

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* É verdade, sim, senhor!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Vergonha!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós lançámos um grande plano e, em 2021, abrimos essas candidaturas, de tal maneira que aumentou em 3 mil hectares a agricultura biológica, em mais de 200 % o número de agricultores biológicos nos Açores.

Criámos um plano de ação para todas as ilhas, dedicado a técnicos, produtores e, pela primeira vez, àquilo que a senhora, e muito bem, diz que é preciso, a consumidores. Alertando e sensibilizando o consumo para a saúde, o consumo para o ambiente, o consumo para a sustentabilidade, aquilo que é a imagem para os Açores da agricultura biológica.

Sim, é um plano fundamental. E vamos continuar com muitas ações de formação, com muitas ações práticas de experimentação, com ações em todas as ilhas, chamadas Agrobio Regional I, II e III. Não foi o IV porque chumbaram. Vai começar novamente o Agrobio I.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado José Pacheco, para dizer em especial a questão do fundo, vamos lá ver se nós percebemos: o preço do leite dos Açores não é um preço

qualquer, é um preço sensível e é um preço que serve de referência a outros preços também das várias fileiras económicas. Temos que perceber isto. É um preço que tem um efeito multiplicativo, ou não, na economia dos Açores e permite uma série de situações.

O que interessa aqui é, depois da criação do Observatório dos Preços Agroalimentares, que não é nada físico, não é nada de novo, é só um conjunto de técnicos que se vão dedicar a perceber aquilo que são os custos de produção nas várias ilhas, até nos vários concelhos, para depois publicitar este preço, para os produtores poderem negociá-lo na mesa das negociações com as indústrias e para a Administração Regional também ter uma melhor política pública, sem ser governar às cegas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O que acontecia antes é que não se sabia qual era o preço real dos custos de produção de 1 litro de leite ou de 1 quilo de frutas ou de 1 quilo de carne.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sempre se soube!

O Orador: Não se sabia, nunca se soube, governava-se às cegas. Agora, nós vamos saber qual é a formação dos preços, para haver equidade dentro da mesma fileira agroalimentar, em que ninguém fique com a parte de leão. Isto é que é fundamental.

Depois de conhecer isto, os produtores de leite, através dos seus apoios comunitários, vão contribuir numa percentagem para um fundo, que será também uma contribuição do POSEI, que vai iniciar uma revisão para se criar este fundo. No caso do preço do leite e tendo em conta aquilo que são os custos de produção, se baixar a um determinado nível, será acionado o fundo. No caso de não, será revertido a favor dos produtores novamente aquilo que é o dinheiro do fundo. E, portanto, não há contributo do resto da sociedade para isto. Não, é um fundo de garantia de sustentabilidade, é uma rede, como quando se está num trapézio, relativamente a um preço tão sensível à economia dos Açores.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Pacheco *(CH):* Esse fundo vai ser como a SATA! Os contribuintes vão pagar isto tudo, como pagaram a SATA!

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata, o IVV-Açores, como sabe, portanto, quando fez uma intervenção, esqueceu-se de falar sobre a história do IVV-Açores e esqueceu-se da sua responsabilidade no IVV-Açores, responsabilidade enquanto Deputado. E vou explicar: o IVV-Açores foi aprovado no Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022, de 22 de março de 2022. Foi aprovado nesta Casa. Mas, depois, o decreto legislativo esquecia-se de uma coisa que nós temos privilegiado, que são as pessoas.

E voltamos a apresentar uma proposta, que tem a entrada 0053, que entrou a 27/03/2023 nesta Casa. E continuou nesta Casa, porque a proposta previa aquilo que é a transferência dos recursos humanos da CVR para o IVV, porque a CVR será extinta. E, portanto, esta proposta esteve nesta Casa, caiu com o fim da legislatura. E, portanto, o senhor podia ter agendado na Mesa Parlamentar essa iniciativa. E essa iniciativa esteve a marinar esses meses todos aqui na Assembleia.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Não é verdade! O senhor é que deixou marinar um ano por incompetência!

O Orador: Nós não mandamos na Assembleia. No passado é que mandavam na Assembleia. E, portanto, é da sua responsabilidade também avançar com a iniciativa.

E, portanto, o IVV-Açores será uma realidade. O IVV-Açores será operacionalizado. E vamos voltar a entregar, novamente, a proposta na

Assembleia.

Depois, Sr. Deputado Pedro Neves, muito bem, a agricultura regenerativa também será uma agricultura na vertente da naturalidade. É na naturalidade que nós queremos apostar nos Açores. E, certamente, nas análises dos solos que nós já protocolamos com a Universidade dos Açores, não foi este ano, foi o ano passado, mais de duas mil análises de solo a realizar durante os próximos três anos, para constituir-se e atualizar aquilo que é a Carta da Capacidade de Uso dos Solos. Isso é fundamental. O solo é um bem essencial, é um bem de promoção, é uma garantia de sustentabilidade intergeracional e é aquilo que melhor nós temos para oferecer também nos produtos. Aliás, eu acho que os nossos produtos agroalimentares deviam começar a ter no seu rótulo o bom uso do solo que os agricultores fazem nos Açores.

Finalmente, eu vou passar aqui à Sra. Deputada Patrícia Miranda. Deixe-me dizer uma coisa: quando fala nas cooperativas, nós herdamos, quando entramos no Governo, uma dívida de cerca de 66 milhões de euros das cooperativas. E alguma até estava manifestada no dossier de transição. Vou-lhe relembrar aquilo que é a responsabilidade do PS, que passou para o Governo de coligação.

Deputada Patrícia Miranda *(PS):* O senhor gosta é de fechar cooperativas!

O Orador: No dossier de transição diz assim: valor pendente com a UNICOL – Cooperativa Agrícola no montante de 814 mil euros, relativos à compensação de 0,235 cêntimos por litro, destinados à manutenção do preço do litro do leite adquirido na ilha da Graciosa nos anos 2019, 2018, 2017, 2016 e parte de 2015.

E, portanto, quando fala na responsabilidade das cooperativas, não se esqueça de referir que herdamos uma responsabilidade efetiva da vossa incoerência, da vossa irresponsabilidade, perante o setor transformador na Região Autónoma dos Açores!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado João Castro, deixe-me dizer uma questão muito direta: do calendário de pagamentos do POSEI e do PRORURAL, qual foi o apoio que ficou em atraso? Qual foi o apoio do PRORURAL ou do POSEI que foi atrasado? Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Francisco Lima *(CH):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aqui, sobre o Sr. Secretário, eu tenho a dizer que não me respondeu à pergunta do desperdício alimentar. E agradeço que o faça.

Mas, já agora, no decorrer do debate, eu encontrei aqui duas contradições. Uma delas é sobre a questão do fundo, de avaliar os custos de produção. Eu pergunto, está aqui na página da Secretaria: na RICA — Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, não se consegue aferir o custo de produção.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Isso é outra coisa!

O Orador: Acho muito estranho, porque é alargado a várias explorações, já tem dados históricos desde o século passado. É um observatório, mais uma despesa.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Não é!

Deputado José Pacheco *(CH):* Mais um!

O Orador: Mais um observatório. Pronto, também já fiquei a saber que tem mais um observatório.

E a outra questão aqui é sobre a questão da fertilidade dos solos. Ora, consta aqui na página da própria Secretaria a fertilidade dos solos, com dados históricos de décadas. Portanto, isto não serve? A realidade dos solos mudou? Porque estão aqui de todas as ilhas, com centenas ou milhares de análises, onde diz, realmente, qual é a qualidade dos solos em termos de nutrientes. Eu quero é saber se estamos a falar de uma coisa diferente. Vamos repetir as mesmas análises? É quase como analisar a qualidade da água, não é? Embora a qualidade dos solos não varie assim tanto. Agradecia então a sua resposta.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tem razão, esqueci-me de lhe falar sobre a questão do desperdício alimentar. Dizer-lhe que é algo que já se trabalha na Secretaria, com a publicitação daquilo que é o desperdício. Temos articulação com os restaurantes, com as Câmaras do Comércio. Agora, nem tudo o que fazemos é público. Mas, obviamente, já deve ter visto no sítio onde trabalhou até agora vários panfletos e folhetos daquilo que

é o apelo à sensibilidade para o desperdício alimentar. E, portanto, isso existe, é uma articulação com os restantes Membros do Governo da área. E, portanto, não é nada que não possa continuar a existir.

Por outro lado, em relação às análises dos solos, não se vai fazer nada de novo. As análises dos solos são relativamente àquilo que é a procura pelo lado do produtor, para analisar a sua opção de fertilização dos solos. Por um lado, a sua opção. E ainda bem que há análise de solos e ainda bem que há mais procura, porque assim o produtor pode ter uma opção: ou mais azoto, ou mais potássio, ou não… E, portanto, os microelementos e os macroelementos daquilo que é uma fertilização são fundamentais. E o aconselhamento técnico é fundamental para ter uma boa produtividade, quer no milho, quer em outra cultura qualquer. E, portanto, as análises é na procura do agricultor. Nós não vamos só fazer por fazer, é para responder e fazer aconselhamento técnico ao agricultor.

Com essas amostras, o que fazemos também é ir atualizando a evolução em termos de fertilidade do solo e, por isso, a evolução da Carta do Uso do Solo. Isto é fundamental, qualquer que seja o Governo.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Nuno Barata, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para uma interpelação, no sentido de perguntar à Mesa quanto tempo decorreu entre a aprovação do diploma que constituiu o Instituto da Vinha

e do Vinho dos Açores e o chumbo do Orçamento de 2024.

E mais, pergunto também à Mesa, se me souber esclarecer, se é possível transferir trabalhadores de uma instituição ou de um organismo para outro sem que este outro ainda exista, ou se é ao contrário, é preciso existir para depois se transferir.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Neste momento, eu não lhe consigo dizer as datas de entrada. O que eu consigo dizer é que as iniciativas nesta Casa não andam a marinar, mas sim a tramitar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) Deputado Paulo Silveira *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira intervenção nesta legislatura, aproveito para cumprimentar todos, o Sr. Presidente da Mesa, restante Mesa, as Sras. e os Srs. Deputados (um carinho especial para os que agora iniciam funções) e os Srs. Membros do Governo, por todo o trabalho que possamos desenvolver em prol dos Açores e dos açorianos.

Sabendo a importância que tem a área da agricultura para esta Região — e muito que teria para dizer o Sr. Secretário da Agricultura, mas o tempo também é limitado e não poderá dizer tudo o que gostaria de dizer a esta Assembleia —, gostaria de dar aqui um contributo, começando por afirmar a agricultura como um pilar fundamental para o desenvolvimento económico, pela sua dimensão económica, social e territorial:

Uma dimensão económica, na medida em que tem um contributo fundamental para a economia da Região e até para o País, no âmbito da produção, da indústria, da transformação, da exportação e do emprego;

Uma dimensão social, pela sua importância para a coesão regional, para o desenvolvimento das comunidades mais rurais, fomento ao emprego e capacidade

empreendedora de quem trabalha 365 dias por ano os campos da nossa Região;
Uma dimensão territorial, pela forma como permite preservar e conservar as zonas rurais e florestais, assim como criar condições distintas de identidade dos produtos alimentares açorianos, valorizando-os, como o exemplo do queijo de São Jorge, reconhecido e premiado por todo o mundo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A agricultura é, assim, parte indissociável do que é ser açoriano.
Hoje, por ação do Governo Regional da Coligação PSD-CDS-PPM, a agricultura dos Açores gerou as maiores receitas de sempre, são mais de 400 milhões de euros. Só na exportação de laticínios foram ultrapassados os 355 milhões de euros.
E na agricultura biológica, que cresce e consolida-se a cada dia, tendo a área biológica aumentado em três mil hectares em três anos.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Então para que é um fundo? Está tudo bem, não é preciso fundo nenhum!

O Orador: Numa política de transparência e de valorização da produção agrícola e do produtor, o Governo Regional da Coligação PSD-CDS-PPM, repito e já foi aqui dito, pôs fim aos rateios dos apoios POSEI e PRORURAL aos agricultores, …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … ao contrário do que aconteceu até anos anteriores. A partir de 2021, qualquer agricultor sabe a que se candidata e o que vai receber.

Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E como foi aqui dito e repetido, era tão má a medida, que o PS tinha incluído no seu manifesto.
A agricultura foi uma prioridade para o XIII Governo e continuará a ser neste mandato. O Programa do Governo que hoje discutimos pretende continuar as boas medidas na área da agricultura, adequando-se às necessidades e às legítimas reivindicações de quem produz o que nós comemos.

Neste sentido, o Programa do Governo pretende continuar a trabalhar para um aumento sustentado do rendimento dos agricultores, particularmente para o acesso dos jovens à economia rural.

Pretende apoiar e melhorar a competitividade das agroindústrias e a comercialização dos produtos agrícolas, pecuários e florestais certificados, em mercados de elevado valor. Temos que valorizar o produto açoriano pela sua qualidade e não pela quantidade.

Vai-se propor com a estratégia para a progressiva autonomia alimentar local em determinadas fileiras, principalmente nas ilhas de menor dimensão, mais sujeitas a intempéries que possam colocar em causa o seu abastecimento, …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … bem como apostando em medidas para combater o desperdício alimentar, como foi aqui bem referido.

Vai ser mantida a aposta na requalificação das explorações, com particular destaque para a produção de leite e de carne em pastoreio e com recurso à excelência da produção forrageira de pastagens, assim como será mantida a aposta na agricultura biológica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Programa do Governo pretende manter o apoio de 80 % na aquisição de sementeiras de milho e sorgo, promovendo a autossuficiência alimentar da Região. E para que fique bem claro, numa política de continuidade, que é reconhecida pelos agricultores, e que o Partido Socialista criticou na oposição, depois propôs manter na campanha e agora parece estar novamente contra. Um verdadeiro ziguezague titubeante.

O Programa do Governo Regional da Coligação manterá o apoio aos agricultores sem qualquer rateio.

O Governo Regional da Coligação está ao lado dos produtores, e os agricultores

bem o sabem.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Outra prioridade deste Programa do Governo reflete-se na criação do Programa Regional de Ordenamento Florestal, com vista ao ordenamento, gestão e evolução equilibrada do território florestal. Só conhecendo os recursos florestais podemos executar medidas de gestão e conservação adequadas.

A proteção e a salvaguarda do bem-estar animal é outra da aposta desta governação, que se pretende trabalhar em parceria com as autarquias locais, associações zoófilas legalmente constituídas, desde logo para a realização de campanhas anuais de esterilização de animais de companhia.

Fica assim evidente que, nestes últimos três anos, a agricultura açoriana tornou-se um setor atrativo e pretende-se continuar com as boas práticas para que assim se mantenha, em consonância com os produtores, com a indústria e com as associações.

Por isso, este é um programa plural e ambicioso, que procura chegar às várias particularidades que o setor enfrenta, tornando-o mais pujante e autónomo.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Chaves.

(*) Deputado Paulo Chaves *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, estamos, hoje, aqui, a defender o Programa do Governo, isto é, as linhas

orientadoras que o Executivo pretende para a legislatura.

E como o tema é apropriado, o tema da agricultura, quero salientar, antes da minha intervenção, que, hoje em dia, nos Açores, a agricultura tem paz social, ao contrário daquilo que se passa no continente e na Europa.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: Neste sentido, quero falar no crescimento agroprodutivo.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Houve uma manifestação!

O Orador: Inscreva, Sr. Deputado.

No crescimento agroprodutivo, diminuímos a nossa dependência externa para a alimentação animal, pois, comparativamente a 2020, aumentamos em mais de mil hectares a área de produção de milho. Atingimos um quantitativo recorde. Em 2023, atingimos os 13 mil hectares.

A área da fruticultura subiu 20 % em comparação com a governação socialista. Produzimos mais fruta. Um dos nossos objetivos é tornar os Açores também numa região produtora de fruta.

Beneficiámos mais de mil hectares no âmbito da exigência de pastagens biodiversas.

Cresceram as produções qualificadas DOP e IGP. Por exemplo, o número de produtores de mel DOP em 2023 subiu 50 % relativamente a 2020.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: O quantitativo de vinho certificado expedido atingiu um recorde em 2022, cerca de 62 mil litros. E ultrapassamos as 60 marcas e as 100 referências comerciais.

Em 2022, também, o total das exportações de bens agrícolas atingiu o valor mais alto dos últimos seis anos, passou de 288,8 milhões de euros em 2016 para 409,6 milhões de euros em 2022.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Em 2023 e comparativamente a 2021, verificou-se na média do leite

produzido um aumento de duas centésimas de proteína e seis centésimas de gordura.

A estratégia da qualidade intrínseca passou da palavra aos atos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Ou seja, com este Governo de Coligação, mais qualidade, menos quantidade.

Neste sentido, queremos continuar a fazer mais e melhor pela agricultura dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Isabel Teixeira *(PS):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A agricultura é um dos principais setores da nossa economia. Isso já foi, hoje, aqui, referido mais do que uma vez, mas nunca é demais falar sobre a agricultura e sobre os nossos agricultores, pois eles apresentam todos os dias desafios que

urge serem encarados com tomadas de posição eficazes.

Este setor necessita de concertação, capacidade de concretização e inovação, de forma a ser possível enfrentar os desafios com que os agricultores se deparam todos os dias.

A agricultura, no caso da ilha de São Jorge, precisa do setor leiteiro de forma a produzir um produto único, o queijo de São Jorge. Um produto DOP, que leva o nome de São Jorge e dos Açores além-fronteiras.

No entanto, há produtores de leite que se sentem injustiçados, enquanto há ilhas onde pagam para não produzir, temos outras em que não se assegura a necessidade de garantir a produção.

O agricultor tem de receber o valor justo do seu produto, e não se sentir desmotivado. Precisam de ver a valorização do seu investimento, do seu trabalho e sustentar as suas famílias.

Os caminhos agrícolas, Sr. Secretário, nunca estiveram tão degradados (já foi falado aqui, hoje, mas, que me apercebesse, o Sr. Secretário não respondeu), prejudicando a rentabilidade dos produtores agrícolas que diariamente ali circulam, quer pelo desgaste que provocam nas viaturas e equipamentos agrícolas, quer pelo tempo que levam para chegar às suas explorações.

A falta de energia elétrica. A falta de investimento em abastecimento de águas.

Sr. Secretário, o setor agrícola está a envelhecer de ano para ano, precisa de renovação, para isso os jovens precisam de estímulo e apoios concretos. A falta de atratividade nesta profissão e as dificuldades no setor não atraem os mais jovens. As candidaturas a projetos de investimento para jovens agricultores, e não só, não podem nem devem levar eternidades nas avaliações e nos despachos, o que leva a que muitos desistam deste setor de atividade. O Sr. Secretário falou hoje no programa intergeracional, vai colmatar estas dificuldades ou será mais um programa de burocracias e mais burocracias?

É preciso uma visão política, séria e concreta, de forma a assegurar e proteger

todos aqueles que dedicam os seus dias e o seu tempo a um dos setores mais importantes da nossa economia, com medidas concretas e exequíveis.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) Deputado Paulo Silveira *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao que a Sra. Deputada Isabel Teixeira aqui referiu, relembro, e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras já o reconheceu nesta Casa, realmente, os caminhos agrícolas não correram da forma que mais gostaríamos.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem, Sr. Deputado! É bom reconhecer!

O Orador: Mas também gostaria de dizer e convidava a Sra. Deputada a percorrer a ilha e ir à zona do Topo ver que os caminhos que são da Região já estão intervencionados. É importante ir atualizando a informação. Neste momento, eles já estão requalificados, principalmente na zona do Topo.

Em relação ao leite, gostaria também de dizer, compreendendo as injustiças, que também sabe que havia uma portaria, de 3,5 cêntimos, para os nossos agricultores que produzissem mais do que no ano anterior. Em relação a 2022, teriam um apoio de 3,5 cêntimos por litro de leite a mais produzido. Essas contas serão feitas ao longo deste ano de 2024.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Gostaria de dizer, também, para terminar, em relação às candidaturas, também convém estar atento, que recentemente foram aprovadas sete candidaturas novas a instalações em São Jorge: seis para leite e uma para carne.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso. Faça favor.

(*) Deputada Hélia Cardoso *(CH):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Agricultura, gostei de vigor e do entusiasmo da sua resposta.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Convicção!

A Oradora: Gosto de convicção, sim, senhor.

Falou-me da área, que aumentou. Falou-me de formação. Ali, o Sr. Deputado Paulo Silveira também me falou da área. Eu não vi quais são as vendas, os valores de vendas e de receitas da produção biológica. Ao contrário do leite, trouxe aqui as quantidades exportadas, mas da produção biológica não vi.

E a minha pergunta mantém-se: há canais de distribuição? Já há mercados para a produção biológica dos Açores?

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Isabel Teixeira *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Paulo Silveira, caro colega, finalmente reconheceram, desde que

nós entrámos em campanha, que os caminhos agrícolas estavam em mau estado, e começaram numa correria a tentar arranjar alguns caminhos. Nem precisa de me convidar para percorrer os caminhos agrícolas da ilha, porque eu sei muito bem percorrê-los até sozinha, não me perco em nenhum desses caminhos.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Em relação ao preço do leite, o valor que o senhor referiu, muito bem, todos os produtores ficaram agradados com o mesmo, no entanto, ainda continuam à espera do valor que foi aprovado nesta Casa em relação ao POSEI para os produtores agrícolas de São Jorge…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … e em relação ao marketing também.

E se fosse para falar de agricultura, tínhamos muito mais para falar aqui, mas neste momento não é possível.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Patrícia Miranda *(PS):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, já que o Sr. Secretário da Agricultura, em vez de falar ou de se cingir ao Programa do Governo, gosta de nos trazer as heranças a debate, então eu também gostava de falar das heranças deste Governo, porque para todos os efeitos já tem a sua herança, já tem o seu passado.

A importância das cooperativas no setor agrícola é indiscutível. Todos nós e todos

aqueles que estão ligados ao setor reconhecem e sabem a sua importância. Nós não conseguimos nada sozinhos e as cooperativas são exatamente isso, são interajuda e são fundamentais para que a nossa agricultura também tenha ela sucesso. E a herança do Partido Socialista foi exatamente essa, foi ajuda, ajudou as cooperativas açorianas, ajudou-as a alavancar e, dessa forma, ajudava também os agricultores, porque todos precisamos das nossas cooperativas.

Ora, vejamos qual é a herança deste Governo. Para já e também falando nas associações porque estão interligadas, atrasa os apoios dos contratos-programa às associações. Nunca estiveram tão mal.

E, por outro lado, a herança deste Governo também é fechar cooperativas. Eu lembro-vos também a Cooperativa das Flores, em vez de ajudar, fecharam.

Portanto, é essa a ajuda e é esse o contributo que este Governo dá aos nossos agricultores. E em matéria de cooperativas, estamos conversados.

Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Chaves, é pena não estar, porque eu gostava que ele me explicasse o seu conceito de paz social, porque relembro que aquilo que tem acontecido nos últimos tempos na nossa Região, essencialmente na ilha de São Miguel, são manifestações de agricultores. Onde é que está a paz social que se vive no setor?

Bom, relativamente também à análise estatística que o Sr. Deputado fez, faz uma análise muito engraçada, porque apenas diz aqueles que são os dados que convém a este Governo. Em matéria de crescimento de áreas produtivas, estamos todos muito bem, realmente cresceu, mas esqueceu-se do dado mais importante e da estatística mais importante para este debate: o rendimento dos agricultores, que nunca teve tão baixo.

Disse.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* A senhora não esteve atenta àquilo que eu falei!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Soares, tem a palavra.

(*) Deputado Luís Soares *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tem razão, Sr. Deputado Carlos Silva, eu não era para intervir nesta área, mas sinto-me forçado a fazê-lo, até porque de uma análise rápida que fiz ao trabalho desenvolvido pelo XIII Governo… porque a gente tem a perceção do trabalho feito, mas é melhor ir verificar se é mesmo verdade. É que é tanto trabalho feito na área da agricultura, que carecia de uma confirmação. Parecia que era impossível, mas não, foi mesmo possível e foi mesmo feito. E encontrei pelo menos 38 medidas estruturantes no setor agrícola. Pelo menos 38 medidas na área agrícola, medidas implementadas por este Governo, com impactos diretos no rendimento dos produtores, o que dá mais do que do que 12 medidas por ano. Em três anos (o senhor que é dos números) dá mais do que 13 medidas por ano, dá mais do que uma medida por mês, …

Deputado Carlos Silva *(PS):* E por hora?

O Orador: … desde os cortes dos rateios, que já foi aqui referido, as indemnizações compensatórias que voltaram a ser pagas, que tinham sido cortadas pelos governos socialistas. São tantas. O apoio, como já foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Silveira, à aquisição do milho e do sorgo em 80 %, o apoio em 50 % da semente de trevo. Bem, são tantas, tantas medidas.

Portanto, quem está do lado dos agricultores é a coligação.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: E ficou bem demonstrado porque é que os senhores estão desse lado

e nós estamos deste lado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sra. Deputada Patrícia Miranda, o rendimento dos agricultores açorianos, com estas medidas implementadas por este XIV Governo, que é o XIII numa fase continuação, subiu em média 30 % a mais no rendimento dos agricultores açorianos. Portanto, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (agora da Alimentação também), o senhor está de parabéns pelo serviço que tem realizado pelos agricultores da Região, pela Região Autónoma dos Açores, pela nossa economia.
Muito obrigado.
Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 12 horas e 5 minutos.

Eram 11 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 08 minutos.

Estávamos no âmbito da Secretaria da Agricultura e Alimentação.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional. Faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esqueci-me de responder aqui a algumas questões, vou voltar a elas, designadamente às do Sr. Deputado João Mendonça, da ilha do Corvo. Dizer-lhe que, na última legislatura, foi criado um Perímetro de Ordenamento Agrário na ilha do Corvo. A ilha do Corvo não tinha Perímetro de Ordenamento Agrário. Aliás, nos últimos três anos foram criados mais sete Perímetros de Ordenamento Agrário. E são agrogeografias com prioridade de investimento em infraestruturas. Estava previsto no Plano e Orçamento os investimentos que o senhor aqui questionou ao Governo, designadamente a Casinha Velha e a de saída. E, portanto, no próximo Plano e Orçamento, vai voltar a estar inscrito os investimentos nessas duas estruturas.

Depois, à Sra. Deputada Patrícia Miranda dizer-lhe que uma das minhas questões da intervenção foi dizer que nós estávamos centrados, numa legislatura, na melhoria do rendimento. E já demos provas disso, de tal maneira que nós, sim, preocupamo-nos com o rendimento do agricultor. Ora bem, o PS, nos últimos anos, na sua governação, o que fez foi cortar 13 milhões de euros por ano no rendimento dos agricultores pelo não pagamento dos apoios comunitários.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Ora, está demonstrado quem é que se preocupa verdadeiramente com o rendimento do produtor.

E o PS, reconhecendo a nossa assertividade nas políticas, a primeira medida no

caderno eleitoral para a agricultura é a manutenção do fim dos rateios. Ora, o reconhecimento da nossa assertividade nas políticas agrícolas.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Ora aí está!

O Orador: Depois, Sr. Deputado João Castro, para que isto não fique em branco e para que isto não passe, diga-me qual é que foi o apoio, no calendário de pagamentos de outubro a junho, do POSEI e do PRORURAL+, que não foi pago ou foi atrasado para os agricultores dos Açores. Eu vou voltar a insistir.

E mais, o enquadramento jurídico dos apoios nacionais é o POSEI. O POSEI é o programa que nos permite ampliar as ajudas de Estado sem qualquer restrição. E, aliás, o POSEI nunca recusou, devidamente justificado, qualquer apoio. É o POSEI o nosso instrumento de apoio, que aumenta a ajuda do Estado.

Deputado João Castro *(PS):* Nisso estamos de acordo.

O Orador: E, portanto, estava tudo enquadrado, não houve foi vontade política disso.

Aliás, o senhor está em contradição com os seus colegas aqui dos Açores, que votaram a favor da proposta, e os senhores lá fora votaram a favor, com os outros Deputados, contra a proposta. Os senhores podiam ter votado de maneira diferente, da mesma maneira que eu, como Deputado da República, já votei contra propostas do meu grupo parlamentar. E os senhores votaram com eles.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Depois, Sra. Deputada Hélia Gomes, voltou à questão e muito bem, a agricultura biológica foi, de facto, uma atividade esquecida, uma agroprodução esquecida nos Açores. Nós voltamos a abrir os apoios. E, como tal, nós estamos a registar aquilo que são as produções e o consumo. O observatório está a fazer esse trabalho. E, portanto, isto não é um interruptor, que de um dia para o outro nós temos tudo

registado, obviamente leva o seu tempo de registo. Estamos a instalar, de facto, sensores em todas as ilhas, estamos a contactar as associações, para termos este registo. É algo novo que estamos a implementar nos Açores, mas é uma política estrutural e de planeamento para continuar. Nós queremos oferecer, porque havia uma falta, de facto, desse tipo de alimentação.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Dou a palavra à Sra. Deputada Patrícia Miranda para uma intervenção.

Deputada Patrícia Miranda *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente… (não está), Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista acredita na agricultura, acreditamos que vale a pena apostar neste setor e que vale a pena todos os esforços para o defender e projetar.

É inegável o peso da agricultura na nossa economia e na nossa sociedade.

A agricultura, mais do que números, é feita de pessoas e para pessoas, é feita de famílias, empresas, sonhos e ambições.

É de olhos postos no futuro que se deve olhar para a agricultura. Com o dever e a obrigação de procurar sempre mais e melhores medidas capazes de dar esperança e confiança no futuro!

Por isso, quando se define e analisa um plano de ação, no caso um Programa do Governo, importa refletir sobre tudo o que se passou e sobre todas as estratégias que se pretendem implementar.

Conceitos como: "coesão económica", "autonomia" e "demografia" são absolutamente relevantes no contexto e realidade regional atual.

Conceitos que, infelizmente, não são tidos em conta no presente Programa.

Aliás, analisando o documento aqui hoje em debate, confirmamos: o Programa do XIV Governo Regional não serve os açorianos, tão pouco serve os agricultores dos Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Paciência! Deve ter sido por isso que os senhores perderam as eleições!

A Oradora: Duas páginas que esta coligação dedica ao pilar da economia, muito pouco ambiciosas. Preferem "continuar", "prosseguir" e "manter". Quando deviam "inovar", "avançar" e "melhorar".

E, apesar do XIV Governo Regional suceder ao XIII Governo Regional, que esteve à frente dos destinos dos Açores nos últimos três anos, continua apenas a fazer diagnósticos, ignorando as soluções para lidar e tratar os principais problemas que a nossa agricultura atravessa: os aumentos nos custos de produção e nas taxas de juro, a diminuição do preço pago à produção, a falta de mão de obra e o envelhecimento do setor, que leva ao cansaço e ao desânimo dos agricultores açorianos.

Diz o Sr. Presidente do Governo Regional que a "(…) diminuição do número de produtores não é um drama, é um sinal de novos tempos (…)".

Não, não é um sinal de "novos tempos", é sinal de que este Governo deixou, nos últimos três anos, os agricultores açorianos entregues à sua sorte.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Três milhões de euros! Acho que não vive nos Açores.

A Oradora: E, numa política de continuidade, não se vislumbra coisa diferente.

Sras. e Srs. Deputados,

Este programa falha na coesão económica essencial a qualquer setor para permitir a sua crescente competitividade e manutenção de rendimento.

No setor leiteiro, por exemplo, em vez de pagar para não produzir, é preciso assumir a necessidade de diálogo com todos os intervenientes do setor, essencialmente, indústria e distribuição, porque o problema nunca foi da produção, criando medidas que acrescentem valor e que combatam a indiferença do consumidor em relação aos nossos produtos, reforçando o rendimento do agricultor.

Deputado João Castro *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Numa altura em que a agricultura açoriana atravessa tempos difíceis, com diminuição de rendimento, percebemos e reafirmamos a importância da manutenção do fim dos rateios.

Porém, é extremamente necessário que o Governo Regional pague os apoios, prometidos a tempo e a horas; aplique novas medidas de apoio; …

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Finalmente converteram-se!

A Oradora: … e priorize uma política de investimento público, como por exemplo na manutenção e reforço dos caminhos agrícolas, no abastecimento de água, na eletrificação das explorações agrícolas e no apoio à conquista de novos mercados.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Mas nós sabemos, os agricultores sabem e sentem todos os dias no bolso, que o dinheiro não estica e que quem tem como bandeira política apenas o fim dos rateios, como este Governo, é porque não tem uma política séria nem consequente para o setor.

Deputado João Castro *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Poderá ter acabado com os rateios, …

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Ó senhora, foi a primeira medida eleitoral!

A Oradora: … mas não implementou um SAFRIAGRI, não pagou a tempo e horas aquilo que prometeu e deixou caminhos, literalmente, ao abandono. Isso também é um rateio. Pior, é um rateio encapotado.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* A degradação foi nos últimos três anos!

A Oradora: Falha, assim, no reforço da nossa autonomia.

Porque não é só o fim dos rateios que assegura o rendimento dos agricultores, não é pelo aumento da subsidiação que se assegura o futuro da nossa agricultura.

E falando em futuro, há mais um conceito com o qual este Governo tem vindo a falhar, e falha novamente neste programa, o da demografia. Só haverá agricultura, qualquer que seja, se houver agricultores e para isso é preciso os jovens se fixem no setor. Mais um Programa do Governo desta Coligação e mais uma vez os jovens agricultores ficam esquecidos, não vão além de uma mera frase generalista.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não apoiado!

A Oradora: Continua a ignorar, este Governo, que apostar nos jovens agricultores, mais do que uma opção, deve ser uma obrigação e prioridade de quem governa os Açores.

E que é preciso, com urgência e audácia, trabalhar em medidas concretas para os nossos jovens agricultores.

Sras. e Srs. Deputados,

Eu não sei o que o futuro nos reserva, nem tenho a capacidade de ir ao futuro e voltar.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Ainda bem que não!

A Oradora: Mas, quer eu, quer o Partido Socialista dos Açores, sabemos claramente o que queremos para o futuro: uma agricultura açoriana forte, rentável,

capaz de vencer as dificuldades, em que os jovens sintam gosto pela profissão e os pais sintam orgulho e confiança no futuro dos seus filhos.

Nós acreditamos na agricultura e acreditamos que é possível fazer mais e melhor do que aquilo que foi feito nos últimos três anos e do que aquilo que é apresentado neste Programa do Governo.

Disse!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Tal pena eu não ter pena!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, acompanha os nossos trabalhos nas galerias uma turma do 11.º ano da Escola Secundária Manuel de Arriaga. Agradeço a vossa presença e saúdo-vos em nome desta Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar. Tem a palavra para o efeito o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário Regional do Mar e Pescas *(Mário Pinho):* S. Exa. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, primeiro, que faça um *disclosure*, agradecendo a simpatia e o carinho que recebi do Governo, dos Srs. Deputados, neste primeiro momento de formação e num caminho de aprendizagem de um caloiro que chega aqui pela primeira vez. Agradeço-vos profundamente o carinho que me têm dedicado.

O Programa do XIV Governo para a área do mar e das pescas confirma a elevada importância e atenção que damos ao mar dos Açores enquanto área de jurisdição marítima de Portugal, de elevado potencial económico, que confere considerável posição estratégica e afirmação geopolítica no âmbito da bacia atlântica.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Este Programa do Governo combina as diferentes preocupações da monitorização e conservação ambiental com os processos de desenvolvimento económico dos usos e atividades marítimas, emergentes ou tradicionais, e ainda com as preocupações da fiscalização e do controlo, em linha com a estratégia regional do mar, que pretendemos ainda este ano finalizar.

Para as questões da conservação ambiental concluiremos o processo do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores e das Áreas Marinhas Protegidas.

Quero, a este propósito, fazer um alerta aos açorianos: está em discussão pública o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo até ao dia 28 de março. E devem, portanto, os mesmos entrar na página da Direção Regional de Políticas Marítimas e pronunciarem-se sobre o mesmo.

Dando simultaneamente resposta ao cumprimento das responsabilidades do Estado. É importante que a Região assuma estas responsabilidades no âmbito da recuperação dos ecossistemas marinhos e de afirmação da autonomia, por via da discussão legislativa destes instrumentos, que está já em curso e que esta câmara, no momento certo, terá oportunidade de se pronunciar.

Temos a ambição de concluir, neste mandato, as infraestruturas do projeto do Cluster do Mar dos Açores e, pelo desenvolvimento tecnológico esperado e

resultante do mesmo, poder dar maior incremento a instrumentos como a Diretiva Quadro Estratégia Marinha, trabalhando para fortalecer a base de apoio científico na definição de bom estado ambiental do mar dos Açores, mas também dar assim maior credibilidade formal ao conceito de sustentabilidade.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(José Manuel Bolieiro):* Muito bem!

O Orador: Para o desenvolvimento das atividades económicas, o Programa do XIV Governo dá continuidade ao desenvolvimento das atividades emergentes, como o turismo costeiro, as atividades marítimo-turísticas, a aquicultura, a biotecnologia, a robótica e a bioeconomia azul.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Nestas matérias, vamos apostar na dinamização do Hub Azul Azores, procurando organizar redes de empresários a várias escalas — é um trabalho que já estamos a realizar, ao nível regional, ao nível macaronésio, ao nível nacional, ao nível europeu e ao nível internacional, apostando na inovação, em articulação com o Cluster do Mar.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Espera o Governo promover sinergias entre os parceiros estratégicos, como as universidades, as entidades do sistema científico e tecnológico, a Escola do Mar dos Açores, Marinha Portuguesa, Força Aérea Portuguesa, entidades privadas, entre outros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Importa, meus senhores, a este nível chamar a atenção para a preocupação do Governo em tentar organizar toda a informação do mar dos Açores, propondo para o efeito estudar a criação de um centro de recolha e tratamento de dados SEA

CENTRE, que permita resumir a informação científica georreferenciada, assim como toda a informação estatística da economia do mar. É uma necessidade que todos os parceiros têm reportado.

Uma palavra para a consolidação da Escola do Mar como ativo determinante no futuro deste Cluster do Mar dos Açores. Não haverá, meus senhores, desenvolvimento de qualquer da economia do mar sem uma atividade de formação de excelência para as carreiras marítimas. O Governo espera a médio prazo o reconhecimento nacional e internacional da Escola do Mar como centro de formação nas profissões do mar. Falharemos se este objetivo não for concretizado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Para as áreas tradicionais da economia, o XIV Governo quer continuar a dar relevância ao setor das pescas. Pretendemos ajustar a atual frota pesqueira aos recursos vivos disponíveis, por via da restruturação da mesma, tornando-a mais segura, mais eficiente e mais sustentável.

Ao mesmo tempo, propomos prosseguir a reestruturação das infraestruturas portuárias, incluindo lotas, sistemas de frio, gruas e pórticos, lançando e reforçando a qualidade dos serviços à produção e à comercialização.

Propomos reforçar a estratégia de promoção do nosso pescado, em mercados internos e externos, incidindo em especial sobre espécies menos procuradas e de menor valor comercial, no sentido de as valorizar e em simultâneo procurar diversificar o esforço de pesca para recursos menos explorados. É, aliás, um trabalho de continuidade que temos vindo a realizar por diferentes governos.

No âmbito desta política de diversificação e ajuste do esforço de pesca aos recursos disponíveis, propõe o Governo Regional apoiar os investimentos necessários nas embarcações que pretendam obter licenciamento para o exercício da pesca-turismo. É importante iniciar o processo de diversificação para as atividades turísticas.

Continuar a desenvolver a estratégia da promoção da aquicultura. Nós propomos que isto seja feito no âmbito do centro de aquicultura a instalar no Tecnopolo Martec.

Quero, por fim, dar uma nota à fiscalização e controlo, propõe o XIV Governo Regional continuar o processo, que já foi iniciado, de instalação de sistemas de videovigilância para monitorização das Áreas Marinhas Protegidas, em locais estratégicos para defesa da atividade piscatória legal, sem prescindir, e é preciso chamar a atenção para este aspeto, de exigir junto do Estado o cumprimento das suas tarefas de soberania nos Açores, nomeadamente uma fiscalização eficaz das nossas áreas, também com recurso às novas tecnologias de deteção remota.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Aquisição e instalação dos sistemas VMS/EMC-MONICAP, que permitam a monitorização e a localização das embarcações de pesca que exercem atividade na Região Autónoma dos Açores.

Temos aqui um trabalho grande a fazer com a República para desenvolver esta área.

Quero também chamar a atenção de uma prioridade que gostávamos de dar relativamente à extensão destas tecnologias e destes procedimentos de monitorização e localização às atividades marítimo-turísticas. É, aliás, um

processo que a Direção Regional de Políticas Marítimas já iniciou.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, Sr. Professor Mário Pinho, vetusto amigo, bem-vindo a estas lides, finalmente.

Olhando o seu Programa do Governo, eu diria que há aqui um sem-número de questões que me apraz registar que estejam aqui escritas, nomeadamente essas relativas à fiscalização, nomeadamente aquelas que dizem respeito às Áreas Marinhas Protegidas, mas principalmente nesta primeira linha de medidas em que se propõe implementar a racionalização do esforço de pesca. E, nesse sentido, acho que ninguém como V. Exa. tem conhecimento da realidade para implementar medidas consequentes nesta matéria.

Nesse ponto de vista, a Iniciativa Liberal tem uma proposta no seu manifesto eleitoral que tem a ver com o estabelecimento de quotas mensais, ao contrário de serem quotas anuais, nomeadamente no que concerne a algumas espécies mais valorizadas que são capturadas em época de desova, que são capturadas em épocas em que têm menos valor comercial e que, posteriormente, na fase do ano em que elas têm mais valor comercial, muitas vezes, a quota já está esgotada.

E, neste sentido, a pergunta que lhe fazia era se está disponível para acolher essa proposta da Iniciativa Liberal no futuro Governo dos Açores e se concorda, ou não, com esta medida de estabelecimento de quotas mensais, ao contrário de serem quotas anuais.

De resto, desejo-lhe um bom trabalho. Como bem sabe, reconheço a sua competência.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção na XIII Legislatura, gostaria de saudar todos os colegas, em especial aqueles que entraram de novo, mas também o Sr. Presidente do Governo, os Membros do Governo e o Sr. Presidente da Assembleia, pela eleição, e os Srs. Secretários da Mesa.

Deixo aqui também uma saudação aos alunos do 11.º ano da Escola Manuel de Arriaga, que assistem, portanto, aos nossos trabalhos.

E, obviamente, não poderia iniciar a minha intervenção sem desejar os maiores sucessos ao Doutor Mário Rui Pinho, que vai fazer com certeza um trabalho profícuo em prol da pesca e dos pescadores açorianos.

Passámos três anos muito difíceis, mas, portanto, pensamos, e é esse o nosso objetivo e é esse também o nosso contributo, estar nas questões de fundo. Podemos ter ideias diferentes, mas o interesse é comum relativo à questão da pesca e dos pescadores açorianos.

A pesca, sendo uma atividade extrativa, é uma das poucas atividades que em muitos segmentos de frota os seus trabalhadores e pescadores não têm horário de trabalho, não têm hora para as refeições, não têm hora para dormir e sempre que saem para a sua atividade, nunca sabem qual é o rendimento que irão obter. Por

isso, deixo aqui um apelo a todos os colegas para que tenhamos uma sensibilidade especial para este setor.

Nos últimos três anos, as capturas foram marcadas por bons rendimentos: em 2021, foram de 36 milhões de euros; em 2022, 40 milhões de euros; e em 2023, 39 milhões de euros. Fruto da abundância do atum no mar dos Açores e da implantação do sistema de gestão de quotas de espécies residentes.

Mas poderia ter sido muito melhor. E poderia ter sido muito melhor se não tivéssemos perdido 20 % das quotas dos Beryx e também a perda de 400 toneladas da quota do Atum-Patudo, que passámos das 3200 para as 2700. E isto tem um impacto direto e indireto nos nossos pescadores.

Além de que houve negligência do Governo Regional no que diz respeito às candidaturas ao FEAMPA, em que poderíamos, tal como o Estado fez em relação aos pescadores do continente, e o Governo da Madeira fez em relação aos pescadores da Madeira, nós não fizemos candidatura para fazer face aos custos à produção, que poderíamos ter ido buscar na ordem dos 3,5 milhões de euros.

Há pouco, o colega Luís Soares referiu que na área da agricultura tinham existido 39 medidas para fazer face a um conjunto de questões. Eu, na área das pescas, as únicas medidas que tive conhecimento dentro desta Casa foi uma alteração à questão das lapas, que sabemos como é que foi, e pouco mais, a não ser a uma iniciativa nossa, apoiada também por unanimidade, que era inicialmente do PSD, relativa ao apoio extraordinário aos pescadores.

Mas ao ler atentamente o Programa do Governo referente às pescas, a verdade é que há um trabalho enorme, como disse o Sr. Secretário, a fazer, porque, de facto, ele não apresenta medidas inovadoras, Sr. Secretário, perante os novos desafios que os pescadores açorianos atravessam e que irão ser confrontados, nomeadamente:

Com a redução, como o senhor referiu, das áreas de pesca no âmbito da implantação das Áreas Marinhas Protegidas, que terá um impacto no rendimento

dos pescadores, que está calculado em 27 %, mas o cálculo da Federação das Pescas e de outras entidades é muito superior;

Com o aumento dos custos à produção, que não estão refletidos neste Programa. Portanto, nós sabemos quanto é que custava 1 litro de gasóleo há dois anos. E o preço da valorização das espécies não acompanhou o preço à produção, não está refletido neste programa;

Com os efeitos das alterações climáticas e do aquecimento global, que o Sr. Secretário tem conhecimento profundo desta situação;

Com a poluição e a ameaça das novas espécies exóticas invasoras.

São apenas alguns dos muitos desafios que o mar enfrenta e que os nossos pescadores e armadores serão confrontados. E querem respostas. Não é o PS que quer estas respostas, são os pescadores açorianos, são os açorianos lá fora que se dedicam à atividade da pesca.

Exigia-se muito mais neste Programa do Governo, que reflete um bocadinho a continuidade do que vinha de trás. E a continuidade é zero. Peço desculpa, mas tenho que referir isto. Os rendimentos foram muito bons, mas a estratégia não existia. E antes ter uma estratégia que não ter estratégia nenhuma, não é assim?

Por exemplo, a necessidade que o senhor referiu e que está expressa no Programa do Governo, da reestruturação da frota, mas é referido nesse Programa do Governo as questões de segurança e eficiência energética. O que nós propomos, e deixo um apelo ao Sr. Secretário, e conta com o Partido Socialista para avançarmos nessa solução, é um plano de reestruturação do setor, que defina metas e objetivos, ajustando progressivamente a frota à disponibilidade dos recursos piscícolas existentes e em conformidade com as medidas implementadas no âmbito da preservação dos mesmos, que seja justo para com os que findam a atividade e atrativo para as novas gerações de pescadores, porque corremos o risco de ter enormes dificuldades a esse nível.

Entendemos que estes obstáculos que o setor já atravessa não estão a ser

correspondidos, não estão refletidos neste Programa do Governo e que venham ao encontro destes desafios. E é por isso, naturalmente, que vamos também votar contra.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Isso é uma novidade!

O Orador: Os nossos pescadores pescam há décadas de forma sustentável nas pescarias do atum, contribuindo decisivamente para a sustentabilidade das espécies nos oceanos. No entanto, de momento, não existe qualquer plano de gestão levado a efeito pelo Governo para as capturas do Atum-Patudo para uma quota anual de 2700 toneladas, o que pode levar à paragem da frota atuneira e a uma diminuição do rendimento dos nossos pescadores.

E questiono, Sr. Secretário. Eu sei que tomou posse há pouco tempo, mas gostaria de fazer duas questões. Qual é a importância que o senhor considera de um plano anual de gestão para as pescarias do Atum-Patudo, do Atum-Rabilho e do Atum-Voador?

Quais serão as diligências do ponto de vista da Política Comum de Pescas que serão realizadas e que pretende efetuar para sensibilizar as organizações internacionais que regulam as pescarias do Atum-Patudo e do Atum-Voador, assim como do Atum-Rabilho, da necessidade do aumento da quota destas espécies com impacto no rendimento dos pescadores e armadores açorianos?

Porque não basta dizer aos nossos pescadores que pescamos de forma artesanal, de salto e vara, uma linha e um anzol, e não verem refletido quer no aumento de quotas, quer no preço por quilo de peixe. Portanto, não é por acaso que os espanhóis, a frota espanhola, os cercadores espanhóis, neste momento, já têm o selo de sustentabilidade, quando um lance dessa frota corresponde a um ano a uma quota dos Açores, de Portugal. Portanto, nós temos 85 % de quota, como o senhor sabe.

Para finalizar, o senhor referiu uma área fundamental, que é a área da fiscalização,

com a monitorização e os sistemas de videovigilância, que vêm permitir maior eficácia do ponto de vista do controlo dos mares. Estranhamente, em relação à principal entidade que faz fiscalização dos Açores, que é a Inspeção Regional das Pescas, eu creio que foi por lapso, Sr. Secretário, o senhor não fez qualquer referência da sua importância, quando, de facto, é preciso afetar recursos humanos, é preciso afetar equipamentos e dar condições de trabalho, de facto, àquelas pessoas, que assim o necessitam.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Sr. Secretário Regional, desejo-lhe boa sorte e que o trabalho seja profícuo para V. Exa.

Vou fazer duas perguntas, muito rapidamente. Relativamente às Áreas Marinhas Protegidas, se a promessa do Governo na legislatura anterior continua, neste caso de 30 % das Áreas Marinhas Protegidas. É só para termos a certeza. Gostava dessa afirmação do Sr. Secretário.

E também falando de animais, neste caso de espécies invasoras e exóticas, obviamente com correlação relativamente à aquicultura, a aquicultura que o Governo pretende, em relação à qual o PAN é totalmente contra, será *onshore* ou *offshore*?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa aguarda mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado José Sousa *(CH):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários:

O Programa do Governo defende que se cumpram os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, antecipando as metas estabelecidas para 2030, e implementar a proteção 30 % do Mar dos Açores, como Áreas Marinhas Protegidas.

Gostava eu de saber se isto é uma imposição da União Europeia ou apenas uma vontade de ser os primeiros, os primeiros a condicionar a subsistência dos nossos armadores, dos pescadores e das suas famílias.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

O Orador: Sendo também um dado adquirido que o peixe não é um ser estático, desloca-se, vamos estar a condicionar os nossos pescadores locais e costeiros e a proteger o nosso peixe, enquanto embarcações espanholas, chinesas, internacionais, vêm para o nosso mar alto capturar o peixe que nós andamos a proteger. Nós fazemos os nossos perder dinheiro, para os de fora virem pescar. Portanto, isto para mim não tem qualquer sentido.

Tenho também de discordar do Governo e também da Iniciativa Liberal, dessa racionalização das pescas e de quotas mensais ou trimestrais, porque o nosso clima não permite esse tipo de quotas. E isto já foi feito. Relembro que, em 2022, quando tentaram dividir as quotas trimestralmente e por ilhas, isto deu muito mau resultado. Houve várias vezes em que proibiram capturar o Goraz, por exemplo, nas Flores. Chegámos ao fim do ano e devolvemos 183 toneladas de Goraz que

não capturamos. Fizemos com que as nossas famílias, os nossos pescadores, perdessem mais de um milhão de euros neste ano.

Portanto, eu gostava de ter as vossas respostas quanto a isso e se pensam bem antes de antes de pôr essas medidas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo que hoje estamos a discutir é claramente aquele que no nosso entender dá melhor resposta aos pescadores açorianos. Este procura dar respostas aos problemas existentes, mas também tenta projetar o futuro das pescas nos Açores.

E é só com uma pesca forte, sustentada e rentável que podemos criar estabilidade no setor e, consequentemente, bem-estar das famílias que dependem da pesca para sobreviver.

Assim, este Programa do Governo assenta em cinco áreas: a sustentabilidade, os rendimentos, a formação, a fiscalização e a investigação.

Algumas dessas áreas estão a ter, com este Governo, a importância que nunca tiveram. E este setor, também, é com este Governo que começa a ter a importância que nunca teve. E isto é preciso ressalvar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva *(PS):* Esteve três anos sem Secretário!

O Orador: Sim, é altura de dar mais importância às pessoas e não às coisas. É altura de falar mais de pescadores e não de pescas. Sim, porque, muitas vezes, temos que nos colocar na pele do outro, e o outro espera que nós falemos dos seus problemas e que tentemos resolver o problema do dia a dia deles, não apenas andar em coisas supérfluas, que muitas vezes não dizem respeito ao dia do pescador açoriano.

Diria, contrapondo aquilo que disse o Deputado Mário Tomé, que muitas vezes traz aqui esta Casa a questão das quotas e a perda do peso que é dirigido aos Açores, relembro também que foi o governo socialista que perdeu, em que tínhamos mais de uma tonelada de quota, por exemplo, do Goraz, e que foi perdendo até chegar às instâncias a que nós chegamos.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Não é verdade!

O Orador: Sim, é verdade, Sr. Deputado.

Digo mais, relativamente àquilo que é a questão das áreas protegidas, já foi dito publicamente pelo Presidente do Governo, já foi também referido várias vezes por membros desta bancada, que com as áreas protegidas nós queremos garantir o futuro, mas não vamos prejudicar ninguém no presente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E o Programa do Governo refere isto mesmo, que haverá compensação financeira para quem tiver prejuízo com essa nova alteração.

Sim, os pescadores podem confiar neste Governo, porque este Governo é, efetivamente, um Governo de bem.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado José Pacheco, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pois, nós sabemos que as pescas estiveram para aí congeladas em frio, devem ter estado na arca durante três anos e tal, uma vergonha como nunca se viu, a andar a apanhar bonés. Mas isso é o tempo que passou. Temos um novo Secretário, dou-lhe as boas-vindas. E vamos a isso.

Os nossos pescadores merecem muito mais respeito do que têm recebido. E este respeito, que em novembro passado se dizia que o POSEI seria pago em breve, este breve que no relógio não existe nem no calendário, eu quero saber, em nome dos pescadores açorianos, que data é esta que vão pagar aos pescadores.

E quanto a reservas, se é para ironizar os pescadores da mesma maneira que se anda a fazer com o POSEI, vai correr mesmo muito mal. Por isso, não se enganem os pescadores. Não se atira areia para os olhos dos pescadores, eles merecem todo o respeito.

E nós temos um produto de excelência no mar dos Açores, de excelência! Se nós não soubermos isto, se quisermos ser uns pacóvios e ser os melhores alunos da turma e destruir um bem que nós temos aqui, natural, que pode sustentar muitas famílias e boas famílias, nós estamos a errar. E nós não podemos errar, nós temos é que acertar.

Muito obrigado.

Deputada Olivéria Santos *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.
(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Sr. Secretário, uma felicitação pela digitação para o exercício deste cargo. Bem-vindo. E esperemos que seja um bom exercício de um mandato, a bem de todos os nossos Açores.
A criação de Áreas Marinhas Protegidas nos Açores representa um passo crucial para preservar a riqueza do mar dos Açores, alinhada com a estratégia nacional e com a estratégia da União Europeia. Ao criar essa zona, estamos a garantir a conservação de ecossistemas vitais, protegendo a biodiversidade marinha e promovendo a sustentabilidade futura de atividades pesqueiras.
As vantagens são claras: proteger habitats marinhos essenciais para o ciclo de vida de muitas espécies, onde se incluem os fundos marinhos, a consequente regeneração dos stocks de peixe e, paralelamente, a criação de condições que promovem o turismo ecológico e de natureza.
Contudo, temos consciência que as restrições de acesso podem impactar imediatamente os rendimentos dos pescadores, exigindo-nos políticas que mitiguem o impacto negativo e potenciem os ajustes necessários na atividade

piscatória. Sr. Secretário, solicitava que nos esclarecesse se está equacionado no Programa do Governo esta mitigação do impacto negativo que a instituição destas áreas possa ter no rendimento dos pescadores.

A longo prazo, no entanto, estamos convencidos que os benefícios superarão os sacrifícios atuais. A recuperação dos stocks beneficia os ecossistemas e também garantirá uma atividade piscatória mais sustentável e lucrativa no futuro.

O nosso Governo de coligação está a defender o legado para as gerações vindouras. No entanto, para garantir o sucesso dessa política, é essencial a vigilância das Áreas Marinhas Protegidas, quer localmente através de meios navais e aéreos, quer recorrendo às mais avançadas tecnologias como sejam drones ou mesmo satélites, pelo que é crucial que haja cooperação e apoio por parte da República Portuguesa, que é quem tem a tutela de soberania do nosso mar.

Em resumo, as Áreas Marinhas Protegidas nos Açores são um investimento no futuro da nossa pesca e do nosso mar açoriano. Apesar dos desafios imediatos, as vantagens a longo prazo são indiscutíveis. Com vigilância adequada e apoio contínuo, poderemos garantir a preservação deste património para as gerações futuras.

O nosso compromisso com a proteção dos oceanos é um dever moral e uma necessidade para a nossa sobrevivência.

Paralelamente, o Governo Regional planeia reestruturar o sistema de lotas. Nesse sentido, impõe-se esclarecer o que está previsto realizar e em que moldes irá beneficiar a atividade e o rendimento dos pescadores.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé, pede a palavra para…

Deputado Mário Tomé *(PS):* Um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Faça favor.

(*) Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não era para eu intervir mais neste assunto porque ia aguardar, obviamente, as respostas do Sr. Secretário às minhas questões, mas, obviamente, gostaria de esclarecer também a Assembleia e pedir um esclarecimento ao colega Jaime Vieira. E o esclarecimento tem a ver com…

Presidente: Sr. Deputado, peço desculpa, isso é uma intervenção ou é uma interpelação?

O Orador: Não, eu vou fazer uma intervenção. Peço desculpa.

Presidente: Obrigado.

Sra. Deputada Salomé Matos, tem a palavra.

(*) Deputada Salomé Matos *(PSD):* Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Programa do XIV Governo, na área do mar, do qual todos temos conhecimento e apresentado aqui pelo Sr. Secretário, prossegue uma visão estratégica de promoção de um oceano saudável e bem gerido, concertado com aquilo que são as políticas nacionais, o cumprimento de diretrizes europeias e que aposta num aumento de conhecimento, no restauro de habitats oceânicos, na sustentabilidade dos seus usos, apostando na criação de emprego, promovendo uma economia azul circular, no âmbito de políticas nacionais e de diretrizes europeias.

A conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos assume particular importância, para além da definição de políticas específicas de conservação

marinha e para a qual variadíssimos projetos em curso assim contribuem.

Realçava aquilo que são as grandes mensagens no que ao mar se refere e que este Programa veicula no âmbito da valorização do mar e da preservação do oceano:

A relevância da implementação de várias ações no âmbito do Programa Educacional Marítimo dos Açores, fundamental para a literacia neste setor, abrangendo várias faixas etárias;

Também, a importância da investigação científica enquanto ferramenta essencial para a gestão dos usos do mar do arquipélago, que justifica os avultados investimentos previstos no PRR para o desenvolvimento do Cluster do Mar;

Também, o foco que é dado à identificação da Universidade dos Açores enquanto parceiro essencial em todo o processo, num claro reconhecimento ao trabalho que a academia açoriana tem feito e, fundamentalmente, ao núcleo sediado na ilha do Faial, pelo impulso que durante anos deram a estas questões marinhas;

É também dado um reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Escola do Mar dos Açores enquanto parceira, esta escola que tem vindo a comprometer-se cada vez mais com uma formação de excelência, de alta qualidade e um ensino cativante para os formandos. Acreditamos que estas ações são essenciais para a segurança e eficiência das atividades marítimas em todas as áreas e para as quais uma equipa experiente trabalha arduamente todos os dias, facultando, oferecendo todas as oportunidades de formação e capacitação dirigida a um universo de todas as ilhas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Ao nível da formação profissional, entendemos que deve continuar a ser garantida a formação mais adequada aos profissionais da pesca, com programas de educação onde a segurança é o denominador comum e onde a Escola do Mar é já uma referência regional e nacional nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: A definição da rede de Áreas Marinhas Protegidas é um processo

que decorre desde 2019, é um projeto fundamental para salvaguardar a biodiversidade e a saúde dos ecossistemas marinhos. Permitirá proteger e recuperar uma parte importante do património natural dos Açores, garantindo um oceano saudável para as gerações atuais e gerações vindouras.

Relembro que este processo, inicialmente com 15 % de áreas protegidas, foi, de forma ambiciosa por este Governo, dando cumprimento aos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, antecipados para a implementação de 30 % do mar dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Por último, apenas realçar a importância também que é dada por este Programa, de que apenas com mais meios e, provavelmente, recorrendo a meios tecnológicos de fiscalização estaremos em condições de dar o esperado contributo nesta missão de proteger o nosso oceano.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé. Faça favor.

(*) Deputado Mário Tomé *(PS):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve, só um esclarecimento ao colega Jaime Vieira, que estamos quase no horário regimental, portanto, eu vou cumprir com o tempo. Caro colega, uma coisa é não termos recursos disponíveis para quota, outra coisa é termos quota e não termos recursos. Nós, a Região, em 2006 e 2007, tínhamos cerca de 900 toneladas de Goraz, quando não chegávamos a fazer essas capturas. Hoje, temos

600 toneladas. Não houve diminuição de quota dessas espécies, houve ajustamentos de acordo com a disponibilidade dos recursos existentes. E houve sempre um trabalho feito do ponto de vista científico a comprovar isso. A questão é que nos últimos três anos não houve qualquer política de pescas.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Sr. Deputado Paulo Gomes, tem a palavra.
(*) Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Antes de mais, não podia deixar de enviar um abraço de solidariedade a todos os pescadores dos Açores, muitas vezes incompreendidos, …
Deputado António Lima *(BE):* Ah sim, incompreendidos pelo Governo!
O Orador: … mas que merecem toda a nossa consideração, solidariedade e apoio, numa profissão que é de enorme risco, aquela que é a protagonizada pelos nossos pescadores nos Açores.
Queria abordar aqui duas situações, a primeira relativamente a uma intervenção do Sr. Deputado Mário Tomé, que referiu que na anterior legislatura apenas se lembrava de uma medida deste Governo Regional, o que não concordo.
Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Duas!
O Orador: Lembro as profundas alterações ou melhoramentos ao Fundo Pesca, em que os pescadores agora passam a beneficiar realmente de uma segurança social mais condigna, porque agora conseguem ter direito a descontos o mês inteiro, algo que antes não acontecia. E para quem não sabe aquilo de que estou a referir-me, havia pescadores que iam para o mar cinco dias e aquilo contava como uma faina, um dia de pesca, em termos de descontos para a Segurança Social.

Portanto, isto foi uma grande conquista, que foi conquistada por este Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Já para não falar do início da formação na Escola do Mar, que estava ao abandono.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: Como também o apoio à aquisição em termos de gasolina.

Portanto, são vários, podia enumerar muito mais, mas também sei que os Srs. Deputados estão com fome e não quero fazer perder muito do vosso tempo.

Queria fazer uma pergunta ao Sr. Secretário. E também desejar-lhe os maiores sucessos nesta sua governação. Dizer-lhe que terá todo o nosso apoio para o bom desempenho dessas suas novas funções.

Como sabem, no passado, foram investidos muitos milhões na aquisição de gruas e pórticos. Algumas gruas até, se calhar, com uma dimensão superior àquela que era realmente necessária. E o que se assistiu durante muitos anos foi a algum desleixo, a alguma falta de manutenção desses mesmos equipamentos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito desleixo!

O Orador: E o Governo Regional, liderado pelo Presidente José Manuel Bolieiro, quando entrou em funções em 2020, deparou-se com essa pesada herança. E não é num ano ou dois que se resolvem problemas de fundo, problemas estruturais e que custam muitos milhões, nalguns casos até custam mais do que comprar um novo equipamento.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: Portanto, neste sentido, considerando toda esta problemática, queria perguntar ao Sr. Secretário qual é a sua estratégia em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas.

Bom, estávamos no pedido de esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas. Pergunto se há mais inscrições.
Sr. Deputado José Ávila, faça favor, tem a palavra.
(*) Deputado José Ávila *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e restantes Membros do Governo (o Sr. Presidente não está):
Sr. Secretário Regional, no Programa do Governo mantém-se a antecipação das metas estabelecidas para 2030, de implementar 30 % do mar dos Açores como Áreas Marinhas Protegidas. Já ouvimos, também está escrito, mas relativamente à data-limite nada é referido. E era importante nós sabermos qual é essa data de antecipação.
Foi referido também que serão criados mecanismos de compensação para a perda de rendimento. Eu pretendia saber e esta bancada queria saber se essas compensações serão destinadas só aos armadores ou se também serão destinadas aos nossos pescadores. E, também, ainda sobre esta matéria, eu gostava que o Sr.

Secretário esclarecesse. E nós sabemos que há uma queixa recorrente quando visitamos os portos de pesca dos Açores, porque há falta de conhecimento por parte dos pescadores sobre esta matéria. O que nós queríamos saber é se equaciona esclarecer melhor os pescadores sobre esta importante medida.

Relativamente às intervenções dos Srs. Deputados Jaime Vieira e Paulo Gomes, só lhes queria dizer uma coisa: se existem mais de sete centenas de casas de aprestos, se existem portos de pesca modernos, lotas, pórticos de varagem em todas as ilhas, é porque alguém os construiu. E não foi nenhum dos governos dos senhores.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* E se há peixe, foi porque o PS o pôs no mar!

O Orador: E não se esqueçam de uma coisa muito importante, que às vezes é esquecida: se é verdade que o PS esteve no governo 24 anos, é também verdade que foi o povo que deu estes mandatos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Ó Sr. Deputado, referências ao Livro da Criação, agora?!

O Orador: E também é verdade que o PSD, partido dos Srs. Deputados com quem eu estou a falar, esteve no governo 23 anos. E em matéria de pesca, a vossa herança foi um setor depauperado, com bolsas de pobreza e sem condições dignas para tantos e tantos pescadores, que tinham de trabalhar noutras áreas para ter com que alimentar as suas famílias.

É verdade que os equipamentos precisam de manutenção, mas também é verdade que durante estes três anos já podiam ter feito alguma, ou então vamos ter que repetir essa conversa durante os próximos quatro anos.

Caros Deputados Jaime Vieira e Paulo Gomes, prezados amigos, juntem-se a nós para exigir a este Governo que faça mais e faça melhor pelos pescadores, porque nestes últimos três anos foi mesmo a fingir.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputada Olivéria Santos *(CH):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

Permitam-me uma nota prévia antes de me dirigir ao Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, para, de uma forma pessoal, tendo em conta a minha formação profissional no jornalismo, fazer uma ressalva à luta dos jornalistas, que hoje estão em greve. Sempre que uma classe pede por mais e melhores condições de vida e por mais dignidade, o Chega junta-se a essas pessoas. E também está solidário com as causas que hoje estão na rua a defender.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

A Oradora: Posto isto e por falar em dignificar profissões, é também nesse âmbito que vai a minha pergunta ao Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, sobre a dignificação da classe das pescas. Em 2022, foi criado um grupo de trabalho aqui nesta Assembleia, depois de um projeto trazido pelo Chega, que se prende com a zona protegida da área da Caloura até Vila Franca do Campo. A minha pergunta é saber se o Sr. Secretário tem conhecimento deste grupo de trabalho.

Foi-nos informado, através de requerimento, que este grupo de trabalho tinha concluído o seu trabalho, mas até hoje não sabemos o resultado desse trabalho que foi levado a cabo.

Gostava de saber se o Sr. Secretário tem conhecimento, quais são os resultados deste grupo de trabalho e o que é que pretende fazer em relação a esta matéria em particular, que prejudica os pescadores da Caloura, em São Miguel.

Muito obrigada.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, para responder, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** *(Mário Pinho):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Permitam-me que responda. Há um conjunto de perguntas que são coincidentes, dos diferentes Deputados. Deixem-me responder desta maneira relativamente a questões estratégicas. A forma prática como o gabinete gostaria de executar estas matérias? Nós vamos propor ao Conselho do Governo que seja feita uma resolução do Governo para mandatar a Direção Regional de Políticas Marítimas para elaborar a curto e médio prazo a estratégia regional para o mar dos Açores. Quando nós estamos a fazer isto, objetivamente o que é que estamos a fazer? Estamos a definir os objetivos de longo prazo da Região para a área do mar. É preciso dizer que a estratégia para o mar… Não sei se algum dia leram a estratégia nacional para o mar, é um projeto relativamente complexo. A Administração participou neste processo. E, portanto, digamos que a estratégia nacional para o

mar é a visão que o país tem a longo prazo. A maneira como nós depois executamos, ou os planos de execução que temos de curto e de médio prazo, cada um tem uma visão diferente. E eu admito que haja vários caminhos para chegar a Roma.

Portanto, quando nós aceitamos que a estratégia nacional para o mar é a visão do país a longo prazo, o que nós vamos fazer é adaptar a estratégia nacional à realidade da Região e, portanto, passamos a ter um projeto de longo prazo. Quando fazemos isto, é preciso chamar a atenção de que temos um conjunto de pressupostos que estão por detrás que não são negociáveis.

Os senhores, por acaso, não pedem que o desgraçado do Secretário vá negociar o Tratado de Nice. Não posso, não tenho essa competência. E, portanto, há um conjunto de competências que são dadas ao nível da gestão da área do mar, nomeadamente à União Europeia, à República e, naturalmente, às competências que nós temos, que cada um tem que estar no seu lugar.

Ao nível das estratégias, nós temos que nos saber posicionar. E, portanto, quando o senhor me diz que os 30 % das Áreas Marinhas Protegidas… Isso são estratégias que se referem, digamos, aos compromissos que o Estado assumiu nos diferentes acordos, nas diferentes resoluções e nas diferentes estratégias internacionais, com as quais o país está alinhado. E, portanto, nós o que estamos a fazer é adaptar essa realidade à realidade local.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Era bom fazer este preâmbulo, porque o Sr. Deputado Mário Tomé faz duas perguntas que me parecem estratégicas e muito esclarecidas, agradeço-lhe pelas perguntas que faz, nomeadamente como é que nós vamos gerir as quotas dos Beryx e dos Patudos. E a pergunta que está subjacente é: bem, nós até cumprimos muitíssimo bem as responsabilidades do Estado, a Região Autónoma dos Açores tem cumprido muito bem, tem executado aquilo que nos têm mandatado, mas, depois, por sermos muito cumpridores, não temos acesso à

quota. É verdade, Sr. Deputado, mas isso não tem uma solução tão fácil de gestão de administrativa das quotas, como propõe o Sr. Deputado Nuno Barata.

O que é que temos que fazer a esse propósito? Bem, temos que fazer o trabalho político, temos que ir à União Europeia, temos que negociar.

Nós conhecemos essa história, porque, no passado, no âmbito da Semana das Pescas, nós fazíamos muito esse trabalho político de trazer os decisores e mostrar na prática, aqui na Região Autónoma, quais eram as dificuldades que nós tínhamos e porque é que nós queríamos modificar e queríamos ter a Administração Europeia do nosso lado para algumas exceções. Portanto, esse trabalho eu estou disponível para o fazer. Claro que não poderei fazer muito sozinho. Teremos oportunidade também de nos ligarmos à REPER e procurar apoio no âmbito da União Europeia.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Também, o Sr. Presidente do Partido Socialista, no âmbito de Presidente do Comité das Regiões, pode dar uma ajuda e um contributo nessas áreas. E nós estamos disponíveis para fazer esse trabalho.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Quando a coisa aperta, o PS ajuda!

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata, sim. Tendo a estratégia de longo prazo, executar os planos de execução a cada ano, este Secretário não está muito disponível para definir como é que vamos executar as quotas. Esse não é um trabalho que o Secretário deva definir, isso é um trabalho que o setor deve definir como é que quer executar. Os planos de gestão anual, como é que gerimos as quotas, tem de ser o setor a definir. É por isso que, das 17 espécies que temos quotas atualmente, oito já têm quotas por embarcação, por ilha, trimestrais, mensais. E, portanto, temos uma panóplia grande, dependente daquilo que é a vontade do setor.

Nós preferimos ter um acordo com o setor e que sejam executados planos com o setor aceites, do que impor aquilo que as pessoas não querem executar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Bom, nesta perspetiva, quero informá-lo também que na próxima sexta-feira, amanhã à tarde, temos uma reunião com a APASA e com a Federação das Pescas, exatamente para pensar na questão estratégica, neste momento mais urgente, que é exatamente a execução da quota do Patudo. E porque é que é urgente? Porque, como sabem, nós não controlamos a variabilidade da abundância anual. E, portanto, corremos o risco, de um momento para o outro, de ter uma abundância muito grande e termos os entrepostos frigoríficos, nomeadamente, entupidos com excesso de produto.

Sr. Deputado Pedro Neves, o Secretário não vai definir se quer a aquicultura *offshore* ou *inshore*. Não é uma competência do Secretário. São os senhores empresários que vão definir se querem fazer a aquicultura *offshore* ou *inshore*.

Quero lembrar-lhe que o ordenamento do espaço marítimo prevê já áreas potenciais para a aquicultura. Agora, falando realisticamente, e foi o que eu disse na minha intervenção, eu acho que nesta questão da aquicultura, exatamente por causa das questões que levantou e por causa dos problemas ambientais que eventualmente poderemos ter, nós devemos trabalhar com a ciência…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … e devemos trabalhar no âmbito do futuro tecnopolo, procurar que soluções é que teremos para a aquicultura. Quero dizer, quando estou a dizer isto, que a visão é estar a trabalhar com os empresários, não é estar a trabalhar com os administrativos da Secretaria. E, portanto, nesse ambiente, definir com *strong based science* qual é a melhor maneira de poder fazer investimentos na aquicultura.

Também lhe quero lembrar que, no âmbito do Hub Azul, é um trabalho que já estamos a fazer de contratar redes, de criar redes de empresários. Não sei se o senhor tem consciência de que os empresários na Região, na área do mar, não conversavam tanto como nós esperávamos. Tínhamos também problemas de comunicação. O que nós estamos a tentar fazer é pôr os empresários a comunicar, tentar trazê-los para dentro dos projetos de investigação, nomeadamente dos Interreg e, nesse âmbito, criar, digamos, endurance para que os empresários comecem a perceber como é que as redes de empresários funcionam num futuro Hub Azul.

Por último, dizer que há uma questão que me preocupa muito, que tem a ver com as infraestruturas portuárias, porque eu tenho os pés bem assentes na terra e tenho consciência do quão difícil é fazer este trabalho. Para fazer este trabalho, eu pedi à Sra. Presidente da Lotaçor para passar um dia inteiro comigo em São Miguel, para me explicar como é que o contrato-programa da Secretaria com a Lotaçor está a ser executado e para tentar perceber no local, indo aos locais, visitando os portos e vendo os equipamentos, exatamente quais são os problemas que temos. Nós aqui temos uma dificuldade prática, temos que ser realistas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Quero também dizer-lhe outra coisa: nós temos a ideia de dar uma outra dinâmica àquilo que são as Delegações de Ilha da Secretaria Regional do Mar e Pescas. As Delegações de Ilha têm que ter um conjunto de outras competências, que sejam verdadeiramente a representação da Secretaria nas ilhas.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Nem todas as ilhas têm!

O Orador: E é preciso também estender estas competências às competências da Direção Regional de Políticas Marítimas por causa da monitorização do oceano.

Nós esperamos ter um incremento muito grande ao nível da monitorização e vamos ter a necessidade de ter apoio logístico nas ilhas para fazer esta monitorização.

A área da Caloura, sim, Sra. Deputada, conheço bem o problema da área da Caloura, fui eu que tomei a decisão de dar a resposta de que não alterávamos aquilo que tinha sido decidido, por uma razão simples, e serve também de informação relativamente a este processo das Áreas Marinhas Protegidas: o processo não está fechado. O Governo tem uma proposta para as zonas *offshore* que considera negociada. Temos um problema de efeitos colaterais no rendimento dos pescadores. Muito bem, nós o que estamos a propor é, no âmbito Blue Azores, negociar com o setor como é que vamos indemnizar e como é que reorganizar a estrutura.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Agora, temos a segunda fase, que é de trabalhar este ano no processo costeiro. E, portanto, no processo costeiro, na Caloura, todos os atores que têm interesse na Caloura poderão participar e propor aquilo que pretendem que seja executado para Área Marinha Protegida da Caloura.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem, Sr. Secretário!

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Se for como as outras participações, os da Caloura vão ficar na mesma!

O Orador: Portanto, é nesse sentido, é nesse fórum, com representantes dos diferentes setores de atividade, num processo negocial, que devem decidir, aliás, para todas as Áreas Marinhas Protegidas. Pode, inclusive, até ser alterada, nós estamos disponíveis para isso.

Deputado José Pacheco *(CH):* O senhor acabou de admitir que nada foi feito! Pobres pescadores!

O Orador: Não, eu não disse isso, Sr. Deputado. Eu não disse isso. Eu disse que o Sr. Deputado, inclusive como cidadão, pode participar no processo

participativo, se assim o entender.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, obrigado pela clareza do seu discurso, agradeço por isso, mas continuo com uma dúvida. E a dúvida tem a ver, Sr. Secretário, relativamente à aquicultura. Apesar de o regime jurídico, relativamente à orla costeira, ser *onshore* ou ser *offshore*, mas *offshore* que esteja perto da orla costeira, a licença comercial e a decisão estratégica tem que ser do Governo, obrigatoriamente. Dizer, à partida, que o Sr. Secretário não vai ter competência relativamente a isso e deixa-se tudo para os empresários, parece que você tem uma costela da Iniciativa Liberal. E aqui eu estou um bocado assustado! Tem que haver, obviamente, uma mão do Governo relativamente àquilo que há, sem dúvida, e poderá haver.

E há uma diferença, como o Sr. Secretário sabe, entre o impacto ambiental tanto *onshore* como *offshore*, com problemas diferentes, mas tem os seus impactos. E se não houver uma mão do Governo relativamente a isso, esse cuidado, juntamente também com o seu colega relativamente ao ambiente e às alterações climáticas, se for *offshore*, nós vamos ter um grande problema.

E depois, quem é que dá, também, as licenças comerciais relativamente à aquicultura? Não é a mesma coisa que comprarmos um terreno, metermos uma

agricultura qualquer convencional. Estamos a falar de algo que tem muito mais aporte em termos de impacto ambiental. Se não é o Sr. Secretário, então quem será que vai dar essas licenças?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Francisco Lima *(CH):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

A minha pergunta é simples, aqui ao Sr. Secretário. Temos conhecimento, andamos pelas gruas todas, a visitar as gruas das ilhas, está tudo com avarias, a maior parte com problemas e já houve acidentes. Eu sei que há protocolos com entidades, como os armadores. A nossa questão é: o trabalho não é feito, o dinheiro desaparece, evapora-se, o Governo vai fiscalizar ou não a execução dos trabalhos, ou vamos continuar a pôr dinheiro em entidades que não executam os trabalhos? Claramente, alguma coisa está a falhar.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) Deputado Mário Tomé *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu gostaria, se for possível, que o senhor me respondesse à questão que eu levantei, porque o senhor referiu na sua intervenção inicial sobre a

monitorização dos custos piscícolas, mas eu levantei-lhe a questão sobre qual era a visão estratégica que a Região, neste caso o Governo Regional tinha para a Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos. E porquê? Porque, de facto, nos últimos três anos, acho que faltou sensibilidade para dotar de um conjunto de equipamentos que são necessários, para os seus colaboradores poderem desempenhar a sua atividade. E também essa necessidade de recursos humanos. Eu penso que foi um lapso, mas, se tiver oportunidade, gostaria que me respondesse.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor.

(*) Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados Regionais, Exmo. Sr. Presidente do Governo e Sr. Vice-Presidente, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Presidente, respondendo aqui ao que foi dito pelo Deputado José Ávila, que fala da herança, dizer que, se nós formos comparar as heranças, naquele tempo já não me lembro muito bem de qual foi a herança que o Partido Socialista recebeu, mas o que esta coligação recebeu do Partido Socialista nós lembramo-nos e os pescadores também se lembram do quanto foi catastrófica essa herança, que deixaram o setor das pescas quase nos cuidados intensivos. Desta herança nós lembramo-nos bem dela.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Muito bem!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Um porto de 22 milhões de euros em Rabo de

Peixe, em 2016!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Dizer que foi construído qualquer coisa durante 24 anos do Partido Socialista, mais pudera, acima de tudo, que não se fizesse nada. Nós não estávamos à espera. O mínimo que se exige é que se faça qualquer coisa.

Deputado Carlos Silva *(PS):* O Porto de Rabo de Peixe é "qualquer coisa"?!

O Orador: E logicamente que em 24 anos foram construindo algumas infraestruturas, que eu acredito que foram também uma mais-valia na altura.

Mas o que eu queria transmitir é que para os pescadores açorianos, para aqueles que interessam mesmo, principalmente em termos de rendimento, foi uma autêntica miséria.

E diria mais, Sr. Deputado, não vou referir alguns títulos de jornais, ainda estive a ver e tenho aqui, que foi referido na primeira proposta do Fundo Pesca pelo agora Presidente da Assembleia, Luís Garcia. E alguns títulos eram verdadeiramente miseráveis, que eu dispenso de ler porque não é isso que nós queremos. Nós não queremos olhar para o passado, nós o que queremos é olhar para o futuro. E o mesmo desafio que os senhores fizeram, eu também faço: juntem-se a nós para tornar a pesca melhor!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** *(PAN):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Sr. Secretário Regional, eu, simplesmente, estou a pedir novamente a palavra porque eu acho que vai ter a declaração final e depois não me vai conseguir responder. Por isso, também, algo que eu me esqueci há pouco na minha intervenção, relativamente às algas invasoras, aquilo que o Governo está a pensar fazer ou pelo menos planear ou pensar planear relativamente àquilo que é um grande flagelo em todas as nossas ilhas neste momento.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** *(Mário Pinho):* Muito rápido, só para responder ao Sr. Deputado Pedro Neves. Não é o Secretário, que não tem competência, Sr. Deputado. Tendo o ordenamento do espaço marítimo, o senhor tem as áreas para aquicultura definidas, potenciais. E, portanto, parto do princípio que todos os estudos ambientais estão feitos, por isso é que foram propostas aquelas áreas. Para áreas adicionais, tem que ser um privado que vai ter que requerer espaço para uso privado. E se não estiver nas áreas potenciais, vai ter que ter um plano de afetação. E, portanto, o plano de afetação, por si, tem um conjunto de requisitos, incluindo análise estratégica ambiental. Portanto, esse aspeto está assegurado. É nesta perspetiva que nós temos um instrumento de gestão que é regulador das atividades, e parece-me que transparente e democrático, na minha

perspetiva.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, relativamente às gruas e aos pórticos, o estado que descreve, não sei se é verdadeiramente esse. Eu sei que há muitos problemas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* E de que maneira!

O Orador: Sei também que temos nove ilhas. Não sei quais são as prioridades que estão definidas para cada uma destas estruturas e quem é que está a gerir neste momento. Sei que temos um protocolo com a Lotaçor. Porquê a Lotaçor? Porque é a única instituição da Secretaria que está implantada em toda as ilhas. E, portanto, diretamente nos portos faz sentido ter.

E, portanto, o que nós vamos fazer é tentar procurar, realisticamente, ver qual é o melhor modelo de gestão para fazer a gestão destes equipamentos, claro que ao serviço da comunidade da pesca.

Sr. Deputado Mário Tomé, no âmbito das Áreas Marinhas Protegidas, ficou um compromisso de que nós não implementaremos Áreas Marinhas Protegidas sem termos uma solução para a fiscalização e a monitorização destas áreas. Portanto, eu penso que teremos nesse âmbito também que ter que dotar a Inspeção Regional das Pescas dos equipamentos. E não é só dos equipamentos, repare, nós já temos, creio, sete radares e cinco câmaras de vigilância. O problema não é instalar, Sr. Deputado, instalar é um processo fácil, o problema é quem é que, depois, vai gerir aquilo e quem é que vai fazer a manutenção. E, mais do que isso, é quem é que, depois, tem acesso e como é que nós fazemos a gestão de toda a área e dos acessos àquela informação. Eu creio que, nesta perspetiva, na visão de longo prazo, o Data Sea Centre faz muito sentido, mas esta arquitetura é uma arquitetura que com os parceiros temos que desenhar. Não devemos ser nós a desenhar de forma isolada, devemos ter os parceiros, a Marinha, a Força Aérea, a Estação Costeira, nós, a ciência, as associações, a tentarem desenhar connosco qual é a arquitetura deste Sea Centre.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar. Está inscrito o Sr. Deputado Gualberto Rita para uma intervenção. Tem a palavra. Faça favor.

Deputado Gualberto Rita *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se me permitem, umas primeiras palavras para saudar esta Assembleia, as Sras. e os Srs. Deputados, desejando a todos um trabalho responsável e profícuo, em prol da democracia e de um futuro próspero para a Região Autónoma dos Açores;

Cumprimentar também o XIV Governo Regional dos Açores, particularmente o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, fazendo votos de que consiga levar por diante a honrosa tarefa de proteger o mar dos Açores e dignificar todos os que fazem da pesca um modo de vida;

Gostaria também, nesta minha primeira intervenção, de deixar uma palavra de apreço e de estímulo a todos os pescadores e pescadoras da Região, dirigentes e colaboradores do sector associativo, aos comerciantes e à indústria da pesca. Tudo farei para honrar a confiança que depositaram em mim;

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

As alterações climáticas e o aquecimento global, a sobre-exploração dos recursos marinhos, a poluição e a ameaça de novas espécies exóticas invasoras, são apenas alguns dos muitos desafios que o mar enfrenta.

Deputado José Eduardo *(PS):* Bem lembrado!

O Orador: Há que ser inteligente e criativo, fazer das ameaças oportunidades, aproveitar a crescente revolução da economia azul e, de forma sustentável, fazer

do mar um ativo na criação de emprego, rendimento, no lazer, na garantia da segurança alimentar, e na coesão de muitas comunidades costeiras.

Pensar na pesca exige, por conseguinte, uma nova visão do mar, mais abrangente, mas traz-nos também um conjunto de novas preocupações que obrigam a ter a maturidade suficiente para podermos aproveitar novas oportunidades.

Deputado João Castro *(PS):* Muito bem!

O Orador: Preocupam-nos, por isso, as recentes declarações proferidas pelo Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, agora empossado, quando refere pretender dar continuidade ao trabalho do seu antecessor.

Ausência de estratégia e de orientação, amadorismo, marcaram os últimos três anos de governação da pesca nos Açores e exemplos não faltam.

Sr. Secretário, esperemos, sinceramente, que os pescadores e o sector associativo possam voltar a poder dialogar com quem nos governa e que a capacidade de discutir (sem medo) e gerar consensos possa pautar a sua passagem pela Secretaria Regional do Mar e Pescas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo,

Relativamente ao Programa do Governo que agora se apresenta, este levanta-nos algumas preocupações. Não me refiro apenas à mistura de ideias vagas, desorganizadas e até contraditórias, refiro-me sobretudo ao desajuste à realidade da pesca e à comunidade piscatória açoriana. Falta estratégia e os exemplos são muitos!

Que pretendem para a formação dos ativos e para a capacitação da fileira da pesca?

Nos últimos três anos, a quantos marítimos lhes foi averbado na cédula a competência de pescador ou equivalente?

Como queremos a pesca daqui a dez anos?

Como estamos a fazer o rejuvenescimento do setor?

Sobre isso, o Programa nada apresenta!

Deputado João Castro *(PS):* Muito bem!

Deputado José Ávila *(PS):* Muito bem!

O Orador: Relativamente à gestão da pesca, não identificam uma única medida que seja! Uma estratégia que garanta que a Região Autónoma dos Açores não voltará a ter recomendações negativas do ICES ou da Comissão Europeia, com cortes para espécies de forte impacto no rendimento do pescador, como o caso do Goraz, Alfonsim e Imperadores.

Voltaremos a passar pelo desconforto de sermos alertados, por instâncias internacionais, por não honrarmos os nossos compromissos na apresentação de dados?

Continuaremos de costas voltadas para a ciência?

Sobre isso nada é referido!

Nem uma palavra para a gestão dos atuns.

A conquista, pelo Governo do Partido Socialista, de 85 % da quota dos atuns, foi desperdiçada.

Deputado João Castro *(PS):* Pois foi!

O Orador: Teremos de nos envergonhar novamente pela sobrepesca ao Atum-Patudo por não haver qualquer gestão, como aconteceu nos últimos anos?

Depois de tanto esforço na conquista de possibilidades de pesca ao Rabilho, pelo anterior Governo do PS, será que vamos continuar a ser uma das regiões no mundo com o preço mais baixo do Atum-Rabilho?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Agora percebo!

O Orador: Que estratégia apresentam para a valorização do pescado?

Mais uma vez, nada referem no programa!

Um dos problemas da pesca relaciona-se com práticas ilegais e a dita "economia paralela", fatores que, em muito, condicionam o rendimento dos pescadores e prejudicam a imagem do setor.

Para a Inspeção das Pescas, apenas anunciam o que já havia sido dito, prometido várias vezes, mas não cumprido!

Não é por repetir e voltar a repetir que as medidas se concretizam!

Exemplo disso é a contínua falta de condições de trabalho, falta de recursos humanos e de equipamentos apropriados nesta área.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Foi só nos últimos três anos!

O Orador: De realçar ainda os sistemas de videovigilância ou o VMS/MONICAP, por diversas vezes apregoados.

Como pretendem fazer o controlo de 30 % em Áreas Marinhas Protegidas dos Açores se, atualmente, não conseguimos garantir a vigilância do pouco que existe?

A percentagem de Área Marinha Protegida, imposta por motivos políticos e de forma precipitada, está a provocar uma enorme pressão e desconforto, desencorajando o investimento de muitos empresários. A instabilidade que se verifica nos pescadores e comerciantes açorianos não agoura nada de bom nem perspetiva futuro próspero.

Deputado João Castro *(PS):* É verdade!

O Orador: Como é possível desconsiderar a opinião dos pescadores e da ciência, sem pensar numa estratégia digna de restruturação do setor, que envolva, não só abates de embarcações e artes de pesca, mas também que considere a reorientação profissional ou a criação de rendimento complementar ou alternativo à pesca?

Deputado João Castro *(PS):* Como é que é possível?

O Orador: Que ideias se apresentam no Governo? Dão-nos uma mão cheia de nada! Sem qualquer visão!

Ainda nesta área, aproveito para desafiar o Deputado Jaime Vieira e o Deputado Paulo Gomes a contactarem as vossas comunidades piscatórias e os vossos armadores e a questionarem os mesmos onde vão exercer a arte de palangre, quando foram proibidos de pescar em cerca de 80 % dos bancos em que

habitualmente pescam.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Ao Sr. Secretário Regional a proibição em áreas de pesca do atum, onde atualmente pescam essas embarcações, uma espécie migratória, uma espécie pelágica, onde já está altamente penalizada pela escassa quota de atum disponível pelo ICCAT.

Não é o que se pretende fazer! Não se trata de vender ou apregoar sonhos! Isso é fácil! Trata-se, sim, da forma como os pretendemos concretizar, com medidas concretas.

As dificuldades no setor crescem de dia para dia, o preço dos combustíveis quase triplicou no último ano, o que está a deixar o setor à beira do colapso. O Programa do Governo é também omisso em medidas que visem superar este problema!

Os pescadores e armadores não reclamam subsídios ou apoios, mas sim soluções! Espera-se que o rumo para o mar e pescas se altere, que se desvie do percurso orientado para o abismo dos últimos anos!

Pela nossa parte, a questão é simples: temos essa responsabilidade, temos essa obrigação! Os profissionais da Pesca dos Açores podem contar connosco!

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente porque o debate também vai longo, mas não podia deixar, já que fui visado pelo Sr. Deputado Gualberto Rita.

O setor das pescas está tão mal, tão mal, tão mal, que os pescadores da ilha Terceira, entre manter quem estava e sabendo quem é que poderia vir, optaram por dar a vitória a quem estava.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E mais, na Vila de São Mateus, pela primeira vez, vencemos as eleições regionais. Pela primeira vez! E isto diz muito, numa vila tão piscatória, com tanta gente a trabalhar no setor do peixe. Isto diz bem do setor das pescas.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Para terminar, mas antes recuar um pouco na intervenção, queria dizer também ao Sr. Deputado que isso já ouvimos ao longo desses últimos três anos, porque, efetivamente, o Partido Socialista tem 24 anos, não fez tudo mal, é certo, o problema é o Partido Socialista criticar o Governo por não fazer em três anos o que não fizeram em 24. Isto é que é o problema.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E vou mais além, mesmo para terminar, se está tudo mal, eu queria que os Deputados do Partido Socialista me respondessem ao seguinte: o que é que

está mal agora e que estava bem passado? Ou seja, o que é que mudou desde 2020? O que é que este Governo fez para que as coisas começassem a ficar mal? Porque se há coisas que estão tão mal ainda, vêm do passado, nós não alteramos para pior. Portanto, eu gostava de saber o que é que foi alterado para pior com este Governo.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José Ávila, faça favor.

(*) Deputado José Ávila *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e restantes Membros do Governo:

Eu fiz, ao Sr. Secretário Regional, apenas três perguntas, mas, se calhar, por alguma dificuldade ou porque não tomou nota, não me respondeu a nenhuma. Tem a ver com a nova data da antecipação das Áreas Marinhas Protegidas. Tem a ver com as compensações que são destinadas aos pescadores ou armadores. E, também, se admite voltar a falar novamente com os pescadores, porque, de facto, há falta de informação sobre este instrumento, que é importante para a proteção dos nossos mares, mas é muito mais importante para os profissionais da pesca. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor.

(*) Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito rápida mesmo, responder àquilo que foi a intervenção do agora companheiro de profissão, Gualberto Rita, no sentido de dizer o seguinte: quando se fala em falta de estratégia, a estratégia já começou há três anos, com o antigo Secretário Regional Manuel São João, nesta Casa.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Ah sim!...

O Orador: Começou a trabalhar quando, efetivamente, se começou a pensar num navio de investigação, para que finalmente houvesse investigação nos Açores. Isto é estratégia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Estratégia também é quando, efetivamente, condicionou verbas para que pudesse ser construído o Tecnopolo, que já está em andamento, que será também mais uma excelente ferramenta estratégica na pesca dos Açores, porque vai começar-se a conhecer a pesca, será também uma importante ferramenta para a aquicultura e, efetivamente, para o futuro.

Também, falando em estratégia, aquilo que os senhores nunca conseguiram fazer, anteriores governos do Partido Socialista, quando se falava efetivamente de drones. Já se conseguiu ter uma pista de drones. Estamos a trabalhar para que

efetivamente seja uma realidade a fiscalização por drones.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(José Manuel Bolieiro):*

O Orador: E lembro-me muito bem, na altura do antigo Secretário Regional Fausto e Abreu, em que falava dos drones como se fala de D. Sebastião, que eles vinham, eles vinham, mas nunca apareceram. D. Sebastião também nunca mais chegou. E os drones do Partido Socialista também nunca chegaram, foi uma autêntica miragem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E termino por hoje dizendo o seguinte: a Federação das Pescas dos Açores considerou, hoje, que o novo Secretário Regional do Mar e Pescas do Executivo PSD-CDS-PPM é uma pessoa muito conhecedora do setor e tem todas as condições de conhecimento para fazer um bom trabalho.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E quem é que disse o contrário?

O Orador: O anterior Secretário iniciou e este vai terminar ou vai dar continuidade ao trabalho, …

Deputado José Ávila *(PS):* Isso é que é mau e é o que nos preocupa!

O Orador: … porque os pescadores precisam de ter um setor melhor do que a lástima que foi deixada pelo Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que a discussão já foi feita e o que interessa de facto é falarmos um bocadinho para a frente e para os nossos pescadores, porque a implantação das Áreas Marinhas Protegidas terá um impacto brutal, em especial nas duas principais comunidades, em São Miguel e na Terceira. Isto é um assunto demasiado sério para andarmos aqui, digamos, com questões partidárias, que nada interessam a quem, de facto, vai ser lesado se não tivermos cuidado relativamente à implantação destas áreas.

Mas, Sr. Deputado Jaime Vieira e Sr. Deputado Paulo Gomes, falar nos últimos três anos é falar num conjunto de erros brutais. Por exemplo, ainda há pouco, o Secretário admitiu aqui. Plano de gestão dos atuns, onde é que ele está? Havia anteriormente. O que é que foi feito? Em 2019, havia um plano de gestão do Atum-Patudo, com uma medida, não se podia capturar atum com menos de 10 kg. O que é que foi feito neste momento? Estamos para aí com 300 toneladas aproximadamente capturadas, sem plano nenhum de ação a nível de estratégia de pesca.

Porque é que perdemos 20 % das espécies, dos Alfonsins e dos Imperadores? Porque é que perdemos?

Deputado Nuno Barata *(IL):* Eu posso explicar.

O Orador: Eu não sei porque é que perdemos. Levanto esta questão. Isto é estratégia. A estratégia de pescas é definir uma linha de orientação.

Relativamente a uma outra matéria, nós temos zonas de reservas no que diz respeito, por exemplo, às lapas, através do DLR n.º 19/83, para serem alteradas ano após ano. Porque é que não foram alteradas? A isto chama-se estratégia. Portanto, isto são vários exemplos em que, de facto, nesta área, lamentavelmente,

falhou.

Eu não estou a dizer que o PS fez tudo perfeito, porque não fez, mas a estratégia para as pescas não envolve só betão, envolve o futuro, trazer novas gerações com mais literacia e mais capacitadas. E a questão é que isto não está a acontecer. Nos últimos três anos, infelizmente, perdeu-se muito tempo. Espero que o senhor o recupere, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado João Castro, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado João Castro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Ávila colocou algumas questões, que talvez fosse interessante serem respondidas pelo Sr. Secretário Regional. Coloco a questão à Mesa, enquanto interpelação, pela condução dos trabalhos.

Muito obrigado.

Presidente: Em primeiro lugar, o senhor não pediu a palavra para uma interpelação, que eu tenha percebido.

Eu, portanto, eu ainda não tenho esse dom de puxar respostas a alguém.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, para…

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo*

Estêvão): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, é uma amnésia, que eu acho que não nos atinge a todos, por parte do Partido Socialista, que é o facto de todos saberem, e o Partido Socialista sabe porque esteve aqui sentado 24 anos, que há uma divisão interna que é feita de tempos, porque todos os Secretários têm que responder, senão, daqui a pouco, se se gastasse o tempo todo numa determinada área, estariam a dizer: bom, a Sra. Secretária da Juventude não responde, o Sr. Secretário do Ambiente não responde… E, portanto, a gestão do tempo que é feita é da nossa responsabilidade. E foi feito sempre assim por parte de todos os governos. E os senhores sabem. E esquecer que foi sempre feito assim é pura hipocrisia.

Sr. Presidente, o que lhe pergunto é se existe ou não existe um limite de tempo para o Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado João Castro, para uma interpelação?

Deputado João Castro *(PS):* Uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Presidente: Faça favor.

(*) Deputado João Castro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostamos todos muito de ouvir o Sr. Secretário Paulo Estêvão, é um gosto ouvi-

lo, mas escuso de relembrar que o Sr. Secretário não é o Sr. Secretário do Mar e Pescas.

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Já foi!

O Orador: E que o tempo que gastou na sua intervenção…

Presidente: Sr. Deputado João Castro, as interpelações são feitas à Mesa.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Leia primeiro o Regimento! Não contou o tempo! Pelo amor de Deus, expliquem aí ao Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O tempo que usou na sua intervenção, facilmente poderia ser utilizado para responder a três questões tão simples do Sr. Deputado José Ávila.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Ainda não leu o Regimento!

Presidente: Sr. Deputado João Castro, as interpelações são feitas à Mesa e não aos outros intervenientes no debate.

Vamos dar continuidade ao debate. Para o efeito, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com orgulho e determinação que hoje destaco as grandes linhas de orientação política do XIV Governo dos Açores para o turismo, a mobilidade, as infraestruturas e a energia.

Estes são setores estruturais para o presente da nossa economia, que se configuram cada vez mais relevantes para a projeção futura da nossa Região.

O turismo é o setor que atualmente mais alavanca a economia regional, com impactos diretos na criação de valor, na geração de emprego e na democratização do rendimento por todas as ilhas, com efeitos evidentes no bem-estar e na

qualidade de vida das nossas comunidades.

Para garantir que esta dinâmica positiva se mantém, reforçaremos o investimento na qualificação da oferta e no estímulo da procura, sempre respeitando a nossa autenticidade e a nossa convicção de desenvolvimento sustentável.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Os Açores são hoje reconhecidos como um destino de excelência, ao nível dos melhores do mundo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Somos premiados e distinguidos sucessivamente pela qualidade da experiência que ofereceremos, pela capacidade de gestão turística do nosso território, e pelos princípios e boas práticas de sustentabilidade que adotamos.

Reafirmamos, por isso, o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável no turismo e com reconhecimento internacional do destino Açores.

Nesta rota de sustentabilidade, vamos desenvolver um plano de ordenamento turístico de nova geração, em linha com o PEMTA, e capaz de responder aos desafios da atualidade e do futuro.

Continuaremos a promover proximidade com os parceiros do setor e a reforçar o processo de transição digital no turismo, conferindo novas ferramentas de apoio à decisão e de interação com o mercado. Afirmaremos a nossa Natureza Terra, a nossa Natureza Mar e, muito especialmente, a nossa Natureza Humana como pilares identitários da exclusividade e da singularidade do nosso destino turístico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A complementaridade entre o turismo e a mobilidade sustenta a consolidação de um ecossistema potenciador da economia, da coesão e do desenvolvimento regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(José Manuel Bolieiro):* Muito bem!

A Oradora: O sucesso recente do turismo dos Açores é também o reflexo da

política de transporte aéreo da nossa Região.

Por um lado, este sucesso decorre do atual paradigma de rotas liberalizadas, que revolucionou o turismo nas nossas ilhas.

Mas é, também, o resultado de um esforço de diversificação que o Governo dos Açores empreendeu e que conduziu à maior conetividade internacional de sempre na Região.

Teremos mais de 14 companhias aéreas a operar para os Açores, na época alta, ligando a Região a 26 destinos nacionais e internacionais.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O aumento da conetividade internacional é, de facto, uma aposta ganha, que continuaremos a incrementar!

Pretendemos, igualmente, promover o alargamento dos períodos das operações aéreas, visando a mitigação da sazonalidade turística e tirando também partido da operação interilhas da SATA Air Açores.

Reafirmo que o nosso objetivo é ter turismo todo o ano em todas as ilhas!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A nível interno, daremos continuidade à «Tarifa Açores», uma das mais bem-sucedidas medidas da Autonomia Regional e, em complemento, criaremos o «Passe Açores 9 Ilhas», incentivando a mobilidade intermodal dos residentes pelas nove ilhas do arquipélago na época baixa.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Isso mesmo!

A Oradora: Revisitaremos o modelo atual das obrigações de serviço público interilhas, para garantir a racionalidade da sua exploração e, sobretudo, criar melhores condições para a mobilidade de todos os açorianos.

Junto do Governo da República, manteremos o propósito de melhorar o processo financeiro do Subsídio Social de Mobilidade, de forma a reduzir o esforço financeiro das famílias açorianas.

No que ao transporte terrestre diz respeito, daremos uma especial atenção ao sistema de transporte coletivo de passageiros, promovendo a sua evolução e transição digital, com vista a um serviço de melhor qualidade que responda de forma mais adequada às necessidades das populações e dos visitantes.

No transporte marítimo, pugnaremos por uma evolução sustentada, assente numa ótica de melhoria incremental, sem disrupções que coloquem em causa o serviço público.

Queremos uma participação alargada dos vários agentes do mercado, nomeadamente do tráfego local, procurando reforçar a fiabilidade, a regularidade e a segurança no abastecimento às populações e na mobilidade das pessoas.

Neste contexto, iremos explorar novas oportunidades para ligações sazonais de transporte de passageiros para as ilhas que ainda não as têm, designadamente Santa Maria.

Capitalizaremos, assim, a estabilidade económico-financeira alcançada pela Atlânticoline e a capacidade de inovação demonstrada com os investimentos que se preconizam em navios elétricos.

Continuaremos, ainda, a defender de forma resiliente e determinada a criação de um POSEI Transportes junto da Comissão Europeia, para minimizar os efeitos da ultraperiferia e da insularidade.

Como região insular, os nossos portos e aeroportos são infraestruturas críticas para a nossa subsistência, desenvolvimento económico e coesão territorial.

No topo das nossas prioridades está a construção do Porto das Lajes das Flores,

sem descurar outras obras portuárias, tais como o cais multiusos no Porto da Praia da Vitória ou a conclusão das obras no Porto de Ponta Delgada, bem como o adequado apetrechamento dos portos.

Refira-se a este propósito que o total de investimento em equipamentos portuários realizado entre 2021 e 2024, durante este ano ainda, será superior a 24 milhões de euros, ou seja, quase o quádruplo do valor investido entre 2016 e 2020, pelo último Governo, em apetrechamento portuário.

Esta é uma linha de atuação para continuar este investimento, dada a enorme relevância que estes equipamentos têm na redução dos custos de contexto e na otimização das operações portuárias.

Em igual medida, continuaremos a apoiar o projeto de ampliação do aeroporto da Horta, e daremos sequência ao processo de ampliação do aeroporto do Pico, cujo estudo prévio está em curso, obras fundamentais para o desenvolvimento futuro da conetividade da Região.

A nível das nossas rodovias, daremos prioridade absoluta à execução dos circuitos logísticos previstos no PRR, que abrangem sete das nossas nove ilhas, e à criação de novas soluções viárias, tais como os acessos à Ribeira Quente e à Povoação, na ilha de São Miguel.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Na gestão das obras públicas regionais, continuaremos a promover a eficiência, a transparência, a otimização dos recursos públicos e a coerência processual.

Temos imposições internacionais, como o pacote "Fit for 55", e novos requisitos para as infraestruturas portuárias, relacionadas com os desafios das alterações climáticas, que temos de implementar.

Mas a nossa visão vai mais além: queremos manter a liderança na sustentabilidade, na descarbonização e no processo de transição energética.

Estamos determinados numa crescente utilização de energia produzida a partir de

fontes renováveis, desde logo inspirada em exemplos regionais de sucesso, tais como a exploração geotérmica, o sistema elétrico híbrido na Graciosa ou o Corvo Renovável, no âmbito do PRR.

É este o rumo da Estratégia Açoriana para a Energia com que nos comprometemos até 2030.

Entendemos que o sucesso do processo de transição energética só será possível com a participação e o envolvimento ativo das famílias e das empresas, pelo que iremos prosseguir com a execução do SOLENERGE e o desenvolvimento de novos sistemas nesta área.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Reforçaremos a aposta na mobilidade elétrica, expandindo a rede de postos de carregamento e continuando a apoiar a aquisição de viaturas elétricas.

Neste processo de alteração do paradigma energético, os Açores, quer pelas suas caraterísticas, quer pelo potencial único que tem, configuram-se como um verdadeiro laboratório vivo para o futuro da Humanidade.

Estamos prontos para agarrar esse desafio e explorar oportunidades em projetos estruturantes, na economia circular, na inovação digital, na transição energética e nos sistemas logísticos.

Estamos comprometidos com uma visão progressista e inovadora, que projete os Açores para um futuro de prosperidade e de melhor qualidade de vida para as suas populações.

Contem connosco para trabalhar abnegadamente pelo sucesso das nossas nove ilhas, numa atitude de firme compromisso com os Açores e os açorianos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra para um pedido de esclarecimento o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra imediatamente após a intervenção da Sra. Secretária Regional, porque tive o cuidado de, ao longo da sua intervenção, tentar perceber se tinha alguma palavra para a notícia que sai hoje num jornal sobre o (aparente) abandono da Ryanair para o período de inverno?

Este assunto é demasiado importante para que não seja abordado.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Qual é a página do Programa do Governo em que isso está?

O Orador: E esperava muito sinceramente que a Sra. Secretária aproveitasse a oportunidade que teve, até porque o Governo aparentemente está limitado no tempo, para que pudesse esclarecer os açorianos, os empresários e as famílias se esta notícia tem algum fundamento ou não, porque uma não explicação aumenta ainda mais a incerteza que neste momento já é muita.

Sobre os transportes aéreos, Sra. Secretária, quer na sua intervenção, quer no Programa de Governo que é apresentado, nós verificamos que ele é redutor, limita-se, no que diz respeito à mobilidade aérea, a abordar a tarifa Açores. E a tarifa Açores é relevante, mas ela apenas diz respeito ao mercado interno.

E sobre o mercado externo?

Que medidas é que o Governo apresenta para que possa mitigar os riscos que existem?

Riscos relacionados com a operação da Ryanair que afetam de forma transversal toda a economia regional?

Riscos relacionados com a privatização da Azores Airlines que nós não sabemos,

nem o Programa do Governo diz, se mantém o atual concurso que foi suspenso e em que condições é que se mantém?

Se não se mantém, quais são as opções do Governo sobre a privatização?

Irá manter a opção dos 85% ou se vai reduzir a participação a alienar?

Vai abdicar de manter a sede da SATA nos Açores durante mais três anos?

Vão cortar postos de trabalho?

Nada disso é referido. E isso é mais um fator de incerteza que afeta a mobilidade dos açorianos.

Além disso, nós sabemos também que existe um processo de privatização que poderá avançar para a TAP, o que também condiciona a mobilidade dos açorianos.

E sobre isso o que é que diz o Programa do Governo?

Não apresenta nada, limita-se a falar da tarifa Açores. E, repito, mais uma vez, ela é importante, mas dedica-se apenas à mobilidade interna dos açorianos. E sobre a mobilidade externa o que é que o Governo tem a dizer?

Deputado João Bruto da Costa *(PS):* Pergunte aí ao Sr. Deputado João Castro!

O Orador: Quais os esclarecimentos que tem para o possível abandono da Ryanair do mercado açoriano?

Porque há bem poucos meses foi aqui debatido neste Parlamento, e perante um pedido de esclarecimento feito pelo PS, o Governo garantiu que a operação se mantinha, mas hoje temos uma notícia que diz exatamente o contrário.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Quem será que a *plantou?!*

O Orador: E, portanto, exige-se esclarecimentos da Sra. Secretária e também do Sr. Presidente do Governo sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Deputado João Castro *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, a propósito desse tema, vamos também falar de mobilidade de cargas, que foi uma defesa do CDS e que foi o avião cargueiro.

Cheguei a ver em *outdoors*, esse avião cargueiro. E muito se falou dele. A verdade é que do avião… zero!

Nunca vimos o avião em lado nenhum!

Bom, acusam o Chega de não ter soluções. Mas nós temos soluções, pois então venha a solução - o senhor pede e nós obedecemos!

Nós trouxemos o avião. Está aqui o aviãozinho!

Está aqui a solução, Sra. Secretária!

(Risos dos Deputados da bancada do Chega).

(Neste momento o Deputado José Pacheco exibiu um protótipo de avião de plástico)

O Orador: Eu sei que já se passaram dois anos e leva tempo a fazer.

Isto tem luzes e tudo, não faz é barulho!

Isto com um *marcadorzinho* escreve-se aqui "SATA" e já não se aumenta a dívida da SATA.

A verdade é que prometer e não cumprir dá nisto. Dá que nós temos que ridicularizar uma coisa que é essencial.

Ainda há dias nas Flores ficou o peixe lá, porque o avião cargueiro não existe e a

SATA não tem capacidade. Mas está aqui a solução, meus amigos. Está aqui o avião!
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.
(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Chegados a esta área governativa, muito havia para perguntar à Sra. Secretária Regional sobre o concurso dos transportes coletivos de passageiros - *agora é que vai ser*; transportes marítimos *agora é para mudar tudo*; transportes aéreos então, era um dia inteiro de debates com V. Exa.; sobre turismo também, mas isto fica para outro dia, porque hoje não tenho tempo.
Sra. Secretária Regional, duas questões que importa esclarecer a câmara e, nomeadamente, o Deputado da Iniciativa Liberal:
Solenerge – é para continuar depois do PRR acabar, ou não?
É que não vale a pena falar de transição energética e depois não ter ferramentas para prosseguir com essa transição energética. Mas há outra questão que a mim me parece bastante interessante e importante que a Sra. Secretária clarifique, já que na anterior legislatura a Iniciativa Liberal inscreveu no orçamento de 2023, uma norma que obrigava a um estudo de viabilidade económica custo-benefício das obras públicas e desse estudo, por aquilo que o Governo **não respondeu** à Iniciativa Liberal, nós não conhecemos um único resultado, apenas um role de obras que - diz o Governo - *fez o estudo*, mas nós não conhecemos essas realidades, não conhecemos essas conclusões e como tal, não podemos avaliar se as opções foram ou não bem tomadas.
Temos aqui, em termos de obras públicas, uma vetusta ideia muito próxima

daquilo que foi a Carta Regional de Obras Públicas - é melhor não nos recordarmos sequer dela, porque é de má memória. Mas mais do que isso, Sra. Secretária, é importante que fique claro que para a Iniciativa Liberal, não passará qualquer programa do Governo, não passará qualquer orçamento que não tenha uma avaliação custo-benefício das obras públicas. E isso por uma razão muito simples: as obras públicas têm sido um instrumento de compra de clientelas políticas, de compra de clientelas regionais e de satisfazer *apetites* de algumas bancadas parlamentares. E isto não pode continuar, porque foi isso que trouxe os Açores à situação económica em que se encontra. Foi isso que trouxe os Açores à situação financeira que todos sabemos. Temos que levar uma *mochila* pesada de juros às costas nas próximas gerações.

Por isso, preciso deste esclarecimento, preciso desta clarificação e os Açores merecem esta clarificação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Duas questões.

Em primeiro lugar, registamos a inclusão no Programa duma referência à implementação dos passes de mobilidade que, suponho, tenha sido a legislação que foi aqui aprovada, contra a vontade da Coligação, diga-se em boa verdade. E tendo em conta a discordância da Coligação sobre essa medida e até a total ausência de regulamentação da medida ao longo destes meses – porque o Governo estava em gestão, mas um ato de regulamentação podia muito bem ter sido feito – pergunto se o Governo, afinal, já concorda com a medida que há seis meses

discordava e se já resolveu os problemas que dizia que eram "intransponíveis", relativamente à bilhética - fica a primeira questão e quando é que vai implementar essa medida?

Em segundo lugar, relativamente aos transportes aéreos e à SATA, Sra. Secretária, nós bem sabemos que temos opiniões diferentes e perspetivas diferentes sobre qual deve ser o papel da SATA e o papel da Região no transporte aéreo. O Governo pretende privatizar, o Bloco de Esquerda tem outra opção que é a de manter a SATA na esfera pública.

Mas, Sra. Secretária – convenhamos - diga-me em consciência se acredita que esse processo de privatização que está em curso é o futuro para a Sata Internacional?

Um consórcio que pretende adquirir a SATA, que tem uma companhia aérea em Cabo Verde, cujo único avião que tem está pouco a pouco no chão por avarias e por falta de segurança, diga-nos se é, quando nós temos notícias de que, afinal, também já preocupam outros partidos que não o Bloco de Esquerda, e ainda bem, de que podemos ficar sem a companhia aérea que mais dia menos dia chantageia os Açores, pode deixar de voar de vez para os Açores?

É esse o futuro que tem para a mobilidade aérea dos açorianos?

É ficar sem companhia aérea, quando o líder do PSD a nível nacional, certamente irá privatizar a TAP?

É ficarmos totalmente nas mãos do mercado?

Diga-nos se é esse o futuro que quer para os Açores ao nível da mobilidade aérea?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

(*) Deputado José Sousa *(CH):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários, Sra. Secretária:

Vamos ter que chegar aqui um consenso, porque no vosso Programa existem três coisas: primeiro, exigir à República que assuma as suas responsabilidades financeiras para connosco; segundo, que vão manter a dívida zero; e terceiro, que vão fazer o porto das Lajes, que acho muito bem, claro.

No entanto, acusam o Governo da República de ter cativos os milhões que já deviam ter sido entregues. Ora, vindo de um Governo da República socialista não me surpreende.

Porém, vamos ficar com essa obra importantíssima num impasse que é, se o Governo da República não mandar o dinheiro e nós também não nos vamos endividar, quando é que vamos ter o porto das Lajes?

Está o Governo disposto a assumir isso, perante quem nos está a ver, isto é, que não vamos ter o porto das Lajes enquanto não vier dinheiro da República? Pois, já que não nos podemos endividar…de algum lado tem que vir o dinheiro.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) Deputada Hélia Cardoso *(CH):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, em particular a Sra. Secretária das Obras Públicas:

Na página 70 do vosso Programa, "construir uma residência para os doentes deslocados em Lisboa".

Se formos fazer aqui um pequeno exercício, comprar um edifício que tem uma boa localização e acessibilidade de transportes em Lisboa, deve ser uma pequena fortuna, não deve sair barato ao Governo Regional.

O que eu sugeria é que fizessem um exercício de avaliação das alternativas, do

ponto de vista económico, nomeadamente comprar ou fazer contratos com hotéis e alojamentos locais - eu sei que o alojamento local anda a ser perseguido pelo PS a nível nacional, mas eu continuo a achar que é uma boa solução para os doentes deslocados. E assim, permitia que se encontrasse localizações perto dos hospitais para onde os doentes são deslocados, pois um doente que vai para o hospital de Santa Cruz não é o mesmo que vai para o D. Estefânia ou para o Hospital de São José.

A outra questão coloca-se a nível dos transportes. E aqui eu pedia um esclarecimento: na página 76 diz "explorar a possibilidade de alargar a tarifa Açores à diáspora dos Açores".

Isto significa que vão criar uma tarifa para os nossos descendentes dos imigrantes virem cá com uma tarifa especial?

Se assim for, eu peço que reconsiderem, porque mesmo que seja criar uma tarifa para nós irmos aos Estados Unidos, nós residentes nos Açores, considero que isto não é uma prioridade. E vamos também aqui fazer um pequeno exercício: alguém que ganhe 1200 euros, que consideramos já um rendimento aceitável, vai pagar de IRS 60 euros/mês e, em termos líquidos, leva para casa perto de 1000 euros.

Vamos dizer a essa pessoa que os seus 60 euros, em vez de serem aplicados na escola do seu filho ou nos cuidados de saúde num hospital, vão ser usados para pagar uma viagem a alguém que ele próprio não consegue fazer com esse rendimento?

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

A Oradora: Há outras prioridades, por isso eu peço que reconsiderem nesta medida.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Estácio.

(*) Deputada Cecília Estácio *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo,

Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, antes de mais, nesta que é a minha primeira intervenção nesta Casa, felicitar o Sr. Presidente da Assembleia, as Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Presidente do Governo e as Sras. e Srs. Membros do Governo, bem como todos aqueles que são imprescindíveis ao bom funcionamento desta Casa, por mais um início de legislatura, na qual se espera muito trabalho e dedicação em prol dos interesses dos açorianos.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Todos sabemos que os constrangimentos ao abastecimento da ilha das Flores causados pelo furacão Lourenço, agravados ainda mais pela depressão Efraim, são uma preocupação constante de todos os florentinos.

Consciente das dificuldades que estão na construção na construção do porto das Lajes das Flores, mas também consciente dos esforços que este Governo tem feito neste que é o maior investimento público da Região…

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

A Oradora: … quero dar os parabéns à Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, na pessoa da Dra. Berta Cabral, pelo avanço excecional desta obra. Uma obra feita no mar, uma obra realizada muitas vezes em condições adversas e que, mesmo assim, viu feita em tempo recorde a obra de proteção de emergência da nova ponte cais.

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem! Muito bem!

A Oradora: … que foi fundamental para normalizar, dentro do possível, o abastecimento da ilha.

Não posso deixar de salientar que o avanço desta obra deu-se devido a esforços deste Governo.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Foi este Governo que deu resposta aos florentinos, face ao incumprimento financeiro do Governo da República.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não foi este, foi o anterior!

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sendo esta uma obra de extrema importância para os florentinos, pois garante o normal abastecimento da ilha, é essencial para garantir que os florentinos tenham condições de vida dignas, solicito à Sra. Secretária um esclarecimento acerca do ponto de situação da obra de reconstrução do porto das Lajes das Flores, certa de que os últimos tempos foram de muito trabalho, presente continuará a ser e o futuro será a conclusão desta grande obra, dando a resposta tão desejada por todos os florentinos e garantindo a normalidade.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima** *(CH):* Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu queria colocar uma questão à Sra. Secretária, em relação à EDA: diga-me qual é o interesse de a manter na esfera pública, atendendo aos milhões de euros de responsabilidades e de avales que lá tem?

E segundo, com tantas energias renováveis, quando é que a fatura da luz baixa para as famílias e para as empresas?

Muito obrigado pela resposta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

A Mesa aguarda mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Leal.

(*) **Deputado Luís Leal** *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Um sismo em janeiro passado provocou uma derrocada e a estrada regional que liga Serreta ao Raminho, na ilha Terceira, foi encerrada temporariamente.

As autarquias temem o esquecimento do Governo e lembram que a via alternativa não é solução.

Aguardavam um relatório. Esse relatório já se chegou?

Quais são as recomendações?

Quando é que querem executar?

Quando é que vão tentar abrir a estrada à população?

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Ó senhor, isso não é para

si!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou tentar responder, mesmo com o pouco tempo que tenho, de forma esclarecedora.

Sr. Deputado Carlos Silva:

Não tenho nenhuma razão para dar crédito à notícia sobre a Ryanair, nenhuma razão para dar crédito a essa notícia.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Então é falsa?!

A Oradora: E até estranho que o Sr. Deputado tenha dado através do seu Facebook.

(Neste momento o Deputado Carlos Silva exibe uma imagem publicada no jornal "Açoriano Oriental")

A Oradora: Parece que dá-lhe gozo a ampliar a notícia. Nós já percebemos isso!

A Ryanair tem connosco um plano a dois anos, plano esse que está a ser integralmente cumprido.

Não vejo também qual a preocupação de em março de 2023, estarem a querer na plataforma, quando ainda não começou a época alta, já as reservas para a época baixa.

Além de que se virem os históricos da Ryanair, ela põe as reservas nas plataformas sempre no final da época alta, é quando põe nas plataformas as reservas para a época baixa. É a sua forma de trabalhar, é o seu histórico, uns põem mais cedo, outros mais tarde, inclusivamente nos Açores, o ano passado, pôs algumas rotas e não pôs outras e depois foi ponto sucessivamente.

Nós não interferimos nessa política comercial das empresas. O que nós queremos é que eles cumpram o acordo que têm connosco, é um plano de dois anos, para as rotas estão previstas até agora está a ser cumprido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E para mim, enquanto não incumprirem, merecem a minha confiança.

Sobre a tarifa Açores, o Sr. Deputado Carlos Silva disse que eu falei sobre a tarifa Açores, eu sei que isso vos incomoda um bocado, mas que não falei das rotas internacionais.

Sr. Deputado, esteve desatento.

Deputado Carlos Silva *(PS):* No verão! 14 rotas no verão!

A Oradora: Eu falei mais da conectividade internacional do que…

Deputado Carlos Silva *(PS):* 14 companhias!

A Oradora: … para o verão, obviamente, e para o inverno também. Isto é tudo dinâmico, cada coisa ao seu tempo.

Eu falei mais da conectividade internacional do que da tarifa Açores.

Eu falei que no próximo verão teremos 14 companhias a voar dos Açores para o exterior da Região - para o Porto, Lisboa, Faro, Espanha, Europa - para variadíssimos destinos, também para os Estados Unidos, para Nova Iorque, Boston, Oakland… quer mais?!

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Não basta ouvir. É preciso compreender.

A Oradora: Sr. Deputado, quer mais?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

A Oradora: Vinte e seis destinos.

E vem-me dizer que eu não falei das rotas internacionais, das rotas para o exterior?!

Sr. Deputado, é preciso estar mesmo distraído!

Deputado Carlos Silva *(PS):* No verão, Sra. Secretária!

A Oradora: Privatização da Azores Airlines.

Srs. Deputados, nós já tivemos aqui os debates que tínhamos que ter sobre a privatização da Azores Airlines.

Ela tem um rumo definido, tem uma trajetória, está negociado com a União Europeia, vamos levar em frente, está nas mãos do júri, foi suspenso por razões que os senhores bem conhecem, porque não aprovaram o orçamento e deitaram o Governo abaixo, essa é que é a realidade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Foi suspenso e será retomado logo que este Governo esteja em plenitude de funções.

É essa a posição e aproveito para estender esta resposta às pessoas que me que me questionaram sobre a privatização da Azores

Airlines.

Sr. Deputado José Pacheco, sobre o avião cargueiro, eu queria informá-lo - não sei se tem conhecimento - que nós temos um avião cargueiro a fazer viagens para o exterior, duma companhia que está incluída nestas catorze.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*: Muito bem!

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* E o *Dash 400* que era só para fazer

carga?

A Oradora: E esse avião cargueiro está a fazer o seu trabalho de forma silenciosa…

Deputado José Pacheco *(CH):* É tão silencioso que nem se nota!

A Oradora: … que provavelmente muitos dos senhores que aqui estão não sabem.

Em relação ao inter-ilhas, Sr. Deputado, com todo a frontalidade e responsabilidade, para dizer-lhe que nós aumentámos a operação inter-ilhas. E quando se aumenta muito essa operação, aumenta-se para passageiros, mas também se aumenta para carga. E não houve necessidade de introduzir um avião cargueiro. E não era por ter um avião cargueiro que o problema das Flores ficaria resolvido, porque nenhum avião cargueiro ia sair de Ponta Delgada para ir buscar peixe às Flores, cuja viagem de avião custa mais do que o próprio peixe.

Deputado José Sousa *(CH):* Ah e então o peixe estraga-se?!

Deputado José Ávila *(PS):* Mas quem é que prometeu o avião?!

A Oradora: E, portanto, isso tem que ser tido em conta. Esta racionalidade, faz parte.

Por isso, é que há sistemas de conservação, para que o peixe venha gradualmente nos diferentes aviões e veio; veio quase todo no próprio dia e veio o restante no domingo, isto é, logo no dia seguinte.

Isto é para explicar que nós não fazemos, não porque não queremos. Não fazemos ou porque não há necessidade, ou porque não há racionalidade económica - e eu sei que o Chega é sensível a essa questão - na operação.

Deputado José Pacheco *(CH):* Oh Senhora, *ao rico não se deve e ao pobre não se pede!*

A Oradora: Sr. Deputado Nuno Barata:

O Solenerge, como sabe, termina em 2026 com o fim do Programa de Recuperação e Resiliência. Mas já está prevista, e eu falei nisso, a conceção de

novos incentivos, ao abrigo do Açores 20/30, portanto, do nosso Quadro Comunitário atual, para a área da energia. Está a ser configurado. Não tenho, neste momento, detalhes, mas virá a esta Assembleia, como sempre tem que vir, em decreto legislativo regional e, nessa altura, teremos oportunidade de - antes ou durante - podermos falar sobre esse assunto.

Sobre as obras públicas, queria dizer-lhe que todas as obras públicas têm um estudo de viabilidade, de acordo com o que está aprovado no Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Nós seríamos incapazes de não respeitar uma norma que está no Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Se considera que aquilo que lhe foi enviado não é suficiente, nós estamos disponíveis para enviar aquilo que considerar adequado para o seu cabal esclarecimento.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Deputado Nuno Barata *(IL):* Faço um requerimento não é?!

A Oradora: Sr. Deputado António Lima:

Falou nos passes sociais e eu fiquei na dúvida se estava a falar no passe intermodal – o pass *Açores 9 ilhas* – ou se estava a falar dos

transportes terrestres.

Se estava a falar dos transportes terrestres, falei na minha intervenção que promoveríamos a transição digital, ou seja, refiro-me à questão da bilhética, sem ela não podemos fazer nada.

Deputado António Lima *(BE):* Daqui a dez anos está pronto!

A Oradora: Já em 2014 não podia, e o Governo era do Partido Socialista. Em 2022 e 2023 continuamos também a não poder, mas está no Programa do Governo. E eu fiz questão de salientar, dentro daquilo que é um resumo das linhas gerais do Programa, que faremos a transição digital na área dos transportes terrestres, exatamente para podermos caminhar no sentido que eu sei que o Bloco

defende, mas todos nós defendemos, porque todos nós queremos de facto melhorar e incrementar a utilização do transporte terrestre de passageiros.

Deputado António Lima *(BE):* Não é "caminhar", está aprovado. Falta é fazer!

A Oradora: Sra. Deputada Hélia Cardoso:

Residência de doentes em Lisboa, não esgota, nem esgotará nunca, as necessidades dos doentes que se deslocam a Lisboa. Será, digamos, uma solução e uma resposta rápida e imediata para as situações mais urgentes, mas obviamente que continuarão muitos a ser encaminhados para o alojamento local, ou para as residenciais ou para outro tipo de alojamento, porque obviamente que uma residencial como existe no Porto – a ideia é criar qualquer coisa semelhante do ponto de vista do acolhimento - será sempre para um acolhimento rápido e imediato, em função de situações urgentes.

Tarifa Açores para a diáspora.

Sra. Deputada, queria de fato esclarecer que nós continuamos a falar da tarifa Açores, ou seja, uma tarifa inter-ilhas.

A diáspora, se tiver dupla nacionalidade, tem automaticamente direito à tarifa Açores, porque é residente.

E, portanto, é nessa perspetiva que se considera a sua aplicação. Não tem a ver com o transporte até à diáspora.

A tarifa Açores inter-ilhas, para quem tem dupla nacionalidade e residência nos Açores, terá direito a essa tarifa.

Sra. Deputada Cecília Estácio:

Agradeço as referências que fez à construção da obra de emergência, que nos orgulha muito e devo dizer - acho que nestas coisas não vale a pena ter falsas modéstias – foi de facto uma obra feita em tempo recorde e que nos deixa um pouco mais tranquilos, embora cada vez que há uma depressão ou um temporal maior nos Açores, ficamos sempre preocupados com as Flores, de qualquer modo ficou bem mais protegido do que estava antes e permite uma melhor operação

também do navio *Margareth* que também está fretado expressamente para garantir o abastecimento à ilha das Flores. E, portanto, neste momento estão criadas as condições para que a ilha tenha um regular abastecimento.

Quanto ao ponto de situação do porto das Lajes das Flores, como é do conhecimento público, houve um concurso (público) com uma fase de pré-qualificação; essa fase de pré-qualificação teve quatro concorrentes que foram admitidos, portanto, foram pré-qualificados, passou-se à fase seguinte, a fase de entrega das propostas, a qual termina no início de abril.

Penso que até ao dia 10 de abril - não tenho agora garantido o dia - mas até 10 ou 15 de abril termina a entrega das propostas, seguir-se-ão a apreciação, a análise, o júri, enfim, todos os procedimentos normais, adjudicação, Tribunal de Contas, etc. E nós estamos a seguir com muita proximidade todo o desenvolvimento desse processo.

Como sabe, o dono da obra é a Portos dos Açores, por contrato-programa com o Governo dos Açores, mas nós seguimos atentamente isso, de maneira a que no mais curto espaço de prazos possível, possamos ter concluído esse processo e iniciar a obra.

Houve uma pergunta que me colocou o Sr. Deputado José Sousa, à qual eu não respondi, mas que agora aproveito para responder em simultâneo: o porto das Lajes das Flores é uma candidatura ao Portugal 20/30. Ou seja, de acordo com o Governo da República, depois de ter *empurrado com a barriga* desde 2019 este processo, em que não transferiu verbas para os Açores, em que se comprometeu a cofinanciar em 85% todos os investimentos para recuperação dos estragos do furacão Lourenço depois disso tudo, veio já no final do ano passado início deste ano, levantar a questão de que teria que ser candidatável ao Portugal 20/30…

Deputado José Eduardo *(PS):* Isso não é verdade!

A senhora não tem o direito de dizer essas asneiras!

A Oradora: … porque não seria por transferência direta de verbas.

Deputado José Eduardo *(PS):* Não faça isso Sra. Secretária!

Isso é desprestigiante para com os florentinos!

Isso é desrespeitar os florentinos!

A Oradora: Portanto, o processo está a decorrer e eu não tenho expectativa nenhuma de que os Açores fiquem com a responsabilidade da construção dos 100% do porto. Ficaremos apenas eventualmente com alguma quota-parte, mas a comparticipação será do 20/30 das verbas nacionais.

Sobre a questão do Sr. Deputado Francisco Lima, a EDA é uma empresa importante para os Açores, como é óbvio.

O fornecimento de energia elétrica é tão importante para os Açores, como a saúde ou a educação. Nós só damos pela falta de eletricidade quando ela não existe, quando ela existe, parece absolutamente normal.

A estratégia deste Governo é manter minoritariamente como é hoje… não, ainda é maioritariamente, 49.9 privada e 50.1 pública. Em princípio, o que está neste Programa do Governo é manter essa estratégia.

Sobre a baixa das tarifas, como sabe as tarifas são reguladas e aplicadas pela ERSE. Nós somos comparticipados e porque as tarifas nos Açores são superiores àquilo que a população paga, somos comparticipados pela ERSE para podermos ter um preço único nacional que é aplicado na Região. Logo, há ainda um longo caminho a percorrer até que se consiga fazer o abaixamento das tarifas.

Sr. Deputado Luís Leal:

A estrada está encerrada por questões de segurança e porque continua uma grande instabilidade sísmica - ainda hoje temos

um comunicado da Proteção Civil - naquela zona da ilha Terceira.

Foi lá uma empresa contratada com *drones* para fazer a vistoria a todos os taludes.

O relatório é muito complexo, tem de facto pedras de grande porte por um fio, podem cair a qualquer momento. E, neste momento, não há na ilha Terceira nem

equipamentos nem empresas especializadas para fazer a queda provocada desses taludes e dessas pedras estão soltas. Vamos abrir um concurso, porque também coisa que se possa fazer sem um concurso público. E é neste pé que estamos, porque a situação é mesmo complexa, delicada e perigosa. E eu acho que ninguém aqui quer correr o risco de abrir aquela estrada.

Nós não temos condições para correr esse risco.

Da nossa parte, da parte do Governo, eu não aconselharia a ninguém abrir aquela estrada ao público.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila *(PS):* Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Quando eu falo o Sr. Presidente do Governo nunca está; é uma coincidência!).

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS/PP):* Ai que engraçado!

O Orador: O serviço de transporte marítimo, quer na vertente de mercadorias quer na vertente de passageiros e viaturas, é fundamental para qualquer região arquipelágica e também para os Açores e, por isso, tem sido um dos setores mais sensíveis e em que os açorianos, de um modo geral, depositam maiores esperanças nos momentos eleitorais e expectativas na apresentação do Programa do Governo que é o exato momento em que nos encontramos. No entanto, quando se lê este Programa, e no que diz respeito a este setor, as dúvidas adensam-se e as esperanças no melhor serviço ficam também goradas.

Revela um conjunto de belas citações, tais como:

"A Região deve ser vista como um todo".

Mais à frente: "A coesão territorial é uma aposta clara".

E, por fim: "É imperioso tratar as ilhas com equidade".

Ora, no que toca aos transportes marítimos de passageiros e viaturas, o Governo anterior nada fez, aliás, desfez o que existia e este agora prepara-se para não resolver o problema que causou ao terminar com as ligações marítimas entre todas as ilhas dos Açores.

Com aquela medida, a Região ficou partida, a coesão comprometida e ilhas abandonadas.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Muito bem!

O Orador: Recordo que a linha amarela foi descontinuada com a justificação que em 2019 só tinha uma taxa de ocupação de cerca de 20%.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Outra vez?!

O Orador: Mas é bom perceber que servia uma população de mais de 240 mil pessoas e constituía uma alternativa e credível ao transporte aéreo na época alta. No entanto, a linha laranja com uma taxa de ocupação de 15%, em 2022, e que serve muito menos pessoas, foi considerada como um *caso de sucesso* e até uma linha promissora.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Imagine-se!! Por isso é que é laranja!

O Orador: Concordamos, porque o caminho faz-se caminhando, mas para uma análise correta, chamamos a equidade à discussão. Caso contrário, estamos perante a demagogia e a falta de transparência.

O Governo tem de perceber de uma vez por todas que os transportes não constituem um custo, são antes um investimento nas pessoas e também na coesão territorial.

O modelo de transporte marítimo de passageiros existente até 2019, ligava todas as ilhas dos Açores e, ao mesmo tempo potenciava o tão falado mercado interno.

No fundo, os chavões que o Governo preconiza referidos no início da minha intervenção, não passaram de meras intenções.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Já não há champanhe!

O Orador: Já vimos o que não está no Programa e o que faz falta aos açorianos, mas vamos ver o que está.

Pese embora o Governo anterior tenha falado várias vezes num estudo sobre o serviço de transportes marítimos de passageiros e viaturas, uma coisa é certa, esse estudo - pelo menos que eu saiba - nunca apareceu e o mais grave é que, mesmo sem ele, o Governo não se coibiu de tomar decisões sobre este setor mesmo sem o tal estudo.

Então pergunta-se: estudos para quê?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Para tomar decisões!

O Orador: Veja-se o caso dos navios elétricos já anunciados em diversas ocasiões.

Sabemos que são dois, que têm menos capacidade, menos velocidade e que vão servir as ilhas de São Jorge, Pico e Faial.

Não sabemos se o sistema de produção de energia está preparado nessas ilhas para o carregamento dos navios.

Desconhecemos o tempo de recarga entre cada viagem e se estes têm capacidade para fazer, por exemplo, a ligação Velas/S. Roque/Horta. Isto é importante, porque caso não tenha, estamos perante mais um grave problema.

Através da comunicação social, sabemos também que os *ferries* serão transferidos para S. Miguel e Sta. Maria, para uma operação sazonal e ponto a ponto.

Assim se conclui que com este Programa do Governo, a ilha das Flores fica sem ligação com o grupo central e a Graciosa e a

Terceira sem ligações e esta última sem ligação a São Miguel.

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Mas quem é que lhe disse isso?

O Orador: Se assim for, estamos numa situação muito complexa.

Primeiro, os navios elétricos de passageiros vêm para operar em três ilhas do grupo central e essa operação, com os dados que são conhecidos hoje, será limitada por razões técnicas e operacionais ainda mal explicadas.

Em segundo lugar, os ferries a transferir para o grupo oriental não correspondem às necessidades daquelas populações.

Terceiro, com este Programa, a Graciosa e a Terceira ficarão sem ligações marítimas e deixará de haver ligações entre os grupos de ilhas dos Açores.

Esperava-se que nesta segunda legislatura da Coligação houvesse um rebate de consciência e que se pusesse em prática uma alternativa, conforme prometeram, ou caso não fossem capazes de o fazer, recuperassem o serviço de transporte marítimo de passageiros e viaturas que unisse, de facto, novamente, todas as ilhas dos Açores.

Relativamente ao transporte marítimo de mercadorias, o Programa anuncia a operação livre do tráfico local nos três grupos de ilhas, questão que já foi colocada anteriormente.

O Governo prevê a implementação de um novo modelo de cabotagem insular, coordenado com o tráfego local.

Não deixa de ser curioso, até porque este Governo abandonou o estudo de um modelo alternativo e agora predispõe-se a criar um à revelia deste e, já agora, de outros estudos já realizados.

Não sabemos o que a complementaridade aqui preconizada significa, havendo algum perigo da redução das ligações com o exterior para algumas ilhas que ninguém pretende, a não ser algumas forças corporativas.

Neste Programa devia estar bem explicado ao que vamos nesta matéria, até porque, como é do conhecimento de todos, as empresas de tráfego local não estão preparadas, neste momento, para assumir esse encargo devido à frota envelhecida e desadequada para a função que lhes querem atribuir e que tem causado queixas

a partir de várias ilhas.

Em conclusão, este Programa em relação aos transportes marítimos, o que tem previsto está confuso.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É o que prometeu aos açorianos.

O Orador: E o que não prevê é o que faz falta.

Muito obrigado.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

(*) Deputado Joao Mendonça *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo, Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:

Está referenciado no Programa do Governo a construção de uma gare marítima na ilha do Corvo.

A construção desta gare é essencial, tendo em conta que não existe nenhum outro local onde as pessoas se possam abrigar ao longo do ano enquanto aguardam o embarque no âmbito das ligações marítimas existentes entre as ilhas do Corvo e das Flores.

Assim, solicito que me descreva o que já foi feito e ainda falta fazer para concretizar este projeto?

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Não me respondeu à segunda pergunta, nomeadamente, como é que avalia o grupo concorrente à privatização da SATA Internacional, que tem uma companhia aérea em Cabo Verde, que tem aviões no chão por falta de segurança e avarias frequentes, como noticiado amplamente na imprensa regional e na imprensa nacional?

Gostaria de uma avaliação da sua parte.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Essa notícia também deve ser falsa!

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Isto aqui não é a Venezuela!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) Deputado Mário Tomé *(PS):* Obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:

Cada vez mais as infraestruturas têm uma importância vital e determinante em vários desígnios, nomeadamente na segurança de bens e pessoas, no seu bem-estar, assim como são um fator determinante e potenciador do desenvolvimento económico das freguesias, das ilhas, das cidades e das regiões e que contribuem natural e decisivamente para a coesão regional dos Açores e dos açorianos.

O Programa do Governo, em matéria de infraestruturas, sinaliza a importância urgente de reabilitar, recuperar e construir infraestruturas essenciais e, por isso, propõe uma abordagem estratégica abrangente. No entanto, quando verificamos a

descrição das obras, demonstra uma desarticulação entre as áreas de intervenção que sinaliza e o seu planeamento no que respeita a obras públicas, elencando determinadas áreas de intervenção em detrimento de outras.

Sinaliza um conjunto de obras públicas não identificadas, nomeadamente a reabilitação de edifícios e de equipamentos e sinalizando e identificando intervenções em infraestruturas portuárias em diferentes ilhas e também em infraestruturas hidráulicas especificamente localizadas.

Porém, consideramos que o Programa do Governo é omisso e pouco transparente em matéria de infraestruturas aeroportuárias, com exceção da referência à ampliação da aerogare Civil das Lajes, não fazendo qualquer referência ou omitindo outras intervenções de extrema importância noutras ilhas, o que revela uma contradição entre a estratégia, o planeamento e a identificação das intervenções a realizar.

Perante esta desarticulação que consta do Programa do Governo em matéria de obras públicas, questiono, Sra. Secretária:

Qual é a visão estratégica que o Governo tem para as obras públicas quando evidencia áreas de intervenção em detrimento de outras?

Com que obras públicas nesta área se compromete a Sra. Secretária e este Governo, além da aerogare Civil das Lajes?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* O meu amigo conta sempre com o meu apoio para as Ribeiras.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos.

(*) Deputado Adolfo Vasconcelos *(PSD):* Exmo. Presidente da Assembleia,

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos, hoje, mais conscientes do que o futuro se depara no presente.

Conscientes da finitude dos recursos, os Açores tem traçado um percurso exemplar na utilização de recursos alternativos no que à energia diz respeito.

Neste percurso que visa a transição energética e a descarbonização, são várias as medidas desenvolvidas pelo Governo da Coligação PSD/CDS/PPM, em matéria de eficiência energética.

Desde logo, tem existido um forte investimento na EDA e EDA-Renováveis, como seja um investimento em sistemas de armazenamento e energias em baterias e investimento em centrais hidroelétricas, como acontece na ilha Graciosa e que permitiu poupar 8,9 milhões de litros de gasóleo e 8,2 milhões de euros em quatro anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Também tem existido um investimento em programas como o **Proenergia e Solenerge,** programa este que em menos de dois anos da sua implementação, já aprovou perto de 12 milhões e 900 mil euros a pessoas singulares, pessoas coletivas e instituições em todas as ilhas.

De salientar também os incentivos à mobilidade elétrica que integram apoios à aquisição de viaturas elétricas, renovação à frota da rede de transportes coletivos e um investimento na expansão dos postos de carregamento elétrico, transformando o paradigma do transporte com recurso à energia elétrica como substituta aos combustíveis fósseis.

Estes investimentos são determinantes para o percurso feito na Região rumo à implementação da estratégia açoriana para a Energia/2030, cumprindo os seus

objetivos e metas, desde logo, o aumento na produção elétrica renovável para 42%, já em 2024, e 61%, em 2026.

Este é um objetivo ambicioso, mas realista.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Temos já exemplos de que é possível.

Vejamos o caso da Graciosa, onde já é possível por longos períodos, mais de 1/3 do ano, a utilização de 100% de energias renováveis para a distribuição da rede, numa solução combinada de energia eólica com a fotovoltaica.

O projeto Graceólica que contempla um sistema híbrido de energia que integra o parque eólico, uma central fotovoltaica e uma central de baterias e a capacidade produtiva de energia, torna a Graciosa uma ilha modelo de utilização de renováveis e de descarbonização na nossa economia e diminuição de emissões de carbono.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Mas é a intenção deste Governo Regional da Coligação PSD/CDS/PPM, ir mais além como espelha o Programa de Governo que hoje discutimos e deste documento destaco a criação de dois pontos:

- Criação de um sistema de incentivos que permita a opção de fontes de energia renováveis para autoconsumo e reforço da eficiência energética através de equipamentos e intervenções, abrangendo famílias e empresas;
- Criação do vale destinado a famílias em situação de pobreza energética, com o objetivo de apoiar a aquisição de equipamentos que permitam melhorar o desempenho energético das habitações.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo da Coligação PSD/CDS/PPM tem vindo a

revolucionar políticas de energia, de eficiência energética e mobilidade elétrica e está empenhado para que esta transição energética seja não só uma

responsabilidade das entidades públicas, mas que incorpore hábitos de consumo dos açorianos no quotidiano nas casas, veículos e indústria.

Obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** *(CH):* Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional das Infraestruturas:

Eu não quero ser insistente, mas o que eu pedi foi para comparar o custo de ter uma residência com a aquisição a vários operadores ou a várias empresas, por exemplo, pelo período de 1 ano, de um conjunto de espaços ou de quartos.

Foi essa comparação em termos económicos, porque para os utentes, o conforto é igual, para a Região, se calhar, vai fazer diferença no orçamento.

A segunda questão que me deixa um bocadinho surpreendida, é que nós temos um problema atual - e eu não estou a perseguir os emigrantes…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Claro que não, agora cá! O Chega a perseguir emigrantes!

(Risos da Deputada Andreia Cardoso)

A Oradora: … mas eles vêm cá, sabemos que têm o cartão de cidadão, porque nasceram cá, dão a morada de um parente e com isso têm acesso a um conjunto

de direitos. E com isto da tarifa vamos perpetuar mais esta situação. Já não basta virem ao Serviço Regional de Saúde no verão e levarem um monte de medicamentos à nossa custa - quando eles têm os seus planos de saúde onde vivem - como agora ainda vamos estender o benefício das passagens. Para eles, se calhar pagar 150 euros por uma passagem não lhes custa. A nós custa-nos.
Obrigada.

(Aplausos do Deputado José Sousa)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.
Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar, faça favor.
Deputado Francisco Gaspar *(PSD):* Obrigado Sr. Presidente.
Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Nesta minha primeira intervenção na XIII Legislatura do Parlamento dos Açores, gostaria de começar por felicitar o Sr. Presidente da Assembleia, alargando essas felicitações e votos de muito sucesso a todas as Sras. e Srs. Deputados, pois iniciamos esta nova missão de servir e de representar todos os açorianos nos seus mais amplos e genuínos anseios e aspirações, por uns Açores melhores e mais plurais.
Uma saudação, a Sua Exa. o Sr. Presidente do Governo, ao Sr. Vice-Presidente e a todos os Membros deste Governo, endereçando-lhes votos de muito sucesso e de um trabalho profícuo e desafiante na liderança dos destinos das nossas ilhas.
Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo
Este programa do XIV Governo da Região Autónoma dos Açores, que discutimos, está comprometido com um caminho de continuidade e progresso que promova o bem-estar e desenvolvimento sustentável e integrado de nossa Região. Com uma

visão orientada para o futuro e uma abordagem centrada com prioridade nas pessoas e nas famílias.

Estão também patentes e refletidas linhas orientadoras e amplamente transversais ao exercício duma governação ambiciosa, reformista, inclusiva e participativa, desde logo, responsável e consistente que deverá contar de igual forma com a responsabilidade ideal constante que por obrigação deveremos também exercer, retribuindo aos açorianos a confiança que nos depositaram enquanto servidores públicos e agentes construtivos de soluções de estabilidade e não potenciadores de criação de problemas e de instabilidade.

O nosso povo espera de todos nós um trabalho conjunto de interesses comuns, assente no espírito dialogante, cooperante, construtivo e convergente na criação de sinergias.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo

No âmbito das minhas responsabilidades enquanto deputado regional, não deixarei de interpretar e cumprir, não posso nem devo descurar os legítimos interesses do povo de S. Miguel e particularmente do meu concelho, a Povoação.

A mobilidade terrestre desempenha um papel crucial no desenvolvimento da economia interna de cada ilha, desde logo, intermunicipal e na sua coesão social e está ligada à comunidade particularmente à segurança das pessoas.

A propósito deste Programa do Governo, continuar a apostar na vertente logística em todas as nossas ilhas.

Como é do conhecimento geral, periodicamente, e em face de condições atmosféricas adversas, o concelho da Povoação tem vindo a ser fustigado por ocorrências extremamente nefastas, que têm posto em risco a segurança das nossas populações e das nossas estradas.

Perante situações dessa natureza, é de todo entendível e esperado que haja um compromisso efetivo e real em criar condições dignas de segurança e que

contraria o discurso e na ação do passado que nos projetou na pequenez, na fragilidade e na insegurança.

Incompreensivelmente excluído, o projeto SCUT inicial em 2006, é importante que contrariamente ao que sucedeu no passado, se continue a compensar o concelho da Povoação na melhoria e segurança das suas acessibilidades internas, como a variante à freguesia das Furnas que está a ser executada por este Governo no aproveitamento de fundos ao abrigo do PRR.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Entenda-se, ainda, como acessibilidades internas, a continuidade da melhoria da estrada que liga à freguesia da Ribeira Quente e, muito particularmente, a estrada que liga a freguesia de Furnas à Vila da Povoação. Esta última literalmente e reiteradamente prometida e esquecida pelos sucessivos governos socialistas, pois nunca passou de intenções puramente eleitorais.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A povoação e os povoacenses precisam e merecem outro olhar, outra consideração e um outro compromisso que estou certo continuará a acontecer com este Governo, num contexto de investimento plurianual.

Sr. Presidente e Membros do Governo:

Porque os Açores devem ser sempre o centro da nossa política, a Povoação, fazendo parte integrante dos Açores, também merece.

Disse. Obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições sobre esta temática?

Sr. Deputado José Eduardo, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado José Eduardo *(PS):* Sr. Presidente, muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais um cumprimento que na minha primeira intervenção fiz a todos os deputados, desta vez um cumprimento muito particular, e porque fui chamado à liça, neste caso pela Sra. Deputada Cecília Estácio, também cumprimentar o Sr. Deputado José Paulo Sousa e a Sra. Deputada Dora Valadão, eleitos pela ilha das Flores, desejando-lhes um profícuo trabalho em prol da nossa ilha.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem… pela delicadeza.

O Orador: E digo que fui chamado ao debate, porque há algumas imprecisões tanto na intervenção da Sra. Deputada Cecília Estácio que faz por tentar reescrever um pouco a história do porto das Lajes, que quanto a mim está bem escrita e bem documentada e esta Casa na última legislatura fez jus a essa história e, por isso, só para chamar a atenção sem querer entrar em confrontos políticos e partidários. Mas também para dizer que foram três anos, de 2020 a 2023, para lançar o concurso, quando o PS já tinha deixado um anteprojeto e isso é uma verdade dita até pelo dono de obra, em várias reuniões sucessivas que eu tenho tido com eles.

Sra. Secretária, Sras. e Srs. Deputados, a senhora sabe como eu preço sempre aquilo que é a verdade dos factos.

A reivindicação dos florentinos é que o porto seja feito. E quem tem essa

responsabilidade é o Governo Regional que foi eleito para cumprir com a sua obrigação.

Penso que o passa culpas é algo que não interessa os florentinos e que os próprios já no último ato eleitoral bem provaram que não tinham nada a ver e que achavam que a situação do porto das Flores não era culpa do Partido Socialista, não era culpa dos deputados eleitos pelo Partido Socialista.

Também para dizer uma outra coisa, Sra. Secretária Regional: eu acho que faltou muita ação e ainda bem que estamos agora na fase final de concurso, ainda esta semana estiveram nas Flores alguns representantes das empresas que vão apresentar a proposta final nos primeiros dias de abril, como disse e bem, portanto, não escondo, por exemplo, a celeridade com que foi feita a proteção de emergência de março a setembro, não escondo e já o disse aqui. Agora também não posso esconder, e peço à senhora que não tenha a deselegância de esconder, o atraso do seu antecessor. O Secretário que a antecedeu guardou dois anos e se realmente há porto a Sra. Secretária realmente avançou com algum trabalho, mas o seu antecessor guardou dois anos, Sra. Secretária e isto é o Governo da Coligação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

O Orador: Tal como eu tenho que responder pelo passado do PS, também a senhora terá que responder pelo passado do seu antecessor.

Falta ação na procura de soluções, falta celeridade nas obras de proteção da orla costeira em Santa Cruz e a arriba caiu, pondo em sobressalto os moradores.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* Isso não é verdade. Eles não queriam sair das casas.

O Orador: Falta ação no avanço da segunda fase do porto das Poças.

Falta atender os florentinos.

Falta ação na procura de soluções para o escoamento de pescado. Acabou a Sra. Secretária de dizer, e também com a verdade, que sabe que me assiste, ainda no outro dia tentei falar consigo sobre isso e disse-me exatamente o que hoje disse a público, que é mais caro mandar um avião às Flores do que escoar o peixe.

Ora muito bem, já acabaram com a cooperativa, com transporte marítimo de passageiros, bem, já só falta acabar com a pesca e com os pescadores nas Flores! Muito obrigado.

Deputado José Sousa *(CH):* É verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

Deputada Sandra Costa Dias *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Tal como reiterado por si naquela tribuna e sendo possível ler o mesmo na agenda de governação 2024/2034, apresentada pela Coligação, na sua página 57, diz o seguinte:

"Prosseguir a implementação da estratégia açoriana para a Energia 20/30, cumprindo com os seus objetivos e metas. Aumentar a produção de eletricidade renovável para 42%, em 2024 e para 61%, em 2026, de acordo com os desígnios de descarbonização da economia, de aumento da eficiência energética, de incremento da autonomia energética e de redução de dependência do exterior e do custo de energia".

Objetivos ambiciosos, mas a leitura da proposta do Programa do Governo aponta para uma manutenção do *status quo* também nesta matéria.

Assim sendo, o que podemos esperar?

Como acreditar na concretização destas metas?

Basta olhar para os resultados alcançados nos últimos três anos. Vejamos o que nos dizem os dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores:

Em janeiro de 2020, o peso dos combustíveis fósseis na produção de energia elétrica era de 56.9%; em janeiro de 2024, em vez de reduzir, aumentou quase 8 pontos percentuais, situando-se nos 64.6%.

Se olharmos em termos anuais e compararmos 2020 com 2023, também se regista um aumento do peso dos combustíveis fósseis na produção de energia elétrica, se bem que não tão acentuado, mas ainda assim passa de 60.6% em 2020, para 64.3% em 2023, mais quase 4 pontos percentuais.

Com recursos financeiros disponíveis nesta área, importa aproveitar as oportunidades emergentes para a competitividade das empresas açorianas e para o apoio às famílias e instituições.

Importará acelerar, aproveitando as verbas disponíveis, para alavancar a capacidade competitiva dos Açores. E não esquecer os recursos endógenos da nossa Região que oferecem a oportunidade de potenciar a tão almejada transição energética.

Falo da energia eólica, energia geotérmica ou ainda a fotovoltaica.

Diz o histórico deste Governo de Coligação que continuaremos a regredir nesta área.

Com mais recursos e com a oportunidade de continuar a melhorar e a um maior ritmo, este Governo consegue regredir. Um feito de facto. Basta ver a execução de 1, 58% deste Governo no que concerne à eficiência energética e energias renováveis, em 2022. Em setembro de 2023, os últimos dados disponíveis, o valor da execução era de 40%, um valor superior, mas muito aquém do que era o compromisso deste Governo e do que a Região merece.

No Solenerge, continuamos com atrasos de pagamento de vários meses, deixando famílias e empresas a aguardar os apoios.

O Solenerge iniciou-se em 2022 e termina em 2025, com uma dotação total de 19

milhões de euros. Isto significa que até fevereiro de 2024, os últimos dados disponíveis, isto é, o mês passado, foram executados apenas 28%, ou seja, tendo decorrido cerca de metade do tempo do prazo, a execução está abaixo dos 30%.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* E tudo isso e apesar disso, bem melhor do que a Sra. Deputada seria capaz de fazer!

A Oradora: No âmbito do PRR, dos 116 milhões previstos até 2026, a Região já recebeu cerca de 27 mil de euros, mas não sabemos quanto é que executou. Sabemos apenas que apesar de uma execução de 73% de marcos e metas, um tem uma execução condicionada e os outros dois têm uma execução considerada "crítica".

A proposta de Programa apresentada traz mais do mesmo, condenando os Açores a perderem uma oportunidade única também nesta área.

Como pode o PS-Açores validar este caminho quando defendemos medidas mais ambiciosas?

E apenas para vos dar dois exemplos:

- Dedemos que é importante e imperioso catalisar a investigação e o desenvolvimento na área das energias renováveis; ou ainda capacitar as empresas açorianas do setor da construção, com técnicas e metodologias de desenho e construção que fomentem a construção ecológica, energeticamente eficiente e antissísmica.

Também nesta área, esta proposta do Governo não nos convence.

Os Açores não podem continuar neste ritmo *do vai e não vai*.

É tempo de devolver aos açorianos um rumo.

É tempo de responder aos Açores e aos açorianos com capacidade.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Ruben Cabral.

Deputado Rubén Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Dado que é a primeira vez que me dirijo a esta câmara parlamentar, quero, em primeiro lugar, reforçar a minha saudação inicial, acrescentando ao meu cumprimento a V. Exas. o testemunho do quanto me sinto honrado por ter o privilégio de usar da palavra neste espaço que é o coração da nossa autonomia democrática.

Espero, em tudo e sempre, agir em cumprimento do juramento que fiz em favor dos Açores e dos açorianos.

Após a leitura do Programa do Governo, ficou absolutamente claro para mim a preocupação deste executivo em preservar e incentivar o melhor que se alcançou em tudo aquilo que nós denominamos por destino Açores.

Este Programa promove o turismo dos Açores como atividade económica estruturada, capaz de vingar num mercado cada vez mais competitivo e sujeito às normais dinâmicas da livre concorrência.

É indesmentível e honroso o facto de que os Açores continuam a bater recordes.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Batemos o recorde do número de passageiros desembarcados.

Batemos o recorde do número de dormidas.

Batemos o recorde de receitas originadas na atividade turística e tantos outros bons indicadores.

O destino Açores renovou as importantíssimas certificações de sustentabilidade.

O destino Açores venceu prémios nacionais e internacionais de melhor destino em várias vertentes.

É um caminho de sucesso.

É um caminho de sucesso em que todos os açorianos podem se orgulhar já hoje.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E, felizmente, temos um Governo ambicioso que quer ir mais além.

Um Governo que quer mais para os Açores e para o seu turismo, sobretudo, mais qualidade.

Prova disso, é a afirmação categórica inscrita neste Programa de Governo do seu compromisso para com a excelência, para com a sustentabilidade, para com a autenticidade.

Deputado Joao Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Compromisso este concretizado em medidas objetivas, como por exemplo, desenvolver um sistema de comunicação entre entidades públicas e privadas que facilite a compreensão da procura esperada em cada estação IATA para facilitar a preparação da oferta e o planeamento da atividade turística; desenvolver os procedimentos adequados visando a não aplicação da contribuição extraordinária sobre o alojamento local; prosseguir o compromisso com a sustentabilidade, procurando até o nível ouro na certificação atribuída pela *hearth check*; potenciar a distribuição dos fluxos turísticos por toda a Região e valorizar o turismo de inverno para mitigar a sazonalidade; incentivar o desenvolvimento do turismo cultural através da estruturação de rotas temáticas de alto valor histórico e identitário e da identidade local; reforçar e diversificar a oferta do turismo da natureza, operacionalizando grandes rotas pedestres, desenvolvendo uma rede integrada de atividades de natureza e aventura e valorizando a geologia;

promover um trabalho de coordenação para desenvolvimento, valorização e proteção das atividades marítimo, turísticas e do turismo náutico e ligado ao mar, como o mergulho e a observação de cetáceos; e, por fim, por exemplo, promover uma articulação com o setor agrícola para potenciar o agroturismo como fator valorizador da identidade açoriana, da sua ruralidade e da diversificação da experiência no combate à sazonalidade, mas também como diversificação das fontes de receita da atividade agrícola.

Deputado Joao Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é, portanto, um Programa de Governo que mostra que este Governo Regional dos Açores governa para o futuro e não para soluções de curto prazo.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É um Programa de Governo que tem um conjunto de diretrizes e de medidas que visam a valorização do destino Açores e da subeconomia o ano inteiro.

Sim, temos um Governo a agir.

Temos um Governo a agir, porque é importante para todos nós termos um turismo como uma atividade para os açorianos explorarem e não uma atividade para o turismo explorar os açorianos.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

O Orador: Srs. Deputados, não tenhamos dúvidas: o turismo de qualidade é um fator de promoção e um canal de vendas dos produtos das mais variadas atividades económicas dos Açores. E tem, ainda, a virtualidade de poder contribuir diretamente para o desenvolvimento de outras atividades do setor produtivo. Um turismo de qualidade e também um turismo mais rentável e isto implica termos produtos de qualidade para oferecer.

E digo mesmo que importa colocar os visitantes a pagar a qualidade dos nossos produtos e dos nossos serviços, em vez de sermos nós a subsidiar os preços baixos mais acessíveis dos nossos produtos, cuja qualidade é reconhecida por todos.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Mas isso é a taxa turística!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta integração e valorização do produto local, significa não só o reforço da identidade própria da marca Açores, mas ao mesmo tempo, a diversificação nos *player*s locais que beneficiam com os turistas que nos visitam, pois os açorianos nas suas atividades produtivas têm em quem nos visita um potencial consumidor.

Por fim, relembro que está no Programa do Governo a sua intenção de reduzir a dependência do destino Açores em relação aos operadores e rotas instituídas.

Relembro, também, que, neste momento, os Açores assumem uma notoriedade que permite depender cada vez menos dos operadores ou até já não depender de operador nenhum.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Srs. Deputados:

Não são os operadores que devem ser apetecíveis aos Açores.

Os Açores é que devem ser apetecíveis aos operadores.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Este Governo e estas políticas merecem a confiança dos açorianos. Confiança que já foi até correspondida, porque já deram provas do pós-pandemia que o destino Açores recuperou muito mais rápido que tantos outros destinos mundo fora.

Deputados João Bruto da Costa e Flávio Soares *(PSD):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Merece a confiança dos açorianos e, por isso merece a confiança desta bancada.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Silveira faça favor, tem a palavra.

Deputado Paulo Silveira *(PSD):* Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sabendo os constrangimentos extremos que tem a Sra. Secretária Regional e sabendo a importância que têm as obras públicas para esta Região, recorrendo a um anglicismo que faz-me lembrar discussões anteriores deste mesmo objeto, tenho a firme certeza de que estamos perante um Programa de Governo que se poderá também chamar de **ICE** - não de gelo!

Porquê ICE?

O I é de **investimento**, o C de **coesão** e o E de **execução.**

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O Programa de Governo que hoje debatemos é um programa que apresenta um conjunto de investimentos públicos necessários ao desenvolvimento da Região numa visão integradora e de coesão. Ou seja, é um Programa de Governo que se propõe a investir em todas as ilhas. Atendendo a cada uma e às suas particularidades e necessidades.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: É também um Programa realista que se propõe executar aquilo que está estabelecido, longe das promessas vãs dos tempos idos, onde em matéria de obras públicas se arrastavam as obras em cerimónias públicas, sem que se vislumbrasse a sua execução.

Aliás, estamos perante um executivo regional com provas dadas. Em 2020, o Governo da Coligação PSD/CDS/PPM encontrou uma situação de desleixo e abandono em várias áreas, nomeadamente nas obras públicas, desde infraestruturas, estradas e caminhos agrícolas, edifícios, equipamentos portuários,

entre tantos outros.

No seu curto mandato o Governo da Coligação PSD/CDS/PPM investiu mais de 290 milhões de euros em obras públicas.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: Obras como o centro de Saúde das Velas ou como, por exemplo, a reabilitação da EBI de Rabo de Peixe. Mas, hoje, estamos aqui para falar do futuro dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Neste Programa do Governo apostado no investimento, na coesão e na execução, pretende-se continuar a concentração num só departamento as grandes obras públicas com o intuito de agilizar e uniformizar recursos e procedimentos, garantindo uma gestão integrada das várias áreas da governação e da necessidade de cada uma das nossas ilhas.

Pretende-se, desde logo, conceber um planeamento para assegurar uma manutenção dos equipamentos públicos escolares, culturais, desportivos e de saúde, mas também o património da Região e infraestruturas hidráulicas e marítimas da administração regional direta.

Esta é uma mais-valia, porque permitirá garantir uma manutenção regular e adequada dos espaços, numa lógica de prevenção atempada que durante décadas a maioria socialista faltou a esta Região.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Das várias obras que se encontram em curso por ação do XIII Governo e agora para este XIV Governo, a Sra. Secretária elencou algumas a Sra. Deputada, também a Deputada Cecília Estácio, mas são muitas mais, por isso queremos elencar as seguintes:

- Continuar a recuperação dos estragos provocados pelo furacão Lourenço, com

especial atenção para o porto das Lajes das Flores, sendo que se espera a solidariedade da República que faltou nos últimos três anos.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Concluir as obras do molhe de proteção do porto de Ponta Delgada; executar a gare marítima do porto de Pipas em Angra do Heroísmo e, finalmente ampliar o porto da Praia da Vitória com caixa multiusos.

- Projetar o reordenamento dos portos das Velas e Calheta de S. Jorge; construir a nova gare marítima dos portos da Graciosa e Corvo; requalificar e ordenar o porto da Horta, assim como operacionalizar o ordenamento da baía do Cais do Pico e devida proteção da orla costeira de São Roque;

- Investir na proteção e reforço do porto de Vila do Porto em Sta. Maria; construir o centro de interpretação ambiental do Algar do Carvão na ilha Terceira; melhorar as condições para o escoamento da Grota do Contador no Outeiro dos Arrifes, assim como as condições de escorrência na Grota do Carina nas Capelas;

- Recuperar a lancha Espalamaca, ampliar a aerogare civil das Lajes; criar uma residência para doentes deslocados em Lisboa; construir e requalificar equipamentos sociais de apoio à pessoa com deficiência e apoio à pessoa idosa, como é exemplo o centro intergeracional de Santo Antão, na ilha de São Jorge.

São muitas as obras públicas que este Programa de Governo se propõe, sendo certo que há outras tantas afetas ao PRR que se encontram em execução por toda a Região. Desde logo, o investimento que está a ser feito nas várias ilhas da Região para beneficiação de estradas e circuitos logísticos, como por exemplo, a estrada transversal que liga a Urzelina a Santo António, no concelho das Velas, num investimento já adjudicado num valor superior a 8 milhões de euros.

As obras públicas, pela sua dimensão estrutural, requerem particular rigor e ponderação dos procedimentos necessários à adequação aos novos tempos e materiais, procurando reduzir a pegada ecológica e priorizar os materiais locais e

que melhor se adaptem ao nosso clima.

Pela sua dimensão estrutural, as obras públicas também assumem um papel crucial para o desenvolvimento económico regional e para a criação de emprego, sendo agora que se depara com o desafio da falta de mão-de-obra. Sim, dizer que há uns anos debatíamo-nos com a falta de emprego nas nossas ilhas, mas agora o desafio reside na falta de pessoas para empregar e serem parte do nosso desenvolvimento regional.

Em matéria de obras públicas, o XIV Governo Regional da Coligação PSD/CDS/PPM, apresenta um Programa de Governo que segue uma trajetória firme e de continuidade do trabalho desenvolvido que os açorianos também conhecem e sufragaram ainda há poucas semanas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Trata-se de um Programa de Governo que se pretende cumprir em diálogo com todos, como foi compromisso do Sr. Presidente do Governo.

Sabemos que os partidos de esquerda recusam fazer parte deste diálogo, porque continuam a pôr os seus interesses partidários à frente dos Açores.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Pelo contrário, esta Coligação e este Governo não se pouparam a esforços para continuar a construir pontes e trabalhar na solução para os açorianos. Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17 horas e 40 minutos.

Eram 17 horas e 22 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.
Estávamos nos pedidos de esclarecimento.
Pergunto se há mais inscrições?
Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos.
Dou a palavra à Sra. Deputada Marlene Damião para a sua intervenção.
Deputada Marlene Damião *(PS):* Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:
"O Turismo só é bom para os Açores, se for bom para os Açorianos"!
Deputado João Castro *(PS):* Muito bem!
Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Está a seguir o Programa do Governo, muito bem!
A Oradora: Permitam-me começar a minha intervenção com esta afirmação que foi o lema e a bandeira do último governo socialista, através da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo.
No entanto, e apesar do forte significado desta expressão, o futuro que se deve traçar para o setor do turismo na nossa Região tem de ultrapassar apenas as palavras e o bom legado deixado pelo partido socialista.
Deputado João Castro *(PS):* Muito bem!
A Oradora: A análise efetuada ao programa do XIV Governo da Região Autónoma dos Açores na área do turismo, permite-nos concluir que a visão nele

plasmada não serve a coesão dos Açores e dos açorianos, não promove uma autonomia pujante e capaz e não valoriza a demografia como condição da sustentabilidade do nosso arquipélago.

Há dois pilares da sustentabilidade do setor do turismo nos Açores que não são devidamente valorizados neste programa: a sazonalidade e a qualificação dos recursos humanos.

A sazonalidade turística é, indiscutivelmente, um dos principais desafios deste Governo Regional.

A necessária e urgente redução da sazonalidade turística em todas as ilhas do nosso arquipélago, através do alargamento das acessibilidades que existem durante o Verão IATA para se prolongarem para o próximo inverno, não está a merecer a devida atenção por parte deste Governo e não está clara neste programa que aqui debatemos.

Sras. e Srs. Deputados:

O verão já está vendido!

O foco tem de estar na garantia de uma boa performance ao longo de todo o ano e de forma transversal a todas as ilhas do arquipélago.

Em termos turísticos, este inverno a Região teve uma redução substancial dos lugares oferecidos para o principal mercado da Região que, como todos bem sabemos, é o mercado nacional, em resultado da diminuição de voos da companhia aérea Ryanair.

Aliás, segundo notícia avançada no jornal "Açoriano Oriental", como também já foi dito pelo meu colega de bancada Carlos Silva, o próximo inverno IATA também está comprometido ao insucesso. E nós, ao contrário do que afirma a Sra. Secretária, não estamos distraídos, se calhar estão os senhores distraídos e diria mais, estão atrasados.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Nem o povo está distraído!

A Oradora: Ora vejamos a título de exemplo, a 29 de fevereiro a Ryanair

anunciou mais quatro ligações para o Porto.

A 6 de março a Secretaria Regional do Turismo e Cultura da Madeira acordou com a IBERIA, durante a Feira ITB – porque estas feiras servem para encetarmos negociações em prol das nossas regiões e destinos – mais quatro ligações de inverno para a Madeira. Para além da negociação com a IBERIA, foi também efetuada uma negociação com a Easyjet.

Ora, também ao contrário do que afirma o Sr. Deputado Ruben Cabral, este Governo não está a agir.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Este Governo que começou outro dia!

A Oradora: Considerando que tal como afirmou recentemente a Sra. Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, aquando das declarações prestadas na Bolsa de Turismo de Lisboa, que o principal mercado emissor do turismo nos Açores é o mercado nacional, não considera V. Exa. que a negociação com a Ryanair deveria ter sido mais eficaz e merecia um reconhecimento e atenção para com os nossos visitantes nacionais?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* E o que é que os senhores fizeram com a EasyJet?!

A Oradora: Os acréscimos recentemente apontados nas estatísticas de passageiros, têm a ver com o facto de, no caso do aeroporto de Ponta Delgada, estar a ser usado como "hub" com muitos passageiros a chegarem à Região provindos de rotas da América do Norte e que depois prosseguem para outros destinos, mas que não são passageiros que ficam na Região e a registar dormidas.

O que verdadeiramente interessa é que os desembarcados nos Açores deixem valor acrescentado, não apenas nas dormidas, mas também no aluguer de viaturas, na restauração e na animação turística.

O turismo nos Açores vive grandes mudanças, fruto de um dinamismo sem precedentes, de parceiros públicos e privados.

Não obstante o potencial natural de crescimento, agora, mais do que nunca, temos de estar cientes de que os bons resultados exigem o melhor desempenho e a melhor estratégia perante a imensa competitividade que a Região enfrenta, aos mais diversos níveis.

Os recursos humanos e a qualificação profissional são um tema cada vez mais premente, sobretudo no âmbito do setor turístico, sujeito a uma dinâmica cada vez mais acelerada, que obriga a ajustes contínuos para superar os desafios decorrentes das mudanças geradas por todo esse dinamismo.

Todos temos de ter consciência de que a criação de riqueza e de postos de trabalho e a sua manutenção, assim como a dinamização da economia regional dependem, em muito, do receber bem e do saber receber.

Por motivo que só posso lamentar, não estejam contempladas neste programa que hoje analisamos, medidas claras e específicas para apoiar o tecido empresarial deste setor, em particular, o hoteleiro e o da restauração, no que à carência de mão de obra qualificada diz respeito.

Parece-me claro que a qualificação no turismo não consta como objetivo essencial neste programa.

O Partido Socialista defende que a aposta na formação e na qualificação dos nossos recursos humanos, de forma a elevar o nível de profissionalismo de maneira transversal a todo o setor, deve ser efetuada para que o capital humano à volta das empresas e serviços turísticos seja efetivamente uma mais-valia para o setor e para a sua sustentabilidade.

Por último, e em alinhamento com a necessidade do combate à sazonalidade já referido, baseada num modelo de desenvolvimento sustentável, não podemos deixar de destacar o POTRAA (Plano de Ordenamento Turístico dos Açores) como um instrumento fundamental da regulação deste setor que continua, ao fim de três anos, sem atenção por parte deste Governo. Permitam-me acrescentar que o POTRAA foi deixado pelo governo socialista pronto a executar. Uma consulta

efetuada publicamente em todas as ilhas do arquipélago.

Nesta senda, e em suma, temos a reconhecer que este programa do Governo de Coligação PSD/CDS/PPM não só não responde às necessidades e preocupações do setor, como também não demonstra a ambição e a inovação necessárias para uma boa e eficaz progressão do setor do turismo na nossa Região.

Deputado João Castro *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há pedidos esclarecimentos a esta intervenção?

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente, Srs. Membros do Governo Regional: Cada Sra. e Sr. Deputado do Partido Socialista que se levanta da sua bancada para ir à tribuna, acaba sempre por iniciar a sua intervenção a concluir que o Programa do Governo não serve na área sobre a qual eles vêm falar. Que é uma maneira dissimulada de dizer que os açorianos se enganaram dia 4 de fevereiro.

Deputado Joao Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isso é uma estranha conceção de democracia!

Esta coisa da oposição é uma chatice!

O Orador: Além dessa circunstância, é proferido um conjunto de observações que, em muitos dos casos, não correspondem manifestamente à verdade, como foi o caso da intervenção da Sra. Deputada que terminou agora a sua alocução lida da tribuna, ao dizer que o número de passageiros desembarcados nos Açores no fundo não corresponde a uma mais-valia resultante do turismo, porque a Região é o *hub* de algumas companhias aéreas que faz com que os passageiros que aqui desembarcam, voltam a embarcar, não se refletindo em dormidas.

Oh Sra. Deputada, considerando até que no seu trajeto profissional tem trabalhado nessa área, parece-me duma imprudência enorme dizer o que acabou de dizer, pela seguinte razão:

Comparando as dormidas de 2023 com as 2019 - não são passageiros desembarcados, são dormidas - há mais 809 mil dormidas nos Açores, isto é, um crescimento de 26,6%.

Sabe quanto é que isto dá por dia?

Sábados, domingos e feriados, todos os dias em que um *açoriano se levanta*, como gosta de dizer o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, são mais 2200 dormidas relativamente ao melhor ano do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Não sei como é que V. Exa. é capaz de dizer isso.

Faz lembrar uma conhecida história que já aqui foi citada, de que o Partido Socialista parece ser a mãe do soldado que vendo o filho com um passo desacertado do resto do pelotão, dizia "tantos soldados a marchar e só o meu filho leva o passo certo!".

Deputado Joao Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

(Risos e aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

(*) Deputada Marlene Damião *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Eu tenho nome. O meu nome é Marlene Damião, caso ainda não o tenha memorizado.

Em relação ao que o senhor disse, eu lamento mas tenho que discordar da sua posição. Aliás, eu acho que o senhor esteve distraído na minha intervenção, porque eu nunca me foquei no verão, foquei-me no inverno.

Ora bem, como eu disse e volto a repetir, os verões vendem-se sozinhos. Não é preciso termos prémios, prémios estes que felizmente para todos nós açorianos, são bem vindos, mas não são de agora. São prémios alcançados naturalmente, porque o nosso destino, felizmente, consegue alcançá-los sem grande esforço. E, tal como disse, no vosso caso, tiveram uma boa herança.

Em relação àquilo que o senhor disse, e se calhar quem não sabe os dados estatísticos é V. Exa., foca-se nas dormidas, mas nas dormidas até novembro de 2023, porque se formos buscar as dormidas a partir de dezembro de 2023, elas descem a pique e continuam a descer.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Não descem nada a pique, que disparate!

A Oradora: Ora, vejamos, se considerarmos os dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores publicados a 27 de fevereiro, os indicadores do turismo refletem, em período homólogo – estamos a falar só em janeiro - um decréscimo de 2,5%.

Eu estou a falar de janeiro, se quiserem nós podemos também ir buscar os dados de dezembro, tenho todo o gosto em partilhar com os senhores.

(Aparte impercetível do Deputado Ruben Cabral)

A Oradora: Mas o senhor também pode se inscrever, terei todo o gosto em debater o que quer argumentar.

Portanto, eu penso que contra fatos não há argumentos. E a verdade é que, espero

que reconheça, a nossa posição é altamente construtiva.
Nós queremos o melhor para os Açores, tal como os senhores com certeza também quererão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

A Oradora: Isto significa que temos que trabalhar por antecipação. O inverno tem de ser preparado já, não é quando chegarmos a setembro, porque se o senhor vê as notícias, perceberá que todo o setor turístico…
Deputada Sabrina Furtado *(PSD):* Não grite, Sra. Deputada!
A Oradora: … reclama por ajuda, todo ele, é transversal.
Os empresários e donos de rent-a-car ainda há pouco tempo, dizem que são 50% de negócio que estão a perder. Os taxistas, as empresas de animação turística, é escusado, penso eu, detalhar mais.
Obrigada.
Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.
Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.
Deputado João Castro *(PS):* Outra vez?
(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):*Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:
Sim, Sr. Deputado João Castro, vai ter de se habituar!
Deputado João Castro *(PS):* É um gosto!
O Orador: Sra. Deputada Marlene Damião, Deputada do Partido Socialista,

perdoe-me se considerou uma ofensa, mas não creio que ao dizer que é Deputada do Partido Socialista estivesse a fazer qualquer desconsideração sobre V. Exa. Apenas disse "a Sra. Deputada do Partido Socialista que acabou de fazer uma intervenção". Mas vou fixar o nome de todos os que agora chegaram. Isso também não será problema, já estou habituado a fixar o nome dos alunos, e como os senhores são cada vez menos – estão em descontinuidade – uma turma tem tantos alunos como os senhores têm, por isso ao segundo dia de aulas eu já sei o nome de metade da turma, logo, não será por aí a dificuldade.

Deputado João Castro *(PS):* Os senhores têm o mesmo número! Olhe que é o mesmo número, cuidado!

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Isto se fosse na Universidade o senhor era Dux!

(Risos dos Deputados da bancada do PS).

Deputado Carlos Silva *(PS):* Essa humildade…!

O Orador: Há um da parte da bancada do Partido Socialista que diz que nós temos o mesmo número de deputados, pois é, só que nós estamos em crescimento e os senhores estão em descontinuidade, estão a descer.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Castro *(PS):* Veremos, veremos!

O Orador: Mas vamos exatamente àquilo que é o objeto da nossa discussão.

Sra. Deputada, mais 809 mil dormidas, obviamente é porque a sazonalidade está a ser esbatida, porque não é possível haver mais 809 mil dormidas apenas na época alta.

Portanto, também aí a Sra. Deputada erra na avaliação.

Mas há outros fatores que comprovam aquilo que nós estamos a dizer que o setor do turismo está no bom caminho quando, por exemplo, se registou a maior receita de sempre no setor.

Isso é sintomático do sucesso que está a ser trilhado na aposta num setor que o Partido Socialista iniciou, e bem, mas há de convir também que não é por nós estarmos descansados que o setor está a obter estes resultados do sucesso.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)* e **Deputada Catarina Cabeceiras** *(CDS-PP)*: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É pelo trabalho que nós acrescentamos.

Acho que a Sra. Deputada – e mais uma vez peço desculpa de o dizer - com toda a franqueza, se engana redondamente, porque se este Governo está a descansar e os resultados são esses, imagine quando nós começarmos a trabalhar em velocidade cruzeiro será obviamente muito maior.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Só para terminar, Sra. Deputada, partilho consigo este propósito de aqui todos querermos fazer o melhor. Mas desculpe-me mais uma vez a franqueza! - eu acho que há aí qualquer coisinha que não corresponde verdadeiramente à palavra, e que é esta: *o melhor pelos Açores* é só até amanhã…

Deputada Andreia Cardoso *(PS): Coisinha?!* Está-se transcendendo, Sr. Deputado!

O Orador: … porque quem com um voto antecipado se predispõe a pôr os Açores em gestão por mais 5/6 meses ou o resto do ano, eu não creio que verdadeiramente queira o melhor dos Açores.

Vozes de alguns deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.
(*) Deputada Marlene Damião *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:
Bem, nós não nos vamos alongar, até porque o dia ainda é grande. Mas, Sr. Deputado, vamos concordar em discordar, porque de facto numa coisa eu concordo, o turismo cresce, mas ele cresce naturalmente, independentemente do Governo que esteja.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

E, portanto, para além da sua matemática…

(Apartes impercetíveis do Deputado Joaquim Machado)

A Oradora: Ele cresce naturalmente, independentemente da vossa existência e *apesar* da vossa existência!
Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!
(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)
Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não cresceu foi até 2020!
Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.
Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dar aqui algumas respostas rápidas às questões que me foram colocadas, desde logo ao Sr. Deputado José Ávila para dizer-lhe que o senhor é muito pessimista, mas eu devo-lhe dizer que também achava que o turismo na Graciosa não subia, que estava a descer, mas já subiu. Tinha um decréscimo de 6.4 e já tem um crescimento de 11.5.

Deputado José Ávila *(PS):* Não subiu não senhora!

A Oradora: Também queria os encaminhamentos, afinal, os passageiros desembarcados já subiram, mesmo sem encaminhamentos. E, portanto, tenha calma que tudo se vai compor!

Quanto à questão do transporte de mercadorias há um estudo concluído e em breve terá novidades relativamente àquilo que é o novo modelo de transporte de mercadorias para os Açores.

Sr. Deputado, João Mendonça da ilha do Corvo, em relação ao projeto da aerogare, está concluído e será colocado a concurso quando este Governo tiver orçamento. Já não está há mais tempo, porque chumbaram o orçamento deste ano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Deputado António Lima, eu respondi à sua segunda pergunta quando respondi ao Sr. Deputado Carlos Silva. O concurso está na mão do júri, ficou suspenso, quando deixar de estar suspenso o júri dirá sua justiça.

Sr. Deputado Mário Tomé, queria dizer-lhe que o Programa do Governo é apenas o Programa do Governo, não é o Orçamento nem o Plano para 2024. E, já agora, as infraestruturas que o senhor gostava que estivessem aqui, estavam no orçamento que os senhores chumbaram.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: O senhor sabe quais são e eu também sei!

Sra. Deputada Hélia Cardoso, eu penso que não me fiz compreender.

A tarifa Açores aplica-se a todos os residentes, logo, quem for residente nos Açores tem direito à tarifa.

Sr. Deputado José Eduardo, eu compreendo a sua…

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Angústia!

A Oradora: … ansiedade que não é maior do que a minha. Nós queremos andar o mais depressa possível e estamos a fazer.

Só para lhe dizer que nós herdámos um *boneco,* nem um estudo prévio era. Levou meses no Laboratório Nacional de Engenharia Civil em testes em modelo reduzido. E tudo isto leva o seu tempo e se os senhores têm dúvidas, revisitem a discussão do Programa do Governo em 2020 e verão nas declarações do Deputado Miguel Costa os prazos que ele apontava para a construção do porto das Lajes das Flores.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Sra. Deputada Sandra Dias, a minha resposta para si é igual à do Sr. Deputado Mário Tomé: isto não é o plano de investimentos. Isto é o Programa do Governo. E quando lá chegarmos, então poderá ajuizar do cumprimento ou não das metas da Estratégia/2030.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* É tudo uma… *questão de fé!*

A Oradora: Sra. Deputada Marlene Damião, tenho pena que tenha feito a intervenção que fez. E tenho mais pena ainda que pense que a razão está toda do seu lado e que o caminho é só aquele que a senhora considera correto e que os outros caminhos não existem.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Isso é o seu raciocínio!

A senhora é que pensa assim!

A Oradora: Isso não é verdade em matéria nenhuma e muito menos no turismo.

A única coisa que eu tenho para dizer é que se era tão fácil fazer e tudo acontecia normalmente, então porque é que não aconteceu no vosso tempo?! – esta é a primeira pergunta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Segunda pergunta:

O turismo não desceu a pique.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila *(PS):* Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado José Ávila *(PS):* Sr. Presidente, foram feitas algumas afirmações

pela Sra. Secretária Regional, neste caso, induzindo os graciosenses em erro.

Não é verdade que o turismo na Graciosa, isto é, o total das dormidas, nem o total…

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*: Isso não é uma interpelação à Mesa!

Presidente: Desculpe Sr. Deputado, não vou permitir esse tipo de interpelação, porque não é efetivamente uma interpelação. Isso é uma intervenção. E, portanto, eu vou lhe retirar a palavra se o senhor prosseguir esse caminho.

Deputado José Ávila *(PS):* Sr. Presidente, eu vou entregar na mesa um documento.

Muito obrigado.

Presidente: Isso é outra coisa.

Muito bem, será distribuído.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo mais inscrições, vamos avançar nos nossos trabalhos. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego.

Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego *(Maria João Carreiro):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários:

Permitam-me que felicite o Sr. Presidente da Assembleia pela sua eleição que tanto nos honra e que na sua pessoa saúde as Sras. e Srs. Deputados, expressando votos de bom mandato para bem dos açorianos.

Na sequência da vitória da Coligação PSD/CDS/PPM no sufrágio de 4 de fevereiro, o XIV Governo dos Açores está mandatado pela maioria dos açorianos para dar continuidade a uma governação reformista e transformadora que apenas em três anos foi capaz de promover resultados francamente positivos para os cidadãos.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

A Oradora: O desemprego registou níveis historicamente baixos.

O número de desempregados em programas ocupacionais baixou para registos mínimos e a população empregada subiu a máximos históricos.

Os apoios da contratação priorizaram estabilidade laboral e o aumento das remunerações, melhorando vidas concretas de muitos trabalhadores.

O compromisso entre o Governo e parceiros sociais, plasmado no Acordo de Parceria 23/28, integra, defende e valoriza os açorianos.

Sr. Presidente:

As áreas da Juventude, Habitação e Emprego constituem um tripé estratégico para o crescimento económico regional, assente na satisfação das necessidades de habitação, na promoção de emprego e na fixação da população da Região.

Face ao imperativo de promover a justiça social, a cidadania e o crescimento sustentável, este Programa do Governo é um compromisso com os açorianos ancorado na convicção de que as pessoas são o recurso mais valioso dos Açores e que a governação deve interpretar e responder às necessidades e às expectativas dos cidadãos com políticas integradas, progressistas, fortes e eficazes. Desde logo, é preciso dialogar e saber ouvir os jovens.

É preciso manter os nossos jovens na Região, atrair os que saíram e fixá-los em cada uma das ilhas, criando condições para que olhem para os Açores com confiança e esperança de que aqui podem trabalhar e viver, povoando conselhos, constituindo família e contribuindo para a produtividade da nossa Região, bem como das empresas.

No que às áreas de competência da Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego diz respeito, o nosso contrato com os jovens açorianos é claro: aprovar em Conselho de Governo medidas integradas no programa **Mais Jovem** para apoiar e premiar os jovens qualificados e recém diplomados que decidiram iniciar a atividade profissional na Região.

Manter os apoios à transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho, assegurando a proteção social e o início da carreira contributiva.

Continuar a incentivar a contratação jovem, majorando os apoios para uma adequação salarial ao nível da qualificação e de formação dos jovens.

Readaptar as majorações nos apoios a estágios, à contratação e à criação do próprio emprego em função dos concelhos, para atrair e fixar jovens.

Alargar as medidas de formação e/ou emprego para os jovens NIT.

Incentivar a implementação do ensino dual nas escolas profissionais, para que os jovens em idade escolar possam beneficiar de uma oferta formativa de dupla certificação que privilegie a formação no contexto das empresas.

Promover a ocupação, a integração socioprofissional, as atividades de voluntariado e de intercâmbios jovens, bem como reforçar os incentivos à atividade associativa jovem e à participação cívica juvenil.

A Região precisa de cidadãos preparados para os desafios de hoje e de amanhã, resilientes, em condições de plena integração social e profissional, razão pela qual este Programa projeta uma visão estrutural sem ignorar a conjuntura.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A habitação condigna é um direito consagrado na Constituição.

A habitação é um direito inabalável e este Governo está preparado para promover respostas adequadas e alinhadas com as necessidades dos açorianos.

Vamos prosseguir com uma política de habitação promotora de respostas diferenciadas para programas diferentes, integrando os beneficiários do investimento público regional ou comunitário, as

famílias em situação de desfavorecimento, os jovens em início de atividade

profissional e a classe média.

Vamos promover as condições para possibilitar o acesso à habitação a preços compatíveis com o rendimento dos jovens e das famílias açorianas, através de incentivos ao arrendamento, com opção de compra e disponibilização de fogos a preços acessíveis, sem descurar o reforço do investimento na habitação social.

Nesse sentido, definimos objetivos e metas concretas.

Colocar no mercado 2 mil habitações a preços acessíveis, onde se incluem novas construções, reabilitações, cedência de lotes infraestruturados, apoio às cooperativas de habitação, contando com a iniciativa dos municípios para a construção de habitação.

Dar continuidade à execução do Plano de Recuperação e Resiliência, no qual está programada a construção de 301 habitações e 527 habitações.

Posso, de resto, adiantar que nas próximas semanas vão ser consignadas 33 novas habitações e lançadas a concurso 122 novas habitações.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro)* e **Deputado Flávio Soares** *(PSD):* Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Ceder 145 lotes infraestruturados para a promoção de habitação acessível no quadro de um regime de autoconstrução quer permitirá a cumulação com outros apoios para a construção de habitação própria permanente.

Criar um regime próprio de contratos ao desenvolvimento de habitação, confiando à Região a produção direta de habitação para particulares, autarquias, cooperativas e outros intervenientes no setor imobiliário.

Uma política de habitação estrutural será mais eficaz no médio e longo prazo, quanto maior for a nossa capacidade de a afirmar como eixo da economia regional e potenciar as oportunidades do ciclo virtuoso: mais qualificação, melhor emprego, mais rendimento.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Para a quebra de ciclos de pobreza, privação material, estabilidade

laboral e de baixa produtividade da economia.

Sr. Presidente:

Prosseguiremos, assim, com uma política de qualificação profissional e emprego que se está a afirmar como positiva e que está sustentada no reconhecimento da importância da qualificação para o desenvolvimento humano, social e económico da Região, sendo certo que este é um processo que exige a participação de trabalhadores e empregadores e não exclusivamente da Região.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Muito bem!

A Oradora: Constituem orientações programáticas para a legislatura que agora se inicia: o reforço da empregabilidade dos desempregados de longa duração e a governabilidades e o apoio à integração de trabalhadores com deficiência ou incapacidade no mercado de trabalho.

Os incentivos à estabilidade laboral e à melhoria do rendimento dos trabalhadores açorianos, indexando desses apoios públicos à valorização da formação e à qualidade do emprego.

Os incentivos à reconversão profissional dos desempregados para os setores de atividade com necessidade de recrutamento.

Um apoio à certificação, formação contínua, qualificação profissional da população ativa, através de custos de dupla certificação ou tecnológicos e de formação, numa estratégia sustentada na Agenda Regional para Qualificação Profissional, valorizar os açorianos Açores 20/30.

A afirmação da centralidade do ensino profissional nas escolas profissionais e da importância dos quadros intermédios das profissões.

A promoção da formação à distância para garantir oportunidades de qualificação de empregados e desempregados em cada uma das ilhas, designadamente através do Centro de Qualificação dos Açores.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: No que respeita ao artesanato dos Açores, reafirmamos o

compromisso de dar continuidade a uma política de valorização económica e cultural dos produtos endógenos, tradicionais e inovadores, adequando os incentivos públicos às exigências nos domínios da produção, inovação, divulgação e comercialização e estimulando a aproximação da produção artesanal para novos segmentos de mercado e ampliando as mais-valias da marca coletiva "artesanato dos Açores".

Estas são propostas sufragadas nas eleições e que interessam os açorianos.

Os interesses e as necessidades dos açorianos são uma exigência.

Uma governação só se cumpre, se for capaz de executar um projeto que integra em vez de excluir; que promove o diálogo em vez de esconder os desafios; que decide e faz escolhas em favor dos cidadãos, das empresas da Região.

Esta é nossa missão.

Esta é a missão que açorianos nos confiaram.

Esta é a missão que assumimos com determinação, ambição e inovação.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS/PP):* Muito bem!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Duas questões sobre duas áreas da sua tutela. Começo pelo emprego: a única referência que há ao combate à precariedade neste Programa do Governo prende-

se com o combate à precariedade, e cito, "ilícita".

Sra. Secretária, o que lhe pergunto é se a **lícita** é para continuar?

É que o problema da precariedade não é apenas da sua ilegalidade, é porque há muita, mas muita, e grande parte da precariedade do trabalho é legal. E é isso que é necessário combater, é essa precariedade. A ilícita nem poderia existir, a precariedade que é legal, mas que é um problema para milhares de açorianos, essa tem que se combater e não pode ser só aquela que é ilegal.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Oh Sr. Deputado, nunca se combateu tanto a precariedade como com este Governo!

O Orador: Sra. Secretária, relativamente à habitação, tendo em conta que este é talvez o problema que mais afeta as pessoas, neste momento, perante um brutal aumento de custos, nós quase que não vemos propostas.

Vemos um objetivo a longo prazo que nem sequer diz como é que se vai concretizar e construir 2 mil casas, mas ao contrário do que a senhora referiu naquela tribuna, nada se diz sobre apoios ao arrendamento que não são atualizados há vários anos.

Nada se diz sobre regular o alojamento local que retira casas do mercado habitacional de arrendamento, quando nós temos quartos a 400 euros para os estudantes.

Bem, o que é que a senhora vai fazer sobre isso?

É a isso, Sra. Secretária, que é preciso responder hoje! Não é apenas com planos para o futuro e promessas de revisão de legislação. É preciso garantir rendas que as pessoas possam pagar. É preciso apoio ao arrendamento. É preciso apoio a quem tem o juro cada vez mais alto nesta altura e ainda não estão com tendência a descer.

É preciso combater a especulação e um crescimento desordenado e desenfreado do turismo que leva a uma subida dos custos da habitação incomportável para a grande maioria das famílias.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):*Os Senhores não sabem discutir o Programa do Governo.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

E nós não vemos Programa do Governo, respostas estruturais e muito menos imediatas. É que imediatas nem vê-las!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate do Programa do Governo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) Deputada Olivéria Santos *(CH):* Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou-me focar na questão da habitação. E ao contrário do Bloco de Esquerda, foi com muito agrado que o Chega analisou e viu o que está contemplado aqui no Programa de Governo para a área da habitação.

Posso gracejar e até dizer que aprenderam com o Chega, pois há pouco tempo trouxemos a esta Assembleia uma proposta de habitação que continha muitas propostas parecidas ou iguais a estas que estão aqui neste Programa de Governo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não é verdade Sra. Deputada.

A Oradora: É isso que defendemos.

É esse o caminho que acho que devemos seguir.

As minhas perguntas, Sra. Secretária, são as seguintes: se na aquisição e na construção de novas habitações têm em vista desbloquear terrenos do estado para construir estas habitações?

E em relação ao bairro do Aeroporto de Sta. Maria, também não vi aqui nada especificado.

Tem alguma solução ou algum projeto para este fim?

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

(*) Deputada Isabel Teixeira *(PS):* Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A conjuntura económica e financeira sofreu profundas alterações nos últimos tempos.

As políticas públicas na área da habitação são imprescindíveis para o fomento da coesão social. No entanto, as profundas alterações no mercado de habitação levam os açorianos a enfrentar graves problemas.

As famílias açorianas e, de uma forma ou de outra a maioria dos açorianos, têm sentido dificuldades em vários domínios, sendo que o da habitação não é exceção. Não conseguem com o rendimento do seu trabalho, fazer face às despesas mensais, suportar as rendas das suas casas ou pagar os empréstimos bancários.

É confrangedor perceber que os senhores, durante três anos, não entenderam a necessidade de encontrar melhores soluções e respostas de política pública na área da Habitação.

Nos últimos três anos, as soluções e respostas que apresentaram foram as mesmas que o Partido Socialista deixou.

Se nós tivéssemos formado Governo, teríamos reformulado essas políticas, porque a realidade da vida dos açorianos, entretanto, alterou-se e o que parece é que os senhores não perceberam isso!

Sabemos bem que ninguém decide fixar-se numa ilha, num concelho ou numa freguesia, se não tiver políticas sociais de apoio à infância, à educação, à saúde,

emprego digno e habitação.

É preciso mais. E esse mais não está refletido no Programa do XIV Governo Regional dos Açores, porque é um programa de continuidade, como aqui já se disse e como o próprio Governo afirma.

Deputado Carlos Silva *(PS):* A culpa é do PS!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

(*) Deputado João Mendonça *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego:

A questão da falta de habitação é um problema do país, dos Açores e também da ilha do Corvo.

Mas na ilha do Corvo a questão é mais grave…

Deputado Carlos Silva *(PS):* É, a culpa é do PS!

O Orador: … na medida em que toda a população está concentrada numa só localidade, não existindo, assim, a possibilidade de encontrar qualquer outra alternativa na ilha, em termos de habitação.

Além disso, não existe a capacidade necessária em termos de resposta local a nível da construção civil.

Pergunto, Sra. Secretária, se o Governo Regional prevê desenvolver ações para resolver esta questão ao longo desta legislatura?

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa e **Deputada Délia Melo** *(PSD):* Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Raposo.

(*) Deputado Luís Raposo *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta que é a minha primeira intervenção na Casa da autonomia, permitam-me que congratule todos pela vossa eleição e desejar-vos um profícuo mandato em prol das açorianas e dos açorianos, especialmente dos mais novos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Estamos perante um Governo com visão, que responde aos anseios e às preocupações das famílias açorianas, das gerações presentes, mas também que garante futuro às próximas, corresponsabilidade e estabilidade política e governativa.

Ao longo da leitura e análise deste Programa do Governo, podemos contabilizar mais de uma centena de vezes o verbo "continuar". E foi isto que as açorianas e açorianos pediram-nos de forma clara no dia 4 de fevereiro, que continuássemos a servir, que continuássemos a reformar e continuássemos a valorizar as pessoas.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Toda e qualquer medida proposta, estratégia ou visão que coloque os jovens açorianos à frente, a garantir o futuro da Região e cumprir com a defesa intransigente daquilo que é ser açoriano.

Estamos, como sempre estivemos, ao lado dos jovens, das suas preocupações, dos seus anseios, dos seus desafios, para que possam sonhar e concretizar nos Açores.
A Juventude está no centro deste Governo, de uma aposta clara e inequívoca na valorização da Juventude e, prova disso, são as propostas reais, credíveis e exequíveis aqui apresentadas.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A aposta no associativismo juvenil com a reformulação do sistema de apoio às associações juvenis, o Programa de Governo ainda reforça a aposta no despiste vocacional, na ocupação dos jovens e da sua integração socio profissional.

Destaco, ainda, a valorização das qualificações dos jovens, quer na aposta no ensino profissional, quer nos programas de estabilidade laboral, como o novo CONTRATAR.

A continuação na aposta das qualificações dos jovens em competências do século XXI, como o empreendedorismo, competências digitais, literacia financeira e mediática. Mas, Sras. e Srs. Deputados, este Programa de Governo também traz mais novidades no acesso ao ensino superior e àquilo que diz respeito à mobilidade desses mesmos jovens.

Todos sabemos que estudar fora exige um grande esforço às famílias açorianas, por isso queremos garantir o pagamento de duas viagens ida de volta entre o local de residência dos estudantes nos Açores e o local de estabelecimento de ensino.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Pretende-se, ainda, implementar um sistema em que os estudantes

matriculados no ensino superior apenas pagarão o valor estipulado nas obrigações de serviço público – relembro, 99 euros para o continente, 89 euros para a Região Autónoma da Madeira - sem necessidade de reembolsos posteriores.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ainda prevê a devolução dos pagamentos das propinas e do IRS para todos os jovens açorianos que se comprometam a desenvolver a sua atividade profissional durante 5 anos, até aos 30 anos de idade.

Sras. e Srs. Deputados:

Isto é deixar mais rendimento nas famílias açorianas.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isto é a valorização dos nossos jovens.

Isto é a valorização e elevação da educação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, valorizamos os seus currículos, valorizamos, o seu percurso académico.

Sras. e Srs. Deputados:

Está definido um percurso de progresso e desenvolvimento para os Açores, para que sejam mais competitivos, mais eficientes e mais atraentes, com ideias inovadoras e diferentes. Nós temos um projeto de governação para os Açores. Mas, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me que ainda fale sobre habitação.

E como a Sra. Secretária já aqui disse, a habitação condigna e social, é um direito consagrado na Constituição Portuguesa.

Por isso, a habitação também tem que ser vista como uma política de fomento de natalidade, para a construção e garantia de emancipação, de constituir e fixar

famílias açorianas.

Torna-se, assim, fundamental, construir, reabilitar e investir na habitação nos Açores.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: No que concerne a execução material do PRR, eu gostaria de apresentar dois dados às Sras. e Srs. Deputados:

A execução material do PRR a nível nacional, é de 13,19%, enquanto na Região, é 28,72%.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Como disse um Deputado do Partido Socialista esta semana, fomos eleitos para trabalhar.

Pois, então, deixem-nos trabalhar, porque os açorianos reconhecem e querem que nós continuemos a trabalhar para continuar a executar mais do dobro daquilo que se faz a nível nacional e ser exemplo para o país.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Estes números desmentem cabalmente aquilo que tem sido a postura do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda sobre esta matéria. E, neste ponto, e novamente porque os números não mentem nem enganam, gostaria de relembrar aqui que durante 8 anos de governação socialista, no que diz respeito à matéria de construção, o Partido Socialista apresenta um número de 70 e umas habitações no

que diz respeito à construção e reabilitação, o que dá uma média inferior a uma casa por ano por a ilha.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* É mentira!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Em três anos, o Governo da Coligação já construiu e reabilitou 103 habitações. Mas não vamos ficar por aqui.

O Governo liderado por José Manuel Bolieiro, compromete-se a colocar até ao final desta década, mais 2 mil habitações no mercado.

Relembro que já temos mil habitações em andamento em apenas três anos; 301 habitações, 527 habitações, 145 lotes infraestruturados até 2025. E é nosso objetivo replicar até 2030 em articulação com as câmaras municipais. E este valor pode ser, inclusive, ultrapassado.

Relembro, neste ponto, que na construção do PRR, em 2020, o Partido Socialista esqueceu as câmaras municipais.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Os açorianos sabem que podem contar connosco para resolver os seus problemas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego *(Maria João Carreiro):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar, dar nota de que possibilitar o acesso à habitação a preços compatíveis com rendimento das famílias, sejam elas monoparentais, sejam jovens ou da classe média, é um grande desafio da nossa Região. Seja um problema a nível regional seja nível nacional, a verdade, Sra. Deputada Isabel Teixeira, é que este problema regional acresce com o desempenho ou com o legado deixado pelos últimos 8 anos do Governo socialista, porque em 8 anos construíram 71 habitações. Nós em três anos, construímos 103. Já aqui está uma grande diferença. E o facto de termos a falta de habitação acessível, condiciona toda a estratégia. Mas a verdade é que - e gostaria de dar nota - foi este Governo que conseguiu desbloquear um conjunto de anúncios que não passaram do papel e que foram concretizados. E posso lembrar-vos de alguns deles:

- Por exemplo, o empreendimento Trás-dos-Mosteiros que em maio de 2022 foi adjudicado o projeto de conclusão, sendo que é um assunto que se arrasta desde 2008.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Sra. Secretária, Trás-dos-Mosteiros está assim!

(Neste momento o Deputado Carlos Siva exibe uma imagem à câmara)

Deputado Berto Messias *(PS):* Ó Sra. Secretária, isso está tudo mas é no papel!

A Oradora: O empreendimento dos Foros de Vila Franca do Campo, a empreitada foi adjudicada em agosto de 2023…

Deputado Berto Messias *(PS):* Oh senhora, isso está tudo no papel! Não conta casas no papel!

A Oradora: … o anúncio remonta ao verão de 2020.

O loteamento de São Vicente Ferreira, cujo contrato de empreitada foi assinado em fevereiro de 2023, era um investimento há muito esperado pelos açorianos e que remonta a 2015.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Retire o PRR!

A Oradora: O loteamento de S. Brás, cuja primeira pedra já foi lançada…

Deputado Berto Messias *(PS):* Esse é verdade.

A Oradora: … uma correção duma situação cujo alvará de loteamento data de 2004.

Portanto, possa passo, conseguimos desbloquear um conjunto de procedimentos e, neste sentido, já construímos 103 casas, temos 33 para consignar e 122 obras para lançar.

Naturalmente, não ficamos por aqui.

Temos 145 lotes infraestruturados para aceder aos nossos jovens, à classe e às famílias monoparentais.

A verdade é que também não pode ser descurado o facto de nos três anos da governação da Coligação, nós concedemos apoios na hora dos 45 milhões de euros, o que significa que apoiámos 6778 famílias. E se formos comparar com o investimento feito pelos anteriores governos regionais do Partido Socialista, posso dar nota de que na autoconstrução, o valor médio anual do Governo Regional é o

dobro do valor médio dos anteriores governos.

Deputado Carlos Silva *(PS):* A senhora retire o PRR e veja quanto é que tem!

A Oradora: Em termos de aquisição, o valor médio do Governo Regional é quase o dobro do valor médio dos anteriores governos entre 2012/2020.

Em termos de incentivo ao arrendamento, o valor médio anual do governo Regional é de 500 mil euros superior ao valor médio dos governos entre 2012/2020.

Portanto, temos provas dadas de que estamos no bom caminho. Há muito a fazer naturalmente.

É importante, sim, aproveitar os fundos comunitários e o instrumento do PRR para oferecer melhores condições de adicionais e oferecer mais casas, sejam elas por vida da construção, seja por via da reabilitação.

Sr. Deputado António Lima, relativamente aos apoios ao arrendamento, eu gostaria de dar nota de que, como já foi aqui demonstrado, em termos do investimento feito por este Governo, na ordem dos 45 milhões de euros, é preciso não esquecer que este Governo deu um sinal bastante positivo do quanto já queria alargar elegibilidade das famílias em termos de apoios à autoconstrução e *Casa Habitada, Casa Renovada*, no âmbito da proposta de alteração que incidiu nos Artigos 73º e 74º do Orçamento da Região para 2024.

O que aconteceu, Sr. Deputado…? Chumbo!

Deputado Joao Bruto da Costa *(PSD)*: É verdade!

Deputado António Lima *(BE):* Estava tudo no orçamento! E nos anos anteriores porque é que não fizeram?!

A Oradora: Portanto, não permitiu que muitas famílias fossem abrangidas por estes apoios da autoconstrução e *Casa Habitada, Casa Renovada*.

Portanto, cá estaremos nós para promover alterações legislativas, para que haja majoração de apoios e mais famílias abrangidas pelos apoios.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo*

Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Deputado João Mendonça:
Relativamente à situação do Corvo, posso dar nota de que está prevista a aquisição de uma habitação que será transformada em 3 fogos. A verdade é que esse processo da escritura de aquisição ficou bloqueado com o chumbo do orçamento. Portanto, agora nas nossas funções e com os plenos poderes, cá estaremos nós para outorgar a escritura de aquisição desta habitação para transformar em três fogos na ilha do Corvo.
Deputados João Bruto da Costa e **Joaquim Machado** *(PSD):* Muito bem! Muito bem!
A Oradora: Relativamente ao combate à precariedade, Sr. Deputado António Lima, é preciso distinguir aqui duas situações: uma delas que é o trabalho precário por via da ilicitude e aí temos a atividade inspetiva – Inspeção Regional do Trabalho.
Outra questão é criar medidas de emprego e promover melhores condições no estágio, no combate à precariedade. E aí temos provas dadas, medidas como CONTRATAR, o TURISTAVEL, o ESTAGIAR, em que os jovens estagiários finalmente têm a proteção social em que privilegiamos os jovens estagiários na iniciativa privada em detrimento da administração pública, em que por esta via, Sr. Deputado…
Deputado António Lima *(BE)*: E a despesa média quanto é que aumentou?
A Oradora: Permita-me concluir para depois fazer a sua pergunta.
Entre 2021 e 2023, os jovens frequentaram os estágios L e T 73% deles, ao fim de 4 semanas (fim do estágio) contrato de trabalho celebrado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas posso dar mais notas.

Em três anos apoiámos a contratação de cerca de 3457 jovens; investimos mais de 35 milhões em contratos de trabalho apoiados em três anos.

Sabe o que isso significa?

Mais de 5700 contratos de trabalho, em que 84% destes contratos de trabalho são contratos sem termo.

Por via do programa CONTRATAR estimulámos o incremento salarial dos trabalhadores, em que em 2021 foi possível verificar que houve um incremento em 10%, em 2022 de 15%.

Os dados estão à vista, foram até notícia recente num jornal diário, onde verificamos que o salário médio aumentou 7.3% em 2023. Isto é fruto das iniciativas deste Governo por via do combate à precariedade e por via de medidas inovadoras que promovem a qualidade de emprego e estabilidade laboral.

Penso que para já respondi às questões para já colocadas.

Muito obrigada.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estevão):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa.

(*) Deputado Russell Sousa *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo e restantes Membros do Governo:

Embora representante do povo açoriano, tenho a minha responsabilidade de representar uma geração que luta todos os dias por um futuro melhor para si.

Sim, refiro-me à minha geração, à geração jovem.

Estou a referir-me a cada um dos jovens açorianos que têm o sonho de construir uma vida na sua ilha.

Nós ambicionamos uma vida na nossa terra, um emprego estável, uma habitação acessível, algo que aparenta ser fácil na teoria.

Todavia, esta é uma realidade distante ao ler o Programa do XIV Governo.

Este é um Programa onde a juventude açoriana foi relegada para o fim das preocupações deste Governo, ao contrário do Partido Socialista onde a juventude é uma preocupação e uma prioridade e sempre foi. Algo que ficou demonstrado com as medidas para a juventude no nosso programa eleitoral.

O Partido Socialista defende apoiar os jovens na aquisição da sua primeira habitação, algo que não existe no programa atual do Governo de forma a permitir aos jovens açorianos sonharem com a sua emancipação. Mas uma habitação sem rendimentos não é possível. Também aí queremos melhorar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, com mais segurança e com mais rendimentos.

E cairmos sobre o CONTRATAR ESTÁVEL e o CONTRATAR +, é uma continuidade de políticas que não serve a juventude açoriana, principalmente com os atrasos dos pagamentos nos apoios.

Deputado Joao Castro *(PS)*: Ora aí está!

O Orador: Formar é um sinónimo de investimento. Investimento em nós jovens, muitas vezes dependentes dos nossos agregados familiares para prosseguir estudos. No entanto, os custos para nos qualificarmos são cada vez maiores, fruto do mercado habitacional, fruto dos custos da inflação e, mais uma vez, o Partido Socialista apresentou medidas concretas de apoio à Juventude açoriana e às famílias que investem nos seus jovens.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Quais?!

O Orador: Ao contrário dos senhores que chumbaram há meses uma proposta do Partido Socialista para apoiar a habitação dos jovens estudantes deslocados, que é o maior custo além das propinas, mas isso também é omisso no vosso programa eleitoral. Não há qualquer referência ou apoio a estudantes deslocados.

Sras. e Srs. Deputados:

Defender a juventude não recai no orçamento, porque não é desculpa para sempre.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Defender a juventude é defender o futuro da nossa Região, algo que este Programa falha em fazer.

Há zero referências de apoios para jovens na habitação.

Há uma continuidade de políticas de emprego para a Juventude, que não dá resposta às verdadeiras necessidades da Juventude.

Há receio de ir mais além com este programa.

Há receio de investir a sério na Juventude.

Por isto tudo, este Programa de Governo não serve os jovens açorianos.

Deputado Joao Castro *(PS)*: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Raposo.

(*) Deputado Luís Raposo *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Russell Sousa:

Permita-me que lhe diga que a única receita fracassada que aqui foi vista foi a desconsideração que o Partido Socialista teve pela Juventude Socialista, como diz

o antigo Deputado Vílson Ponte Gomes. Mas a questão que o Sr. Deputado tem que fazer a esta câmara é, sim, se os jovens querem ou não duas viagens por ano de ida e volta?

Se querem ou não a devolução do IRS?

Se querem ou não a devolução do valor das propinas após regressarem à Região?

Os jovens querem isso, Sr. Deputado!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E como já disse de forma clara, os açorianos escolheram-nos no dia 4 de fevereiro para isso!

Mas ainda há mais, na Habitação, tal como já disse, estamos a trabalhar neste sentido com a colocação de 2 mil habitações no mercado. Se já temos mil em andamento em três anos de governação…

Deputado Berto Messias *(PS): Em andamento* para onde senhor?!

O Orador: … sendo que em dois anos e meio tivemos orçamento, permita-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que até 2030 iremos ultrapassar este objetivo.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Calma, eu percebo a vossa energia jovem, mas tenham calma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa.

(*) Deputado Russell Sousa *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Caro Deputado Luís Raposo:

Ao contrário da JSD e do PSD, a JS teve sempre deputados jovens e como legado disso temos aqui vários que foram deputados jovens. E se quer falar de lugares em listas, de *desconsiderações,* a JS teve sempre o respeito do PS nas listas para deputados.

Deputadas Andreia Cardoso e Sandra Costa Dias *(PS):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: E mais lhe digo: relativamente à habitação, há um fato omitido no seu discurso: é que a estratégia de habitação deste Governo advém do PRR deixado pelo Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sim senhor. As 2 mil casas de que fala estão no PRR do Partido Socialista que, para quem não se lembra, certas pessoas diziam que o valor era reduzido.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* E é!

O Orador: Então meta mais do orçamento regional!

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

O Orador: E digo-lhe mais, Sr. Deputado:

(Aparte impercetível do Deputado Joaquim Machado).

O Orador: Oh Sr. Deputado, outra vez a mesma *muleta?!*

Relativamente aos estudantes claro que eles querem duas viagens. Mas acima de tudo, querem ter a certeza de que há rendimentos disponíveis na sua família para

ter habitação no local onde vão estudar, algo que este Governo não prevê em lado nenhum nem tem nenhuma medida. E isso dá que pensar.

Quando numa cidade como a nossa, Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, um quarto custa 400 euros, há que pensar nisso!

Quantas famílias suportam um filho a estudar por esse valor?

Mas digo-lhe mais:

Promessas há muitas, mas há um ano e meio foi aprovada aqui uma medida de apoio ao estágio curricular.

Onde é que esse estágio anda, Sra. Secretária?! Na gaveta ainda?! Ai está sim senhora! Não existe.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Deputado Carlos Silva *(PS):* Afinal há *gavetas* aí!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo mais inscrições, tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias para uma intervenção.

Deputada Sandra Costa Dias *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de programa do XIV Governo dos Açores contempla na área do emprego e da formação profissional, por detrás de termos ora genéricos ora pomposos, uma amálgama de termos e de conceitos sem nenhum alinhamento estratégico. E o que é anunciado, para além de não ter um alinhamento estratégico consistente, carece de credibilidade na sua execução e padece dos erros que se verificam transversalmente a todas as áreas de governação: **muita propaganda e nenhuma credibilidade para executar**.

Propõe o Governo um programa "**em consonância com a Agenda Regional para**

a Qualificação Profissional – Valorizar os Açorianos – Horizonte 2030", dizendo ser prioritário a formação profissional quer junto dos jovens NEM-NEM quer junto dos desempregados. Mas os objetivos daquela agenda previam uma estratégia nunca implementada e metas que nunca foram atingidas. Mais de três quartos, i.e., mais de 75% das metas anunciadas naquela Agenda, não foram atingidas nem implementadas e quanto às restantes, a questão não é clara. (1)

Por exemplo, algo muito emblemático, que demonstra bem a ineficácia e falta de credibilidade deste Governo. Diz o Governo que "os jovens Nem-Nem (também conhecidos por NEET), são sem dúvida, mais do que uma prioridade, uma obrigação para qualquer governo", mas o Governo não tem credibilidade para resolver esta questão.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Não tem credibilidade?!

A Oradora: Veja-se. Na tal Agenda tão apregoada neste Programa havia um **"Objetivo estratégico: Ter definido e implementado uma estratégia de reconversão profissional especialmente desenhada para jovens NEEF e desempregados de longa duração, até dezembro de 2022"**. Há 15 meses, atrás. Não foi. Não há ações para jovens NEET.

Outro exemplo: **"Criação de um catálogo da formação para reconversão profissional para a região, congregando áreas prioritárias de formação"**. Até dezembro 2022. Não foi. Não se sabe, ainda hoje, as áreas prioritárias de formação.

Ou ainda: **"Ter implementado planos semestrais regionais de capacitação para a reconversão profissional de públicos vulneráveis"**. Até dezembro 2022. Não foi!

Ou ainda: **"Ter iniciado em 2022/2023 a implementação de uma oferta formativa para adultos, diversa e flexível"**. Não foi. A Formação para desempregados e trabalhadores é residual. (2)

Por outro lado, é completamente dramática a **não execução de fundos**

comunitários para a preparação dos açorianos – em particular jovens e desempregados – para o exercício de uma profissão. A componente do **Fundo Social Europeu do programa para 2021 – 2027, neste que é o quarto ano do quadro financeiro**, já ultrapassámos, portanto, mais de metade do tempo deste quadro – é ainda mais dramática, pois ainda não arrancou, **execução zero**, ao contrário do país e ao contrário do que aconteceu nas transições entre quadros financeiros dos Governos do PS, em 2000, em 2007 e em 2014.

No PRR, a não execução dos 29 milhões de euros para a Qualificação Profissional, denota uma enorme irresponsabilidade e uma enorme imprudência no tratamento desta matéria. E não somos nós que o dizemos, é o próprio Governo. Leia-se o último relatório de execução do PRR, relativo ao 4º trimestre de 2023, da Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, e cito: "Continua sem ser cumprido qualquer dos Marcos e Metas previstos até ao 4º trimestre de 2023, revelando um atraso considerável na execução deste investimento, o que poderá pôr em causa o alcance das Metas A contratualizadas" – fim de citação.

E esta situação não é de agora. Há muito que se arrasta, tal como refere a comissão de monitorização do Conselho Económico e Social dos Açores no Parecer sobre Relatório Periódico de Monitorização Trimestral do 3º trimestre de 2023 do PRR Açores, e volto a citar: "É o investimento com pior execução" (…) "denota ser um dos investimentos mais críticos ao nível da respetiva execução, e que, por isso, se espera uma maior atenção por forma a ultrapassar todos os seus constrangimentos e partilha de informação com esta comissão relativa às medidas corretivas a aplicar neste investimento por forma a permitir recuperar o objetivo traçado." Fim de citação.

Onde estão estas medidas? Zero, não são conhecidas.

Na estratégia para o emprego, verifica-se uma total desadequação das atuais políticas às necessidades reais do mercado de trabalho. Conjuntamente com os

apoios à contratação, dirigidos às empresas, deve haver uma forte aposta na qualificação, centrada no que são as necessidades do mercado. Isto não existiu, pelo que o que se verifica é um enorme desajustamento entre a procura e a oferta de trabalho, situação para a qual também não se vislumbra solução, tendo em conta a falta de visão deste Governo sobre esta matéria.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Os senhores não batem palmas nem nada?!

A Oradora: Em síntese, esta coligação não tem nem nunca teve uma estratégia definida e concertada de emprego e formação para a RAA.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Beneficiou de uma conjuntura económica que atenuou a pressão sobre o desemprego e não soube aproveitar os fundos comunitários ao seu dispor para concretizar uma verdadeira valorização dos recursos humanos da RAA. Com esta postura, este Governo Regional desperdiçou, e segundo este programa continuará a desperdiçar, a oportunidade de fortalecer a Coesão dos Açores, de robustecer a nossa Autonomia e, ainda, de combater os desafios demográficos que enfrentamos nos Açores.

O que está em causa, acima de tudo, são as pessoas. E quando se perdem, consecutivamente, oportunidades de melhorar a vida dos açorianos, a sua empregabilidade e a sua qualificação, o PS Açores não pode, e nunca poderá, ficar indiferente!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há pedidos de esclarecimento?

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) Deputado Flávio Soares *(PSD):* Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vir a Sra. Deputada Sandra Costa Dias falar de qualificação profissional ou até mesmo de ensino profissional, deixa-me um pouco perplexo com a sua dimensão, até porque pensei que a Sra. Deputada viesse pedir desculpas às escolas profissionais dos Açores, porque nós assistimos durante os 24 anos do poder socialista na nossa Região ao completo abandono ao nosso ensino profissional.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Não somos nós que o dizemos. Aliás, por diversas vezes, nos últimos três anos, isto foi debatido nesta Casa e foram as próprias escolas profissionais que o disseram durante todo esse tempo, porque reclamavam aumento de apoios, reclamavam atenção, reclamavam articulação e foram sempre ignoradas e completamente esquecidas.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Pelo contrário, este Governo desde 2020, teve uma postura completamente diferente para que o ensino profissional e é reconhecido pela própria Associação de Escolas Profissionais que referem concreto e congratulam este Governo por algumas medidas que tem vindo a tomar para com as escolas profissionais. Desde logo, com o financiamento de um 1.2 milhões de euros para comparticipar as penalizações resultantes das desistências de alunos, coisa que o Partido Socialista nunca resolveu, depois de diversas chamadas de atenção.

Também os 5 milhões de euros para a modernização de equipamentos. Hoje, as escolas profissionais estão com equipamentos mais modernos e mais adequados à formação destes ativos. Mas acima de tudo, este Governo Regional quer continuar, e sim a palavra continuar foi defendida, foi votada pelas açorianas e pelos açorianos no último dia 4 de fevereiro, continuar o bom trabalho que tem sido desenvolvido por este Governo. Vamos continuar a valorizar o ensino profissional. Vamos continuar a fazer aquilo que temos feito. Aliás, isto foi confirmado precisamente no dia 4. Mas mais importante, vamos continuar a agilizar procedimentos e processos.

Tudo isto foi esquecido durante 24 anos.

Sra. Deputada, não sou eu que o digo. As escolas profissionais disseram por diversas vezes e está em diversos comunicados da própria Associação de Escolas Profissionais.

Nós, ao contrário daquilo que o Partido Socialista fez, valorizamos as nossas escolas.

Nos últimos dois anos, houve um aumento significativo de alunos nas nossas escolas. No início do ano letivo, em outubro, 825 alunos começaram a frequentar este ensino. E, portanto, Sra. Deputada, nós temos uma visão, temos uma estratégia para o ensino profissional, ao contrário daquilo que foi o Partido Socialista nos outros anos.

Não vamos abandonar estes 825 alunos.

Não vamos virar costas ao ensino profissional, porque o ensino profissional não é uma despesa, é um investimento.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Sandra Costa Dias faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Sandra Costa Dias *(PS):* Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Flávio Soares quando fala do ensino profissional, remete novamente para os 24 anos dos governos socialistas e esquece-se dos últimos três anos.

Basta uma comparação muito simples entre o programa deste Governo em 2020 e o atual programa que está em discussão, para perceber que no programa de 2020 os senhores diziam, e cito:

"É fundamental que se dote a formação profissional na Região de elevada competência técnica, o que apenas é possível com recurso a formadores especializados, a escolas de formação estruturalmente adequadas e devidamente equipadas para os cursos que ministram".

Não foi cumprido, Sr. Deputado! E neste programa, pura e simplesmente não é referenciado.

"Estabelecer planos estratégicos e setoriais de qualificação profissional" - era uma aposta em 2020; em 2024 não aparece e durante estes três anos continuamos sem saber quais são as áreas efetivamente de aposta na qualificação profissional.

Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego *(Maria João Carreiro):* Falso!

Desconhece na totalidade, mas eu já vou esclarecer!

A Oradora: O Centro de Qualificação que foi criado por este Governo traz também outros desafios, Sr. Deputado. E até pergunto-lhe pela Escola Profissional de Nordeste, sobre a qual ainda há dias aqui trouxe um voto de congratulação?

Que resposta é que este Governo tem dado às escolas com menor número de

alunos? E de que forma é que tem apoiado efetivamente essas escolas?

O que vai fazer é concentrar no Centro de Qualificação, por exemplo, o setor do turismo que tanto advogam que precisa de formação, continuamos sem ter respostas e os empresários continuam sem ter mão de obra qualificada para contratar.

Deputada Marlene Damião *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está inscrito o Sr. Deputado Flávio Soares a quem dou a palavra.

(*) Deputado Flávio Soares *(PSD):* Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: A Sra. Deputada Sandra Costa Dias referiu-se o Centro de Qualificação dos Açores. Ora, esta foi uma excelente iniciativa deste Governo para revitalizar uma escola profissional que foi abandonada pelos sucessivos governos do Partido Socialista. A Escola Profissional das Capelas que muita gente reconhece e muita gente se formou naquela escola, estava completamente abandonada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: É verdade!

O Orador: Nós temos uma estratégia para aquela escola. O Centro de Qualificação dos Açores é isso mesmo. E vamos canalizar, como já está a ser feito, montantes e financiamento para obras de reabilitação daquela escola que muito precisa, Sra. Deputada, para formar açorianos, porque muita gente passou por aquela escola e muitas profissões foram formadas naquela escola que bem precisa e que hoje em dia é uma verdadeira necessidade. Quanto à Escola Profissional do Nordeste, Sra. Deputada , a qual pude visitar, tenho a certeza absoluta de que aquilo que foi transmitido pela direção da Escola a si foi o mesmo que foi transmitido ao Grupo Parlamentar do PSD. Ou seja, de que a escola está

bem, recebeu o financiamento que era necessário tanto para obras, como para manutenção dos seus respetivos cursos, abriam um curso reativar, coisa que os senhores não fizeram durante os últimos anos da vossa governação. E, portanto, Sra. Deputada, nós temos uma estratégia para o ensino profissional e essa estratégia evidente. Aliás, a Associação das Escolas Profissionais reconhece isso.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

(*) Deputada Sandra Costa Dias *(PS):* Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já que é para falar da herança dos 24 anos, este Governo tem escolas profissionais para recuperar ou para investir, porque nós deixámos mais de 18, enquanto que quando chegámos ao governo há 27 anos atrás, eram quatro.

Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego *(Maria João Carreiro):* E deixaram-nas com a corda ao pescoço!

A Oradora: O investimento que houve no ensino profissional nesta Região, deve-se aos governos do PS.

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Construir e não manter, é muito fácil fazer!

A Oradora: E aquilo que os senhores herdaram é o que vos permite agora poderem desenhar uma estratégia que durante três anos não ficou de todo clara e não tem resultados à vista.

Continuamos sem saber em que áreas de qualificação estamos apostados e as empresas continuam sem ter resposta para aquilo que efetivamente o mercado de

trabalho precisa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego.

(*) Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego *(Maria João Carreiro):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Sandra Dias:

Lamento profundamente o seu desconhecimento relativamente à trajetória de sucesso deste Governo relativamente à qualificação profissional. E vou dar nota disso.

O Sr. Deputado Flávio Soares já fez questão de o dizer, é público o reconhecimento do trabalho feito por este Governo, por várias associações das escolas é público. É público esse reconhecimento.

A senhora vem falar em menor número de alunos. Mas pelo segundo ano consecutivo, temos aumentado o número de alunos nas escolas profissionais. Foi este Governo que tem maior oferta de cursos profissionais nas escolas nos últimos 8 anos. Nós financiámos neste ano letivo 43 novos cursos profissionais.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Fomos nós reduzimos a oferta formativa nas escolas do ensino geral em detrimento das escolas profissionais.

Deputado Berto Messias *(PS):* A senhora quando estava no PS ajudou a fazer. Sectarismo tem limites!

A Oradora: Fomos nós que estamos a desbloquear a sobreposição dos cursos. Fomos nós que criámos a campanha publicitária da primeira escolha.

Fomos nós que alterámos o REGAPA para evitar a penalização adveniente do

quadro comunitário criado por vós que penalizou as escolas fortemente e que fez com que este Governo investisse 1.2 milhões de euros, fruto da penalização sofrida pelo anterior quadro comunitário.

Foi este Governo que fez um estudo aos alunos do 8º e 9º anos, e que facultou às escolas, é público. É público, está no portal. Aconselho uma leitura.

Quanto às áreas da agenda, é público, as várias áreas: economia azul, transição digital, economia verde, comércio e serviços. É público. Aconselho uma leitura atenta.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Quanto às áreas da Agenda é público. Leia, Sra. Deputada!

Quanto às áreas é público, desde a área da economia azul, transição digital, economia verde, comércio e serviços, aconselho uma leitura atenta.

Mas ainda posso dar nota de que além de termos feito um estudo aos alunos dos 8º e 9º anos para perceber quais eram suas intenções, quais eram as suas verdadeiras aptidões em termos escola profissional e de escola pública, fizemos às empresas também para perceber em que medida valorizam a formação profissional?

Sabe a que conclusão é que chegaram, Sra. Deputada?

Que apenas 50% das empresas e entidades empregadoras inquiridas entendiam que a formação profissional era um requisito para contratar.

O tempo é escasso, tenho de terminar, mas digo-lhe que não faltam medidas adotadas por este Governo para a formação de ativos, sejam empregados sejam desempregados.

FORM Açores, Qualifica In, VALE + Formação, tudo isso são medidas que visam formação e estão disponíveis para capacitar a nossa população.

Quanto aos jovens NEET, Sra. Deputada, também lamento informar, mas temos feito uma forte intervenção junto desses jovens, junto do GOV, uma medida inédita reconhecida a nível nacional no gabinete que está no terreno. É que nós colocámos mais de 1600 jovens NEET no mercado de trabalho. Mais de 1700 em formação.

Sr. Deputado Russell Sousa, dois pontos.

Relativamente à juventude, é muito estranho essa preocupação da Juventude Socialista, sabe porquê? Fomos nós que alterámos o diploma das políticas de juventude que foi criado em 2008 e só agora que é foi alterado.

Deputado Berto Messias *(PS):* E os jovens dos Açores vivem melhor por causa desse DLR?!

A Oradora: Vejam lá a pertinência que tinham relativamente às críticas à juventude!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Quanto ao estágio curricular, está devidamente regulamentado e posso dar nota - e lamento o seu desconhecimento, porque é falso – que nós já apoiámos 26 estágios curriculares. Portanto estamos a apoiar os jovens nesses estágios.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

(*) Deputada Sandra Costa Dias *(PS):* Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Tenho também a dizer-lhe o seguinte:

O PO 2020, em sede de comissão, antes do Plano e Orçamento para 2024, estando nós numa Região onde a qualificação de ativos continua a ser um desafio por todos reconhecido, onde as empresas…

Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego *(Maria João Carreiro):* Quando se desconhece é terrível!

Quando se é leigo na matéria…!

A Oradora: Ó Sra. Secretária, eu estou a falar consigo, não percebi o comentário, mas se quiser repetir eu agradeço.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Não pare. Está na sua vez de falar.!

A Oradora: Nas audições do passado mês de novembro, houve, e volto a frisar, relativamente à execução de 152 milhões de euros que estavam disponíveis para qualificação do PO 2020, com este Governo foram desperdiçados 26 milhões que ficaram por executar, em que a Região pura e simplesmente perdeu esse valor na área da qualificação.

Quando questionada sobre isso, qual foi a sua resposta Sra. Secretária? Que não precisou desse valor.

Secretária Regional Juventude, Habitação e Emprego *(Maria João Carreiro):* Isso não é verdade!

A Oradora: Quantos são ainda os açorianos que aguardam por requalificação e por melhores oportunidades no mercado de trabalho?

Secretária Regional Juventude, Habitação e Emprego *(Maria João Carreiro):* Oh Sra. Deputada pelo amor de Deus, nem sequer terminámos!

A Oradora: Outra questão, Sra. Secretária: falou das políticas e dos números, mas não falou de questões tão importantes como aquilo que é um reparo do seu Governo, da Direção Regional de Fundos Estruturais, em que pedem medidas corretivas para recuperação dos valores do PRR e que desta Secretaria em particular e na área da qualificação não se conhece ainda as medidas corretivas e de que forma é que a Região irá salvaguardar o bom aproveitamento destas verbas?

Fico a aguardar por uma resposta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, faça favor.

(Neste momento o Deputado Lubélio Mendonça é substituído pela Deputada Maria Isabel Teixeira no lugar de Secretário da Mesa)

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática *(Alonso Miguel):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores dispõem de notáveis níveis de qualidade ambiental e de um

extraordinário património natural.

Trata-se de uma herança singular, que recebemos das seculares gerações de açorianos, e que temos a obrigação de preservar e de legar às futuras gerações.

Porém, a excelência da qualidade ambiental e a singularidade do património natural que as nossas ilhas encerram, são também valores extremamente frágeis, pelo que a sua proteção é um processo contínuo, que exige reflexão e adaptação constante a novos desafios, agravados pela emergência climática.

É com a reafirmação do desenvolvimento sustentável como alicerce transversal da ação governativa, que pretendemos dar uma resposta firme perante os desafios que enfrentamos, prosseguindo com o novo paradigma de políticas públicas iniciado no final de 2020, que conforma as políticas ambientais estabelecidas no programa do XIV Governo da nossa Autonomia democrática.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O sucesso em matéria de preservação ambiental depende, em grande medida e em primeira instância, da nossa capacidade de consciencializar os açorianos e quem nos visita relativamente ao valor deste património único e à importância da sua proteção.

A aposta na literacia ambiental é, pois, uma peça-chave para garantir um necessário equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento económico e social da Região.

Neste sentido, procederemos ao desenvolvimento de uma Estratégia Regional de Educação e Sensibilização Ambiental, reforçando a oferta de atividades de sensibilização ambiental escolar.

A rede de Centros de Interpretação Ambiental da Região, para além de um excecional ativo turístico, constitui também um instrumento fundamental em matéria de educação ambiental. Apostaremos, por isso, na sua reabilitação, modernização e inovação tecnológica.

No plano da promoção da qualidade ambiental, procederemos à revisão do

Regime Jurídico da Avaliação de Impacte e do Licenciamento Ambiental. E apostaremos, ainda, na implementação de projetos relevantes para a Região, como a Monitorização e Biorremediação de Solos Contaminados da Ilha Terceira e a elaboração do Plano Regional do Radão.

Estimando-se que se esteja a consumir, por ano, quase o dobro dos recursos que o planeta consegue gerar, é fundamental acelerar a transição para uma economia circular e apostar na otimização da gestão de resíduos, por forma a cumprir as metas assumidas a nível nacional e comunitário.

Deputado Pedro Pinto *(CDS/PP):* Muito bem!

O Orador: Nesse sentido, procederemos à elaboração do novo Regime Geral de Prevenção e Gestão de Resíduos, bem como do Regime da Gestão de Fluxos Específicos da Região, à implementação do Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, o PEPGRA 20+, e à operacionalização da Agenda para a Economia Circular dos Açores.

Prosseguiremos, ainda, com a modernização e inovação tecnológica dos Centros de Processamento de Resíduos da Região e reforçaremos o investimento no Programa "Eco-Freguesia".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em plena "Década das Nações Unidas para a Recuperação dos Ecossistemas", decretada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, como forma de apelar à proteção e revitalização dos ecossistemas em todo o mundo, importa assegurar uma estratégia robusta para a conservação e restauro da natureza.

Neste contexto, procederemos à revisão do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Proteção da Biodiversidade, à criação da Estratégia Regional para a Prevenção e Controlo de Espécies Exóticas e Invasoras e à revisão do Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

Procederemos, também, à aprovação e revisão dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha, bem como à elaboração das Cartas de Desporto de Natureza para

todas as ilhas dos Açores, determinando a capacidade de carga em áreas protegidas com pressão turística.

Para além de assegurarmos a continuidade da implementação dos planos de gestão do Geoparque Açores e das Reservas da Biosfera da UNESCO, daremos também início à implementação do Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria e criaremos o Plano de Ação das Cavidades Vulcânicas Protegidas dos Açores.

A estratégia definida será complementada com o reforço dos meios humanos, técnicos e operacionais dos serviços de vigilância ambiental da Região, com a realização de diversas intervenções de requalificação em áreas protegidas, bem como com o desenvolvimento dos Projetos LIFE em curso na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No quadro da emergência climática global, é absolutamente fundamental preparar a nossa Região para as contingências deste fenómeno, garantindo, face aos gravosos riscos inerentes, a proteção de pessoas e bens e a salvaguarda do nosso património natural.

É, de facto, urgente agir.

Neste contexto, para além de darmos continuidade à operacionalização do Programa Regional para as Alterações Climáticas, contando, para o efeito, com o projeto LIFE IP CLIMAZ, terá também início a implementação do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores, com o objetivo de atingir a neutralidade carbónica na Região em 2050.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Procederemos também à Instalação do Observatório Climático do

Atlântico nos Açores, em colaboração com o IPMA, com o objetivo de recolher dados fundamentais para estudar as alterações climáticas, e procederemos à promoção de um mercado voluntário de carbono na Região.

Concluiremos ainda o procedimento em curso para produção de cartografia de mitigação e adaptação às alterações climáticas, de elevado detalhe, de toda a Região, com base num levantamento aerofotogramétrico com cobertura LIDAR.

Com o objetivo de capacitar a administração pública para a redução dos riscos a que as populações Açorianas estão sujeitas, para além das intervenções de proteção da orla costeira e de requalificação da rede hidrográfica da Região, em curso e em planeamento, desenvolveremos um vasto conjunto de projetos, no intuito de dar uma resposta firme aos desafios que enfrentamos.

Reforçaremos, assim, os meios disponíveis para requalificação e manutenção da Rede Hidrográfica dos Açores, dotando todas as ilhas com equipamentos operacionais adequados para assegurar uma intervenção eficaz nas linhas de água, quer em termos preventivos, quer em termos de capacidade de resposta em caso de ocorrências.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

O Orador: Concluiremos ainda a revisão do Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores e procederemos ao desenvolvimento dos respetivos planos de emergência e sistemas de alerta.

Procederemos também a um progressivo reforço do investimento destinado ao Regime Jurídico-Financeiro de Apoio à Emergência Climática, para apoiar, em momentos difíceis, as famílias afetadas por perdas e danos patrimoniais, na sequência de eventos meteorológicos extremos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ao longo da História dos Açores, a importância de um competente Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros já foi repetidamente demonstrada.

Um Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros bem organizado, devidamente equipado, e com capacidade de garantir uma atuação preventiva e de resposta rápida e eficaz a situações de risco, acidente grave ou catástrofe, é essencial para evitar a perda de vidas humanas, proteger os bens e contribuir para preservação a segurança individual e coletiva. É este o nosso desiderato.

Este Governo assume ainda, como compromisso, investir na estabilidade e previsibilidade financeira das Associações Humanitárias de Bombeiros e na otimização da atuação e articulação de todos os agentes de Proteção Civil, bem como apostar na valorização da carreira de Bombeiro, criando, simultaneamente, equipas nos corpos de bombeiros que possam prestar uma resposta imediata às situações de emergência e catástrofe.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro)* **e Deputado Pedro Pinto** *(CDS/PP):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É fundamental que a governação dos Açores seja edificada através de uma sólida estratégia de desenvolvimento, que promova a concordância prática entre o desenvolvimento social e económico, a preservação da nossa qualidade ambiental, a gestão otimizada dos nossos recursos naturais e a proteção de pessoas e bens.

É este o compromisso do XIV Governo Regional dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

Está inscrita a Sra. Deputada Joana Pombo, a quem dou a palavra.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que subo a esta tribuna, nesta legislatura, permitam-me que vos cumprimente a todos, fazendo votos de um trabalho profícuo, a favor dos Açores, dos açorianos e do ambiente dos Açores.

Primeiro quero dizer-lhe que, como gosto muito de registar os meus apartes, fico com pena que deixemos para último uma das questões que os governos do Partido Socialista sempre consideraram como da maior importância para os Açores e para o seu património natural.

Infelizmente, estamos a debater por último, o ambiente que é a base de todo o nosso trabalho, é a base do turismo, da nossa captação de investigação, enfim, todas estas áreas que são de extrema importância.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* E a saúde seria a última?!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Era para a senhora falar primeiro?! Mais humildade!

A Oradora: Por outro lado, Sr. Secretário, quando convém a herança é "secular e dos açorianos", quando não convém é do PS. Mas não posso deixar de lhe dizer que, sim, a sua herança de trabalho na Secretaria Regional do Ambiente, a sua herança dos projetos LIFE, são herança de governos anteriores do Partido Socialista. Isso eu não posso deixar de realçar.

Deputado José Ávila *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Outra questão referida por si prende-se com o aumento das atividades pedagógicas, a oferta pedagógica na área do ambiente. Pois, Sr. Secretário, é fácil aumentar quando existem valências de educação ambiental dos centros e ecotecas que drasticamente passaram de 10 para 1. Por isso, incrementar agora neste XIV Governo, vai ser fácil, porque aumentar para mais de 1 atividade, sem dúvida que vai ter sucesso.

Mas há mais, eu gostava de saber como é que vai conseguir fazer esta proeza, quando já estamos no ano letivo 2023/2024, mas o que está em vigor e a oferta pedagógica é de 2022/2023.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Os senhores puseram o Governo abaixo!

A Oradora: Porque se vou aceder como elemento de educação, o que tenho é uma oferta pedagógica de 2022/2023.

Outra questão ainda, Sr. Secretário (e esta é mesmo uma questão).

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Ah sim, porque as outras não eram?

A Oradora: Falou na qualidade ambiental e há uma questão que me suscita, porque infelizmente este Programa do Governo não reflete, não responde àquilo que nós temos cada vez mais que aumentar em cada uma das ilhas e que é o combate às térmitas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ah é por isso que vai votar contra? Já percebemos.

A Oradora: Há uma ausência total de estratégia e até posso dizer, já com dados seus, porque através dum requerimento feito em 2022, é dito que foram já colocadas armadilhas naquilo que consideraram no Governo anterior como uma estratégia, mas que em 2020 eu gostava muito de referir o que considerou ser uma estratégia.

"Desenvolver novas estratégias no combate do controle às pragas, dando especial atenção à problemática do denominado *sismo silencioso*".

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Qual é a *praga?* O Partido Socialista?!

(Risos da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social)

A Oradora: E que "A Universidade dos Açores deverá assumir um papel preponderante nos estudos e nas estratégias deste combate".

Pois, em 2020, esta era a sua estratégia que percebemos que ao longo dos últimos três anos foi completamente abandonada, não foi aplicada, mas aquilo que foi aplicado, isso eu consigo dizer-lhe, foi armadilhas que o senhor achou que era uma estratégia, mas ainda existem ilhas que de 50 armadilhas colocadas, recolheram zero.

A sua estratégia é essa, Sr. Secretário.

Existem ilhas como a das Flores em que de entre 50 armadilhas colocadas – que considerou como sendo a estratégia a esse combate – recolheu zero, ou melhor, recolheu 5. E freguesias… zero.

Não sei que estratégia é que vai ter a longo prazo.

O que tem, sim – e pode comprovar com os proprietários – é um aumento descontrolado desta praga, em que coloca em causa todas as propriedades e essencialmente a segurança das pessoas e bens. E vemos neste Programa do Governo uma completa ausência de estratégia. Por isso, não sei como é que poderá fazer.

Já agora, falou no programa Eco-Freguesias, e muito bem, pois é um programa que auxilia o trabalho da Secretaria Regional, em que teve um aumento de 1 milhão, só que no ano a seguir diminuiu para 50% e, este ano, infelizmente as nossas freguesias tiveram um grave problema, porque passou 2023, trabalharam, executaram, apresentaram trabalhos, mas não tiveram qualquer reembolso do valor que gastaram. Valor este que à semelhança dos muitos fornecedores – infelizmente em ilhas mais pequenas – viram o seu pagamento feito apenas em 2024.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Se a senhora estivesse no Governo nem sequer era em 2024.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Se a gente estivesse no Governo matava as térmitas todas!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* Por alguma razão vocês não estão!

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente e da Ação Climática:

Vou já dizer inicialmente que irei respeitar, dado que isto é um programa do Governo e, como tal, vou fazer uma declaração de intenção e não vou, obviamente pressioná-lo mais do que deve ser. E também para dizer que há coisas positivas, obviamente, sobre aquilo que li no Programa. Falo naturalmente das linhas de água e do regime jurídico relativamente à qualidade do ar e à estratégia regional do ar, apesar de perguntar e não tenho conhecimento do que é que vai ser o regime jurídico, mas espero que haja uma mudança do sítio dos sensores relativamente à qualidade do ar, porque não estão inseridos onde há mais movimentação, tanto da parte parque automóvel como da parte das pessoas e então o que os sensores estão a monitorizar está totalmente errado com a realidade. Espero, portanto, que haja esse cuidado também da parte do Secretário.

Queria perguntar também pelo roteiro da neutralidade carbónica que foi apresentado em dezembro, quando é que estará disponibilizado ao público? Quando será apresentado a esta câmara?

Sobre a Carta do Desporto e a capacidade de carga das áreas protegidas e com pressão turística - desculpe lá estar a rir, mas já falámos disto no anterior Governo

e levou este *rebuçado envenenado* - e eu achei à partida que o Sr. Secretário ia trabalhar em relação à carga turística duma forma célere, mas não aconteceu em três anos, não aconteceu também no PS desde 2016, porque eu recordo-me desta conversa. Portanto, queria saber se vamos ver já alguma coisa neste ano de 2024 o mais rapidamente possível, tendo em conta também o aumento turístico na Região Autónoma dos Açores.

Sobre a avaliação de impacte e licenciamento ambiental, gostaria que clarificasse mais alguma coisa no AIA?

Para já é tudo. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Gostaríamos de valorizar o trabalho desenvolvido nesta última legislatura, na concretização do roteiro para a neutralidade carbónica dos Açores, um documento vital na esfera do planeamento de políticas públicas. Esse roteiro teve como objetivo estabelecer uma visão estratégica e explorar trajetórias custo eficazes, tecnologicamente realizáveis e economicamente viáveis em diversos cenários de crescimento económico e demográfico, de forma a atingir a neutralidade carbónica em 2050.

Contribuíram para isso, o estudo para a criação de novos *clusters* de competitividade para a neutralidade carbónica.

A elaboração de guias de boas práticas setoriais e territoriais para a neutralidade carbónica e o estudo de instrumentos fiscais para a neutralidade carbónica, todos eles incorporando um projeto fundamental na esfera do planeamento de políticas públicas com financiado na totalidade pelo programa europeu REACT, Eu. Passámos de um cenário de diagnóstico para a concretização.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: Gostaria de salientar o bom trabalho realizado nos últimos três anos, que se traduziu num enorme esforço financeiro ao nível da gestão de resíduos e economia circular, com a reestruturação dos centros de processamento de resíduos, com a implementação do sistema de depósito de embalagens reutilizáveis de bebidas e com elaboração do roteiro para a economia circular regional.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: É de realçar também o compromisso deste Governo na capacitação de equipamentos adequados para a intervenção nas linhas de água de todas as ilhas da Região, aumentando, assim, a capacidade de resposta em caso de ocorrências, dotando a nossa Região com equipamentos que dignifiquem o trabalho de limpeza hidrográfica.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) Deputado Francisco Lima *(CH):* Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário:

A minha pergunta é rápida e também tem um desejo.

Para já, eu tenho que referir que passou a sua Secretaria de Alterações Climáticas para a Ação Climática. Espero que não chegue ao PAN climático, é um desejo.

Em relação às hortênsias, eu queria que me dissesse claramente se vão continuar a arrancar as hortênsias ao mesmo tempo que dão subsídios às juntas de freguesia

para as plantar?

Agradecia a sua resposta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge.

(*) Deputada Ana Jorge *(PSD):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desejar a todos e a todas um trabalho de sucesso, agradecendo também o acolhimento que esta Casa me tem feito, já que estou cá pela primeira vez, de forma mais ou menos direta, com destaque para o meu grupo parlamentar.

Temos a honra e o privilégio de viver num paraíso na Terra, aqui nos Açores, reconhecidos pela sua qualidade ambiental, desde logo pelo seu património geológico, que integra a Rede Europeia e Global de Geoparques, como primeiro geoparque arquipelágico, sendo as Flores, Corvo e Graciosa Reservas da Biosfera da Unesco, por decisão do Conselho Internacional de Coordenação do Programa MAB (O Homem e Biosfera).

Deste modo, é fundamental a definição de políticas públicas que promovam um verdadeiro equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconómico e ambiental dos Açores, gerindo os recursos naturais por forma a não comprometer as gerações vindouras, sem condicionar o quotidiano presente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: A proteção e conservação ambiental tem sido um compromisso assumido e cumprido pela Coligação PSD/CDS/PPM.

Em três anos, por ação do XIII Governo Regional da Coligação PSD/CDS/PPM,

concluíram-se os trabalhos, no âmbito do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores, num investimento de cerca de 850 mil euros.

Assim como se concluiu o Roteiro para a Economia Circular Regional e ainda se avançou com os processos de reestruturação dos Centros de Processamento de Resíduos da Região para a adaptação à recolha seletiva de biorresíduos, em várias ilhas da Região.

A implementação do sistema de depósito de embalagens não-reutilizáveis de bebidas dos Açores, que se iniciou em 2021, já permitiu recolher mais de 10 milhões de embalagens. Revelou-se, por isso, um sucesso!

O Programa de Governo que aqui discutimos, visa continuar as boas medidas na área do Ambiente, tal como:

- Reforçar o investimento no programa Eco-freguesia, já aqui falado, visando reconhecer e distinguir o esforço das Juntas de Freguesia da Região.

Desde o ano de 2021 o programa «Eco-Freguesia» tem vindo a apoiar, anualmente, cerca de 140 freguesias da Região, representando um investimento total de cerca de 2,3 milhões de euros, o que representa um reforço de 75% na atribuição do apoio financeiro, reconhecendo assim o esforço das freguesias.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Mesmo assim, pretende-se reforçar ainda mais o apoio financeiro no âmbito do programa, para um valor anual de 1.000.000€, que estava previsto do Plano e Orçamento para 2024, entretanto chumbado, no sentido de corresponder às necessidades das freguesias da Região Autónoma dos Açores.

Como também já reforçou, pretende-se a:

- Elaboração uma Estratégia Regional de Educação e Sensibilização Ambiental e promover encontros regionais de educação ambiental, promovendo também aquilo que é já habitual, os encontros regionais de educação ambiental e que não terá que passar pela existência de ecotecas; muito há a fazer a esse nível em termos de

estratégia, não passando apenas por essa via;

- Prosseguir a modernização e inovação tecnológica na rede de Centros de Interpretação Ambiental da Região, assim como executar obras de reabilitação e de renovação desses Centros, nomeadamente avançar com a empreitada de construção do Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão, adjudicado no passado mês de fevereiro por 2,6 milhões de euros;

- Operacionalizar a implementação do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores e iniciar o processo de desenvolvimento de um mercado voluntário de carbono;

- Rever o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores, como também foi reforçado pelo Sr. Secretário;

- Capacitar, ainda, todas as ilhas com máquinas e equipamentos adequados para intervenção em linhas de água, como também já foi referido pelo Sr. Deputado do CDS-PP;

- Concluir a revisão do Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região e desenvolver os respetivos planos de emergência e sistemas de alerta;

- Elaborar um Plano Regional de Aproveitamento das Águas Pluviais, de forma a evitar o desperdício de água;

- Continuar a apoiar a manutenção das paisagens tradicionais de vinhas e pomares em áreas classificadas, rever os Planos de Gestão dos Parques Naturais e das Reservas da Biosfera da UNESCO e do Geoparque da Região;

- Criar um Plano de Ação de Cavidades Vulcânicas Protegidas dos Açores, implementar o Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria e continuar a Implementação do Plano de Ação para o Turismo Sustentável nas Terras do Priolo;

No âmbito da Gestão de Resíduos, a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, no ano de 2023, com financiamento a 100% através do programa REACT-EU, procedeu à restruturação dos Centros de Processamento de Resíduos das ilhas das Flores, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Santa Maria, para

adaptação ao processo de compostagem da recolha seletiva de orgânicos e produção de composto de qualidade, que representou um investimento de cerca de 3,9 M€.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: O objetivo principal consiste na criação de zonas de compostagem específica, para cumprimento das principais metas propostas de biorresíduos para 20/23, com a obrigação de recolha seletiva de biorresíduos e, para 2027, com a contabilização de resíduos entregues seletivamente, em detrimento dos resíduos indiferenciados.

Ainda neste âmbito, foram adquiridas 6 máquinas giratórias com pinça e balde e 6 trituradores industriais num investimento de cerca de 2,2 M€.

No âmbito do Programa do XIV Governo Regional, irá assim prosseguir-se com a modernização e inovação tecnológica nos Centros de Processamento de Resíduos da Região, com a dotação de equipamentos chave para tornar os processos mais eficientes e efetivos, de forma a promover a capacitação da Região para atingir as metas assumidas.

Neste sentido, de forma a melhorar os quantitativos de resíduos remetidos para valorização, melhorar as condições e eficiência e segurança do trabalho, pretende-se adquirir equipamentos de triagem (mistos) para resíduos indiferenciados e recolha seletiva para as ilhas de Santa Maria, Graciosa e São Jorge, complementando, ainda, a linha de triagem da ilha do Pico e reforçar a linha de triagem do CPR do Faial.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. e Sras. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. e Sras. Membros do Governo

O XIV Governo Regional apresenta um conjunto de 54 medidas robustas no âmbito da sensibilização e promoção ambiental, da ação climática, do ordenamento do território, dos recursos hídricos, da conservação da natureza, da qualidade ambiental e gestão de resíduos e economia circular.

Aborda o Ambiente como um todo e procura dar respostas às necessidades daquilo que temos de melhor: a nossa Natureza, agora, no presente, e para as gerações futuras!

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática *(Alonso Miguel):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros:

Em primeiro lugar, endereço uma saudação a todas as Sras. e Srs. Deputados eleitos, especialmente aqueles que desempenham este papel pela primeira vez e faço votos de um bom trabalho neste mandato.

O Sr. Deputado Berto Messias, no início destes trabalhos, disse que o Partido Socialista não tinha uma atitude destrutiva e que não criticava tudo e todos por tudo e por nada. Na verdade, isso não se tem visto e esta também foi a postura já utilizada pela Sra. Deputada Joana Pombo Tavares. Efetivamente isso deixa-nos desanimados.

Deputado Berto Messias *(PS):* Não diga isso Sr. Secretário!

O Orador: Sra. Deputada, está preocupada que neste Programa do Governo o Ambiente é o último a ser falado?

Oh, Sra. Deputada, a última (e primeira) vez que o Partido Socialista criou uma

Secretaria só do domínio ambiental foi no ano 2000. Isso já lá vai. Depois diluiu sempre o ambiente em todas as outras áreas.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Era transversal a todas as pastas governativas! Havia *bom ambiente* no Governo!

O Orador: Mas este Governo manteve o ambiente sempre numa Secretaria única.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

Deputada Sandra Costa Dias *(PS):* O problema é a eficácia.

O Orador: Em relação à oferta de sensibilização ambiental escolar, o reforço faz-se não nos centros, faz-se nas escolas e nas ações para com as pessoas. Desde que a oferta de atividades de sensibilização ambiental escolar 1267 ações e alcançados 26 mil 119 participantes, Sra. Deputada.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Dizer isso sem comparações com os anos anteriores, não lhe dá número!

O Orador: Mais do que isso: entre 2021 e 2023 foram promovidas 803 outras atividades e sessões de sensibilização ambiental, para além desta oferta que acabei de referir.

Portanto, como vê, a oferta não baixou, aumentou e muito, não através dos centros de interpretação ambiental, mas sim através das escolas e junto da população.

Sra. Deputada, em relação ao programa ECO-Freguesias, a senhora fala de uma herança socialista, no âmbito dos projetos LIFE que efetivamente foram ferramentas importantes, mas esquece-se de toda a outra herança que nos deixou, nomeadamente ao nível dos centros de processamento de resíduos que estavam completamente degradados. Aliás, nós já tivemos esta discussão várias vezes aqui, Sra. Deputada. Nós tivemos que fazer um investimento superior a 6 milhões de

euros na reestruturação dos centros de processamento de resíduos, mas temos mais 2,9 milhões de euros para executar e investir nos próximos dois anos nesses mesmos centros que a tal *herança socialista* deixou degradada.

Em relação ao programa ECO-Freguesias, tem piada a senhora falar nele, porque nós reforçamos em 75% o valor e tínhamos 1 milhão de euros inscrito no Plano para 2024 que V. Exas. chumbaram.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* De 2022 para 2023 reduziram 50%!

O Orador: E, portanto, Sra. Deputada, sobre o ECO-Freguesias estamos conversados.

Em relação ao combate às térmitas, nós temos uma estratégia diferente, pois com certeza. Nós fazemos esta amostragem para todas as espécies, em todos os concelhos e, inclusive, em todas as freguesias, ao contrário do que V. Exas. faziam.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Colocaram, mas não as retiraram!

O Orador: Com certeza que nem sempre é possível recolher todas as amostras, esse era o nosso desiderato, era o nosso objetivo, mas isso não é possível, mas nós colocamos armadilhas em todos os concelhos e todas as freguesias desta Região.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Nas Ribeiras já não acontece há dois anos, Sr. Secretário.

O Orador: Para além disso, nós desenvolvemos uma aplicação em 2023, precisamente para georreferenciar o local das telas ou amostras para facilitar o processo de recolha.

Depois, Sr. Deputado Pedro Neves, com certeza que no âmbito desta estratégia que será criada, poderemos avaliar se as localizações são as mais adequadas ou se não são, fica aqui obviamente um compromisso nessa matéria.

Em relação ao Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores, efetivamente, a versão preliminar foi terminada no final de 2023, era um projeto REACT e senhor pergunta porque é que, por exemplo, as cartas de desporto na natureza,

ainda não saíram, nós temos essa vontade, no entanto, nos últimos dois anos tivemos que direcionar os nossos esforços para os projetos REACT. Nós executámos mais de 10 milhões de euros numa oportunidade que é repetível, porque era financiado a 100%. E, portanto, nós direcionámos todo esse esforço, mas não deixámos de trabalhar. As cartas estão quase concluídas, nós estimamos concluí-las até ao final deste ano. Numa primeira fase, pensamos introduzi-las nos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha, uma vez que o enquadramento jurídico para as cartas desapareceu a nível nacional, mas vamos fazer uma alteração ao regime jurídico da conservação da natureza e criar-se enquadramento e poder publicar as cartas com um enquadramento dessa revisão que iremos proceder.

Ainda rapidamente para dar nota em relação ao Roteiro da Neutralidade Carbónica, importa dizer - e porque o Partido Socialista já fez isso duas ou três vezes, dizendo que o Secretário do Ambiente diz uma coisa no Dubai e o Secretário da Agricultura diz outra coisa aqui – que todos os setores relevantes ao nível das emissões de gases com efeito de estufa, terão de fazer um esforço, isso é evidente. No caso da agricultura, por via das florestas e do sequestro de carbono, o esforço que tem que ser feito na pecuária é um esforço que foi relegado para entre 2045 e 2050 com a redução de 1% ao ano, para que não ultrapasse um efetivo de vacas leiteiras de 80 mil vacas, como, aliás, tinha dito muito bem, o Sr. Secretário da Agricultura.

Portanto, é isto que se trata, não há um Secretário dizer uma coisa e o outro Secretário dizer outra. Todos têm que fazer um esforço.

No caso da agricultura, até será um esforço que por via das florestas, irá compensar o esforço de outros setores também relevantes.

Relativamente ao Sr. Deputado Francisco Lima, bom, as hortênsias, neste momento, ainda não são consideradas uma espécie invasora, mas têm grande potencial invasor. E, portanto, seguramente que numa revisão da legislação em

vigor serão incluídas, porque é uma espécie que está incluída no top 100 de potencial invasor nesta Região.

Julgo que respondi às questões todas. Em todo o caso, voltarei ao debate, caso se justifique.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Já que voltou a referir o ECO-Freguesias, realmente o sucesso do programa deve-se ao empenho e ao trabalho das nossas juntas de freguesia, dos seus presidentes e dos seus trabalhadores…

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

A Oradora: … porque em 2022 o senhor fez um aumento, mas em 2023, reduziu em 50%, inclusive, no caso de algumas juntas até se apressou a informar que não iria repetir o mesmo valor de 2022 para 2023, havendo muitas juntas que já tinham feito o seu planeamento, tendo em conta o valor do ano anterior e viram-no reduzido em 50%.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática *(Alonso Miguel):* Está enganada!

A senhora é presidente de junta?

A Oradora: Eu estava presente com um deles quando recebeu seu telefonema!

Depois, ainda mais este 23 no para 2024, é que receberam todo o investimento feito pelas pelos presidentes de junta de freguesia, todo o empenho e todos os pagamentos a fornecedores que eles tiveram que fazer a tempo, porque os senhores não fizeram, os senhores só pagaram às juntas de freguesia em 2024. Foi um sufoco para muitas juntas de freguesia e, por isso, o sucesso deve-se ao trabalho das juntas de freguesia, Sr. Secretário.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática *(Alonso Miguel):* Mas já chegou lá o dinheiro, não chegou?

A Oradora: Eu gostava que verificasse qual é a estratégia do que acaba de dizer, sobre a colocação das armadilhas.

Eu realmente consigo perceber na sua resposta que foram colocadas armadilhas em todas as freguesias. Mas eu aconselho-o a ver a resposta que deu ao meu requerimento, porque elas não foram recolhidas, porque a estratégia escolhida por vós não é uma estratégia concreta ou estabelecida. Os senhores colocaram 1314 armadilhas e retiraram 600. Por isso, diga-me onde é que consigo ainda mais?

Tem uma armadilha que justifica que tem um novo foco de infestação, mas afinal, nessa freguesia não retiraram a armadilha nenhuma.

Por isso, Sr. Secretário, estamos aqui numa falta de comunicação, a qual é depois premente em todo o Plano para o XIV Governo. Porquê? Porque esta estratégia está em falta, porque este é um grave problema patrimonial e de segurança àquilo que o senhor chamou um *sismo silencioso* em 2020 e que continua a ser um problema e já passou de ser silencioso, Sr. Secretário!

Já passou e continua a ser um grave problema para os açorianos e para as ilhas dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Vou só perguntar, porque não chegou a responder ou provavelmente respondeu, mas é muito difícil ouvi-lo daqui onde me encontro. Estou a ser sincero.

Sobre o AIA – Avaliação de Impacte Ambiental e do Licenciamento - não sei se falou. E sobre o regime jurídico da qualidade do ar. E, já agora, devendo ser esta a minha última intervenção, e uma vez que o Sr. Secretário é que fica com a tutela dos bombeiros, temos como pretensão do Governo a carreira do bombeiro. Pedia-lhe se poderia explicar um pouco mais essa carreira, por exemplo, se essa vossa pretensão tem a ver com Estatuto Regional do Bombeiro ou não, ou se é outra coisa qualquer?

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) Deputado Luís Soares *(PSD):* Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir neste debate, mas sou quase obrigado a fazê-lo, até porque sou presidente de junta e tenho aqui uma palavra a dizer sobre o programa ECO-Freguesias.

Este programa, da forma como este Governo o implementou, veio beneficiar em muito as nossas freguesias.

É verdade, sem dúvida nenhuma, que depende do esforço dos presidentes de junta, das suas equipas de trabalho, mas não se fazem omeletes sem ovos. E quem nos deu os *ovos* foi a Secretaria Regional do Ambiente deste Governo e deu-nos muitos *ovos*, o que permitiu fazer muitas omeletes!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, dizer que esta Secretaria Regional do Ambiente não tratou bem as juntas de freguesia relativamente ao programa ECO-Freguesias é uma enfermidade, é ter uma doença de *partidarite*. Não posso encarar isso de outra forma, porque Sr. Secretário, as juntas de freguesia e os presidentes de junta, com quem tenho partilhado informação estão muito satisfeitas…

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: … pela forma como V. Exa. consegue trazer para este teatro de operações as juntas de freguesia e os autarcas. Aliás, este tem sido um desígnio deste Governo, chamar os autarcas de freguesia a participarem das decisões.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Desde logo, e para terminar, porque foi este Governo que criou uma Direção Regional do Poder Local, ficando na esfera do Sr. Presidente do Governo. Isso quer dizer muito dos autarcas locais.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria felicitar o Sr. Presidente da Assembleia, bem como as Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Presidente do Governo e restantes Membros do Governo pela sua eleição.

(Apartes impercetíveis trocados entre alguns Deputados da bancada do PSD e do PS).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, permitam que o Sr. Deputado Lubélio Mendonça faça a sua intervenção.

O Orador: Quero felicitá-los a todos pela sua eleição no passado dia 4 de fevereiro.

Em relação ao passado dia 4 de fevereiro, permitam-me também que partilhe aqui uma coisa que eu até não queria, mas como já ouvi falar tanto aqui do dia 4 de fevereiro, hoje, não consigo ficar indiferente. É que essa data para mim sempre foi uma data especial, sendo a data do meu aniversário. Mas a partir deste ano, terei sempre nesse dia mais um motivo de festejo, pois foi precisamente nesse dia 4 de fevereiro que o povo da ilha do Corvo saiu à rua e deu a resposta certa ao XIII Governo dos Açores.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Resposta essa que foi dada em relação ao trabalho não efetuado e à falta de soluções para os nossos problemas. E aliás, ainda foi levada pelo Sr.

Presidente do Governo para a campanha, porque, como pudemos constatar, o Sr. Presidente não teve 5 minutos na sua campanha para se deslocar à ilha do Corvo e convencer os corvinos a votar em si.

Deputada Andreia Cardoso e **Deputado José Ávila** *(PS):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em relação ao Programa do Governo, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário, um Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros competente é essencial na vida dos açorianos.

(Aparte impercetível do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades)

Presidente: Eu compreendo, Sr. Secretário, que o senhor não ouça. Faça favor Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* O Sr. Deputado tem que falar mais alto.

Presidente: A questão não é do falar mais alto. A questão aqui é mesmo barulho que os senhores estão a fazer.

O Orador: Eu sei que têm saudades minhas, mas já cá estou.

Dizia eu que um Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros competente é essencial na vida dos açorianos. Esta é uma verdade inequívoca que muitas vezes já foi demonstrada.

Os açorianos conhecem o papel vital que as associações humanitárias de bombeiros e o Serviço Regional de Proteção Civil desempenham.

Como verificámos nas diversas visitas que fizemos a diferentes associações de bombeiros pelas nove ilhas dos Açores, o aumento do custo de bens e de produtos atingiu também de forma significativa as associações humanitárias de bombeiros,

dificultando, assim, a sua ação.

Entendemos que é necessário e urgente que sejam tomadas medidas em conjunto com as estruturas representativas dos bombeiros dos Açores, nomeadamente avançar com um plano regional de renovação da frota das corporações de bombeiros, implementar o programa de incentivo ao voluntariado nos bombeiros, reforçando os incentivos e benefícios públicos para os voluntários.

Avaliar e consensualizar em conjunto com as estruturas representativas dos bombeiros dos Açores, o modelo de financiamento partilhado das associações humanitárias de bombeiros voluntários dos Açores. E também por último, o estatuto do bombeiro e o estatuto social do bombeiro dos Açores, por forma a valorizar o contributo dos bombeiros e das associações para a proteção dos açorianos.

Mais havia a dizer sobre a falta de soluções deste Programa, Sr. Secretário, mas como o tempo urge, ficará para outro debate.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) Deputado Mário Tomé *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria também de deixar aqui o meu testemunho como autarca de freguesia para a importância do ECO-Freguesias, que não é só de agora, mas de sempre e muito mais no período que atravessamos em que as alterações climáticas têm um impacto brutal nas nossas ilhas e em determinados locais.

Eu falo pela minha freguesia que tem cerca de 30 linhas de água entre pequenas linhas de água e outras de maior extensão.

De facto, perante o que aqui referenciado, eu tenho que vos confidenciar que isto tem que ser tratado de outra forma. Refiro-me, por exemplo, à limpeza das linhas de água que deveria acontecer no período de verão, no período de bom tempo, para que depois chegássemos ao período de inverno e as linhas de água, quer em zonas urbanas e não só, estivessem devidamente limpas. Não acontece muitas vezes, porque não há financiamento e a maioria das juntas não tem a disponibilidade financeira para alocar os recursos humanos.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Há que mudar a Lei das Finanças Locais, tem razão!

O Orador: Não é possível avançarmos com a limpeza dessas linhas de águas. Aconteceu este ano que passou, 2023.

Eu falo da minha freguesia, porque fizemos essas limpezas um bocadinho mais tarde, intervencionámos 3 linhas de água de entre um total de 30. São 3 linhas de água de extrema importância onde fizemos não são as limpezas, como também intervenções que deviam ser feitas.

Portanto, lanço daqui também um desafio ao Sr. Secretário Alonso, pois eu e muitos autarcas de freguesia que têm diversas linhas de água partilham que este deve ser um esforço coordenado entre os municípios e as juntas de freguesia, do ponto de vista das intervenções de risco, porque de facto, este ano na minha freguesia tenho tido vários problemas com o transbordo de água que não era normal nos anos anteriores.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática *(Alonso Miguel):* Isso é o *novo normal.*

O Orador: É o *novo normal,* mas temos que combater isso. Não podemos deixar assim, tem que ser equacionada uma solução. Estamos a falar de populações que ficam em risco, especialmente nos núcleos rurais, onde isto tem um impacto de

uma outra dimensão.

Depois há um outro problema de fundo que tem a ver com a escassez de mão-de-obra, que limita muitas vezes as próprias juntas de freguesia que se veem limitadas na contratação de recursos humanos.

Por isso, Sr. Secretário, é fundamental isto ser tratado com a devida antecedência e os pagamentos também têm que ser feitos com antecedência, para que as juntas que beneficiam deste programa possam de facto fazer um trabalho mais eficaz, obviamente sem pôr em perigo estas ocorrências, o que também naturalmente irá beneficiar o próprio Governo e as câmaras municipais.

A segunda consideração que eu gostaria de deixar aqui, é um assunto extremamente importante, e permitam-me que já agora o expresse, que tem a ver com a questão das térmitas.

Eu vivo numa freguesia onde nós temos esse problema grave, em que inicialmente apareceu só numa rua e, neste momento, parte dessa localidade que é Santa Cruz das Ribeiras, as casas estão
todas infestadas com térmitas. Eu não sei se acontece nas outras freguesias, mas suspeito que no Pico já exista este problema. No caso das Lajes, há indícios de que já existem térmitas na freguesia e, de facto, tem que se pôr mão nisto, senão teremos um problema grave de saúde pública e não só, porque algumas habitações já estão em risco, também porque nos últimos dois anos não tem havido de facto um acompanhamento devido a este nível.

Não sei se é da competência da sua Secretaria ou se é da habitação.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática *(Alonso Miguel):* Isso não é verdade.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* O senhor sabe que isso não é verdade.

O Orador: É verdade. E eu recordo a última visita estatutária, é verdade que nada foi feito.

Eu não vou pronunciar-me mais sobre este assunto, mas na verdade, pouco ou nada tem sido feito. Inclusive, há pessoas que fizeram intervenções em determinadas habitações e estão à espera de reaver essas importâncias monetárias. Portanto, isto custa-me dizer. E, Sr. Vice-Presidente, eu não costumo mentir. Eu sei do que estou a falar.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Também eu!

O Orador: Neste caso eu sei do que estou a falar!

Sei que estamos com um problema grave de infestação de térmitas na freguesia das Ribeiras, mais propriamente no lugar de Santa Cruz, que não está a ser resolvido, não está a ser combatido. E temos outras situações em que foram feitas obras, das quais eu vou fazer chegar informação, neste caso à Sra. Secretária, de um munícipe da minha freguesia que fez intervenções na sua habitação e aguarda o pagamento dessas mesmas intervenções.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental. Pergunto se há consenso para acabarmos esta parte dos trabalhos hoje?

(Os representantes das diversas bancadas anuíram ao pedido da Mesa)

Presidente: Muito bem, assim sendo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado *(PSD):* Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do

Governo:

Eu também não ia intervir neste debate, mas não posso de forma nenhuma ir embora com a consciência em paz, deixando passar a mensagem de que este Governo não é o Governo dos Açores que mais está sempre ao lado dos autarcas de freguesia e dos presidentes de câmara nesta Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E o que temos que dizer, e vou ser muito rápida, é que chegados ao fim do segundo dia de debate, acho que o Partido Socialista ainda não percebeu que a campanha eleitoral já acabou, que tem que se reorganizar, que tem que dar a entender aos açorianos que aprendeu alguma coisa, se quiser ter a possibilidade de encarar o futuro de cabeça erguida.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Era o que faltava a senhora vir dar lições!

A Oradora: Porque não é vir aqui dizendo que falta fazer tudo o que está plasmado no Programa do Governo e o que estava no orçamento que chumbaram para 2024, que vão passar a ter razão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O programa ECO-Freguesias, especificamente - e já termino - foi cortado a 100% pelo Partido Socialista às freguesias dos Açores quando chumbaram o orçamento para 2024.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* E desde quando isso é responsabilidade do Partido Socialista?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, sobre poder local, especificamente, teremos outras oportunidades, mas foi este Governo que no programa ECO-Freguesias, em específico, dobrou e manteve a verba adstrita a todas as juntas de freguesia. E, Sr. Deputado, Lubélio Mendonça, se festejou no Corvo a 4 de fevereiro, nós festejámos nos Açores a possibilidade de formar um governo não socialista que finalmente pusesse os Açores no rumo correto.

Obrigada.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Em Santa Maria não festejou!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e restantes Membros do Governo:

Relativamente à proteção civil e tendo a importância que tem este setor, achamos que em primeiro lugar devia ser bom esclarecer, porque não está bem claro no Programa, em que tutela fica a decisão política sobre estas matérias? Esta é a primeira questão que gostava de colocar.

O meu colega, Lubélio Mendonça, que fiquei a saber faz anos no dia 4 de fevereiro…

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Mas olhe que a 10 de março é bem melhor.

O Orador: … já falou aqui na questão do financiamento. Mas eu queria só aprofundar mais um pouco, porque para valorizar a carreira de bombeiro, é

preciso fazer ao contrário, isto é, primeiro é preciso definir a questão do modelo de financiamento, se possível que fosse até um modelo financiamento automático que acompanhasse também a inflação, de maneira que não pusesse em causa o funcionamento das associações humanitárias

Há aqui outras questões que estão omissas, como o caso do estatuto social do bombeiro voluntário e do dirigente associativo, que devem também merecer da parte do Sr. Secretário alguns esclarecimentos…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* O senhor já não se lembra que isso foi entregue na Assembleia.

O Orador: A Sra. Secretária quer inscrever-se para falar sobre esta matéria?

Se calhar era bom esclarecer algumas coisas, porque fazem parte das legítimas expectativas, quer das associações quer dos voluntários e dos seus dirigentes.

Relativamente à criação das equipas de intervenção permanente que está prevista neste Programa, já sabemos todos - não é difícil de perceber – que isso vai implicar um aumento de custos para as associações e estas não os podem suportar.

Eu perguntava também ao Sr. Secretário se esse encargo será suportado pelo Governo ou se haverá alguma participação municipal e se isso já foi consensualizado com AMRAA?

Por fim, Sr. Secretário, há aqui uma questão que também necessita de ser bem esclarecida, que é o acesso das associações ao Açores 2030.

Parece que tecnicamente é possível, mas houve uma recusa da entidade gestora de alguns processos que já tinham dado entrada.

E eu pergunto se o aviso que saiu tem a ver com o assunto de proteção civil e gestão integrada de riscos? Se as associações não podem concorrer, quem pode?

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(*) Deputado José Gabriel Eduardo *(PS):* Muito obrigado Sr. Presidente.

Isto quando chega a este adiantado da hora e já fora da hora regimental, sei que os Srs. Deputados certamente estarão ansiosos para darmos por encerrados os nossos trabalhos, mas não podia deixar de intervir nesta área.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário do Ambiente:

Numa área a que o senhor enquanto deputado nesta Casa sempre se dedicou, enquanto governante titular da pasta na última legislatura e agora novamente indigitado, eu esperava mais ambição e novas ideias para o futuro no novo Programa de Governo que estamos a analisar, mostrando que as suas reivindicações de então fossem agora uma prioridade.

Mas não é isso que assistimos perante os documentos que temos em análise, onde a Secretaria do Ambiente apresenta um conjunto de intenções, muitas delas repetidas e sem a devida concretização na legislatura anterior e onde não se vislumbra uma atenção e capacidade de reformar e melhorar a ação para a nova etapa que agora se inicia.

Por falar em *desorientação,* deixe-me que lhe diga, Sr. Secretário, que no que concerne à conservação da natureza e biodiversidade, recursos hídricos e rede hidrográfica, fica claro que a única ação a desenvolver e a fazer uso dos projetos LIFE, sem conseguir vislumbrar-se uma nova política de ação de quem se esperava mais.

Li, reli e encontro um rol de diplomas, roteiros, agendas e certamente virão aí os milhões de investimento em ações que esperemos não fiquem como nos últimos três anos e não deem em nada, não deem fruto. Por isso, não auguro nada de bom.

Aproveito também, muito a *talho de foice,* para dizer que está na altura de

começarmos a conservação e manutenção dos trilhos pedestres que nas Flores os operadores turísticos já vêm reclamando desde o mês passado, Sr. Secretário.

Deputado João Castro *(PS):* E que estão ao abandono nos Açores todos!

O Orador: Sr. Secretário, o planeta enfrenta um cenário de emergência climática, sendo que as alterações climáticas representam um dos principais desafios com que a humanidade se debate.

Penso que é consensual a assunção de que o combate ativo à emergência climática deve fazer parte da agenda política regional, devendo ser um tema transversal a todos os setores da vida regional. A emergência climática deve, por isso, unir todos na ação, enquanto responsáveis por uma mudança que garanta um futuro mais auspicioso para as gerações vindouras.

Temos que unir esforços.

Temos que avançar com uma agenda capaz de impulsionar uma verdadeira transição justa, que nos convoque também reunir esforços para agir urgentemente nesta matéria, respondendo à chamada do atual quadro legal existente, a Lei de Bases do Clima, tornando-se necessário avançar com um quadro legislativo próprio para assegurar a coerência e a complementaridade, para assegurar – repito - a complementaridade às políticas nacionais e a concretização das metas e prioridades climáticas, adaptando à Região a estratégia da União Europeia da adaptação às alterações climáticas.

Claro que temos de ter em conta as características e especificidades dos Açores e da nossa Região. Há que ter uma opção política a favor da sustentabilidade ambiental, social e económica, de forma a colocar os Açores na vanguarda do combate eficaz à mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Temos, e é imperativo, assegurar a proteção das famílias, empresas e comunidades mais vulneráveis às alterações climáticas. E aproveitar ao máximo as energias de fontes renováveis ou endógenas, promovendo a economia circular e melhorando. É imperativo assegurar a proteção das famílias, empresas a

eficiência energética na Região, atuando em simultâneo ao nível da educação, da inovação, da investigação, do conhecimento e do desenvolvimento.

É, de facto, fundamental que os Açores devam ter um papel liderante e uma participação empenhada e ambiciosa a nível nacional e internacional, bem como em cooperação com outras regiões realçando, em primeiro lugar, o papel que a Região deve assumir no estabelecimento e cumprimento de metas de produção a partir de fontes renováveis.

A localização geográfica do nosso arquipélago é deveras preocupante no que respeita ao impacto das alterações climáticas. Estamos na linha de passagem de eventos extremos e os fenómenos climáticos adversos serão cada vez mais uma constante, pelo que se torna necessário que sejamos capazes de nos unir e munir das ferramentas necessárias para os enfrentar.

Há necessidade de prosseguirmos um caminho legislativo adaptado à Região, tendo em conta as suas particularidades e exigências que tenha como objetivos a transição para uma economia socialmente equilibrada e sustentável, protegendo os mais vulneráveis do impacto das alterações climáticas, não esquecendo a urgência do eficaz aproveitamento das energias verdes para se concretizar a transição energética, combatendo a pobreza energética, bem como reforçando a resiliência regional no combate a eventos climáticos extremos.

Assim, importa reconhecer a necessidade de políticas públicas consistentes e robustas em matéria da definição e alcance de metas climáticas e carbónicas a nível internacional e do país, mas também a nível regional, que não podem deixar de ser adaptadas e consentâneas com a nossa realidade: nove ilhas com diferentes características e recursos específicos. Os Açores como região ultraperiférica.

Ainda, e só para terminar, na área dos resíduos, noto a ausência já denunciada na última legislatura e na discussão do *programa estratégico de prevenção e gestão de resíduos dos Açores 20 +*, de ações de sensibilização e prevenção da produção de resíduos, falha essa que em nada contribuirá para atingir das metas definidas

neste programa e que constavam na agenda para a governação da Coligação, de atingir uma taxa de preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos na ordem dos 55% em 2025 e de atingir uma taxa de valorização de resíduos não urbanos, resíduos setoriais de 90%, também em 2025.

Sr. Secretário, o que será feito para serem alcançadas essas metas quando se sabe que os dados não são nada favoráveis e quando, infelizmente, nos últimos três anos, não se verificaram ações de prevenção de produção de resíduos, fator essencial para atingirmos essas metas?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Os Açores são um paraíso na Terra.

Recentemente fomos galardoados com prémios que nos distinguem não só ao nível turístico, mas também pela nossa natureza, pela nossa riqueza, pela nossa biodiversidade.

A nossa localização geográfica confere-nos essa riqueza, esse património, mas, tal como o Sr. Deputado José Eduardo acabou de referir, também estamos na passagem dos fenómenos meteorológicos mais adversos que atravessam a bacia do Atlântico de oeste para leste. E isso causa, obviamente, perturbações meteorológicas que afetam as nossas ilhas, mais umas do que outras, uns dias mais umas, outros dias mais outras. E esta adversidade meteorológica, sobretudo no

período de inverno, obviamente que pode causar problemas.

Neste sentido, eu gostaria que V. Exa. nos esclarecesse quando chegou à Secretaria e tomou posse há três anos atrás, que equipamento é que o Governo dispunha no âmbito da sua Secretaria, para poder efetuar as limpezas das nossas ribeiras, para prevenir efeitos mais adversos no património privado das nossas empresas, dos nossos concidadãos e nas suas casas e nas suas propriedades?

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS/PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** *(Alonso Miguel):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começarei exatamente pelo fim, pela última intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto.

A resposta é muito simples.

Nós quando tomámos posse, tínhamos pouco ou nada.

As últimas máquinas tinham sido compradas em 97. Só temos duas em São Miguel que não conseguem sequer passar na inspeção.

Portanto, na prática, temos zero. E por isso mesmo é que vamos dar início a este projeto para recuperar o parque de máquinas da Secretaria que, neste caso, é inexistente, e para podermos criar condições para fazer essa intervenção atempada, preventiva e em caso de resposta a ocorrências.

Sr. Deputado José Eduardo, bom, de forma muito sintética, o senhor primeiro diz que leu e releu e não viu nada de novo, não viu nenhum rasgo, mas depois faz uma intervenção que reflete exatamente aquilo que está no nosso Programa do Governo: extraordinário! Eu não sei como é que consegue fazer isso!

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, nós colocámos 1339 armadilhas,

efetivamente, e recolhemos 600 e poucas, como disse. Ora isso é o dobro do que alguma vez V. Exas. colocaram durante estes anos todos, Sra. Deputada. Mais do dobro!

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* E agora onde é que elas foram colocadas?

O Orador: Ouça: em 2011-154; em 2012-193; em 2013-189; em 2014-199; em 2015-249. Quer que eu continue?!

Nós recolhemos 600 e a senhora está insatisfeita.

Mais: sobre todas as espécies, em todas as freguesias desta Região. E mais: a senhora terá de perder esse ímpeto de criticar os técnicos da Secretaria, porque são eles que colocam, são eles que recolhem e se não recolhem mais, é porque não conseguem!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado José Eduardo, em relação à gestão de resíduos, nos últimos dois anos, investimos 8,2 milhões de euros, sem contar com o ECO-Freguesias, senão seriam 10,5 milhões, ou seja, mais 2,9 milhões para investir nos próximos dois anos. Julgo que também sobre isto estamos conversados.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, o valor que nós investimos a partir de 2021, é maior do que qualquer um que V. Exas. investiram nos anos para trás, de qualquer um dos anos. E naquele ano houve um reforço pontual que foi explicado a todos os presidentes de junta, portanto, não vale a pena dizer que indicámos um valor e diminuímos a seguir, foi um reforço pontual e bem explicado a todos os presentes de junta de freguesia. E nós tínhamos 1 milhão de euros, que é mais do

dobro
do que V. Exas. algum dia investiram e V. Exas. votaram contra o Plano e Orçamento para 2024!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Pedro Neves:
A proposta de revisão do regime jurídico de avaliação de impacto e licenciamento ambiental está concluída e pronta para ser submetida a Conselho de Governo, virá a discussão pública e será colocada posteriormente neste Parlamento para discussão.
Relativamente aos bombeiros e de uma forma genérica, porque foram várias as questões que foram colocadas…

(Aparte impercetível do Deputado Berto Messias).

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, se eu estiver a incomodar os seus apartes, por favor diga-me que eu espero um pouco.
Respondendo aos vários deputados que colocaram estas questões, como sabem, a proteção civil e a proteção das populações é de facto uma prioridade deste Governo. Nós temos feito um esforço muito grande para robustecer o sistema de proteção civil regional e para criar melhores condições também para as associações e para os bombeiros, designadamente através da atualização salarial e também do reequipamento com equipamentos de proteção individual. E dar note de que nos últimos três anos, foi feito um investimento de 34 milhões de euros, no seu sistema de proteção civil regional.
Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* Muito bem,

bem lembrado!

O Orador: Portanto, é um investimento muito significativo que é reconhecido pelas associações humanitárias de bombeiros voluntários.

Esse investimento de 34 milhões de euros refere-se no essencial ao reforço do sistema de emergência médica em ambiente pré-hospitalar, um reforço de 1,3 milhões de euros, e neste momento, esse valor anual é já de 6 milhões de euros, que é comparável com os 4,7 milhões de euros por ano da altura do Partido Socialista.

Foi também feito um investimento de 250 mil euros na aquisição de equipamentos de proteção individual.

Foram assegurados os apoios ao combustível para o transporte de emergência no valor de 640 mil euros por ano. E foi também concretizado o reforço do protocolo SIVISA de 300 mil euros para 600 mil euros.

Para além disso, foi também já encetado um processo de renovação de frotas, designadamente da *frota vermelha*, aliás, Sr. Deputado Lubélio Mendonça, um processo que não era desencadeado desde 2010. A última viatura foi colocada nos Açores em 2010.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Uma vergonha!

O Orador: Portanto, neste momento já estão adjudicadas 9 viaturas e um reboque multi-vítimas. O investimento total é de 3,6milhões de euros que já estão, como disse, adjudicados. A previsão de chegada do primeiro autotanque é já em abril deste ano, Sr. Deputado José Pacheco, esta informação é para si. São 6 autotanques, 2 pronto-socorro, 1 auto-salvamento e além disso um reboque multi-vítimas.

A intenção é, obviamente, é continuar a investir.

Tenho mesmo que terminar, mas quero só dar nota de que já estão a ser desencadeados processos para dois novos quartéis de bombeiros, um em Vila Franca do Campo e o outro no Nordeste e que a valorização com certeza irá ser

feita, garantindo que as associações humanitárias de bombeiros têm capacidade de poder suportar, ou seja, de criar a receita necessária para poder suportar o aumento dessas valorizações dos bombeiros.

Em relação à profissionalização dos bombeiros, como sabe em Portugal só há duas vias de ter bombeiros profissionais, os bombeiros municipais ou então as associações de bombeiros com corpos de bombeiros mistos. No caso das associações humanitárias das câmaras municipais não querem neste momento ter corpos de bombeiros profissionais, é verdade, e também as associações de bombeiros não têm um regime misto, é um regime voluntário. E, portanto, essa possibilidade teria sempre que depender da vontade das associações e dos seus associados em fazer uma alteração aos seus estatutos.

Dar nota de que se isso acontecer e se houver uma profissionalização - e a cautela manda aguardar para ver o que acontece a nível nacional - mas se houver isso, os bombeiros deixam de poder aceder aos benefícios que têm no estatuto social, porque é apenas destinado a bombeiros voluntários, ou seja, *pro bono.* Portanto, este é também um dos riscos de se criar a profissionalização, isto é, eles deixarem de poder aceder a benefícios…

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

É deixarem de poder aceder a benefícios como o apoio para a reforma antecipada ou, também, um apoio específico para as funções que desempenham, portanto, um suplemento remuneratório.

Portanto, este é o risco de nós avançarmos, se não formos cautelosos, para a profissionalização, é nós temos bombeiros profissionais que não podem aceder ao estatuto social dos bombeiros voluntários.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo,

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou fazer perguntas, mas tudo aquilo que o Sr. Secretário disse não é verdade e também não é verdade que aquilo que foi dito nos últimos três anos relativamente à decisão do que o Governo iria fazer relativamente à profissionalização dos bombeiros.

V. Exa. está a dizer uma coisa totalmente diferente daquilo que o Governo anterior disse!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* Não disse nada!

O Orador: Por isso, eu fiz uma pergunta muito simples sobre o estatuto regional do bombeiro profissional. E, depois, o Sr. Secretário, que pela primeira vez está nesta pasta, está a tirar os alicerces todos daquilo que o Governo prometeu durante três anos.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Eu avisei!

O Orador: Ó Sr. Deputado, você avisou o quê?!

Temos que criar uma carreira, não existe carreira e estamos a dizer que são as associações que têm que o fazer?!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* Mas isso não existe.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

O PAN também esgotou o seu tempo.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares para fazer a sua intervenção.

(Neste momento o Deputado Lubélio Mendonça retomou o lugar de Secretário da Mesa)

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O património natural dos Açores, seja ele terrestre ou marinho, é algo extraordinário e único, sendo estas nove ilhas dos Açores, autênticos laboratórios ao ar livre com património natural reconhecido internacionalmente.

No entanto, esta singularidade, esta raridade natural, necessita de ser reconhecida por todos, valorizada e acima de tudo conservada.

O programa do XIV Governo Regional dos Açores não serve a conservação do património natural dos Açores. Como garantimos a conservação do património natural, se este programa em nada altera a incapacidade de executar técnica e financeiramente os projetos LIFE, condicionando as áreas de intervenção de cada um deles.

Não se encontram descritas estratégias, que contrariem o que já ocorre em áreas intervencionadas pelo programa LIFE, que terminou em junho de 2023. Áreas que após quase dois milhões de euros de intervenção, encontram-se já ao abandono, assim como estão ao abandono áreas protegidas dos nove Parques Naturais.

Este é um Programa que anuncia a continuidade de estratégias criadas antes do XIII Governo, mas que quando o tempo exige, não tem capacidade nem apresenta novas estratégias para a conservação do nosso património natural e não dá garantias de prosseguir com o desenvolvimento sustentável dos Açores.

Este foi o Governo que abandonou a Educação Ambiental nos Açores. A Educação Ambiental nos Açores era um plano reconhecido na literacia da *geração de espírito verd*e, uma geração que valorizava, reconhecia e identificava o património natural dos Açores como seu, pois só assim teríamos cidadãos

responsáveis para e pelo desenvolvimento sustentável dos Açores.

O que pode parecer pouco para muitos, terá resultados dramáticos no futuro, pondo em causa todo o percurso que foi feito na temática dos resíduos, poluição, biodiversidade e preservação de ecossistemas, sem os quais perdemos o conhecimento e o saber fazer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando para este Governo Regional dos Açores as pessoas estão em primeiro lugar, e como gostam de publicitar, e passo a citar, "uma sociedade onde prevaleça a igualdade", o que se verifica realmente é uma continuidade de desrespeito pelos funcionários afetos aos Centros Ambientais. Aos funcionários dos Centros Ambientais que são valências de extrema importância para a valorização do nosso património natural, e pontos de visitação turística de excelência, foram apresentadas novamente rotações desrespeitadoras dos seus direitos, à semelhança do ano transato em efetuaram rotações de 7, 8 e 10 consecutivos.

Bem sei que o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática entende que se trata de um horário legal. Todavia, sabe o Sr. Secretário, também como eu sei, que os horários aplicados são ilegais e isso mesmo foi atestado pelo Relatório da Inspeção Extraordinária, da Inspeção da Administração Regional da Transparência e Combate à Corrupção, datado de 11 de dezembro de 2023.

O Governo Regional que apresenta um projeto piloto para 4 dias de trabalho na função pública, e passo a citar o que está no Programa do Governo, "**para melhor conciliar a vida profissional com a vida pessoal e familiar do trabalhador**", o mesmo Governo que se autodenomina como defensor-mor dos trabalhadores da função pública, é o mesmo Governo que criou, e pelos vistos pretende continuar a criar, diferenciação entre funcionários públicos com funcionários públicos de primeira e funcionários públicos de segunda.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras.

e Srs. Membros do Governo:

A dispersão das espécies invasoras pode ocorrer de forma natural, é certo, mas a livre circulação de pessoas e bens poderá colocar em risco toda a nossa biodiversidade com a introdução de espécies exóticas e invasoras.

Vejamos o caso da invasão da alga *Rugulopterix okamurae*, um dramático e trágico problema ecológico com que nos deparamos na Região: em setembro de 2022, nesta Assembleia, alertámos, e foram feitas recomendações claras ao Governo Regional, para que agisse antes que fosse tarde demais. Até ao momento, nem o estudo começou ainda e já vamos em março de 2024.

Mais uma vez, a incapacidade de atuação deste Governo Regional tem consequências graves na biodiversidade costeira das nossas ilhas, à qual esta alga já chegou e daqui já não sai.

Podemos ler e reler este Programa, mas ele não corresponde de forma estratégica a estas invasões que pelas alterações das temperaturas das águas do mar, serão cada vez mais frequentes. Não dá resposta ao impacte que terá na perca de espécies marinhas costeiras, que simplesmente desaparecem até aos 40 metros de profundidade, com consequências não só para a atividade piscatória, mas também para o turismo náutico, e isto, meus senhores, não serve os Açores e não serve os açorianos.

Naquilo que deve ser uma governança climática, devem ser desenvolvidos instrumentos de ação climática como resposta a desafios territoriais emergentes e condicionando o modelo de desenvolvimento territorial e os regimes de uso de ocupação de solo, em função das vulnerabilidades e risco climáticos já identificados.

O Sr. Secretário Regional, em novembro de 2022 referiu, e passo a citar: "nós concluímos o plano de gestão e escassez da água, planos de gestão do risco de inundações da Região", identificando ainda quatro locais para a instalação de sistemas de alertas de cheias, e que até final de 2023 seriam instalados. Mas o que

podemos encontrar neste Programa do Governo é que irá "**desenvolver os planos de emergência e sistemas de alerta**".

Numa altura que assistimos cada vez mais a fenómenos climáticos extremos, com danos patrimoniais e naturais, muitos deles incalculáveis, o que o atual programa do Governo Regional nos apresenta é uma alteração de designação de alterações climáticas para ação climática, mas de ação e execução tem pouca e a ação tarda.

Este programa do Governo não responde e não corresponde às ameaças ambientais a que estamos sujeitos e não é capaz de intervir e desenhar estratégias de ação para proteção de todo o nosso património natural das nossas ilhas e das nossas gentes!

Não conserva o presente. Não respeita o futuro! E não serve os Açores nem os Açorianos!

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Os açorianos disseram o contrário!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, damos por encerrados os nossos trabalhos por hoje.

Retomaremos amanhã às 10 horas para as declarações finais.

Eram 20 horas e 33 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Os redatores, *André Silva e Ana Paula Lemos*